

latindex

# MEDITATIO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

ISSN: 2359-3318



**ugv**  
Centro Universitário

2º SEMESTRE DE 2024, ANO 11, VOLUME 1

Revista de Ciências Sociais e Aplicadas

<http://book.ugv.edu.br/index.php/Meditatio/index>

EXPEDIENTE

UGV -CENTRO UNIVERSITÁRIO

Rua Padre Saporiti, 717–Bairro Nossa Senhora do Rocio

União da Vitória –Paraná

CEP. 84.600-904

Tel.: (42) 3522 6192

CATALOGAÇÃO

ISSN: 2359-3318

LATINDEX

Folio:25163

CAPA

Equipe Marketing (UGV)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REVISTA

Editor-chefe: Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UGV)

Coeditora: Prof. Iara Cibelle Moreira (UGV)

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UGV)

Prof. Dr. Andrey Portela (UGV)

Prof. Dra. Julia Caroline Flissak (UGV)

Prof. Remei Haura Junior (UGV)

Prof. Dra. Patrícia Manente Melhem Rosas (Campo Real)

Prof. Dra. Bruna Rayet Ayub (UGV)

**SUMÁRIO**

<b>A APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO .....</b>	<b>4</b>
<b>A FUNÇÃO DO APARELHO IDEOLÓGICO/REPRESSIVO ESTADUAL JURÍDICO NO SISTEMA SOCIOECONÔMICO CAPITALISTA: ALTERNATIVAS PARA UM SISTEMA COM FOCO NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....</b>	<b>20</b>
<b>A HISTORICIDADE DA CIÊNCIA E SUAS EPISTEMOLÓGICAS .....</b>	<b>32</b>
<b>ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA TAXA SELIC NAS DECISÕES DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>50</b>
<b>ANÁLISE DE CUSTOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EM UM SALÃO DE BELEZA NO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO-SC: UM ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>65</b>
<b>FILA DE ESPERA NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: PROBLEMAS E DESAFIOS .....</b>	<b>81</b>
<b>FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DE UMA EMPRESA DE PRÓTESES DENTÁRIAS: UM ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>93</b>
<b>O MANEJO DA LISTA DE ESPERA E O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....</b>	<b>108</b>
<b>OS USOS DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE, NA DEMOCRACIA E NO MEIO JURÍDICO.....</b>	<b>116</b>

## A APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Meirilaine de Fátima Gomes<sup>1</sup>  
Natasha Gomes Moreira Abreu<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo discutir a aplicabilidade da Justiça Restaurativa no processo penal brasileiro como método de solução de conflito buscando reparar o dano causado, sendo uma forma alternativa para a Justiça comum. Inicialmente apresentado o conceito e como é aplicada a Justiça Restaurativa no processo penal brasileiro e também em alguns casos no processo civil, como são realizados os círculos restaurativos e os procedimentos. Trazendo os benefícios que a prática pode trazer para a sociedade, vítima e infrator diminuindo assim consideravelmente a reincidência de novos crimes futuramente. A metodologia tem objetivo na pesquisa bibliográfica e exploratória com levantamento bibliográfico com autores de grande relevância para o tema como Zehr (2008), Pinto (2005) e Robalo (2012) com uma forma de abordagem é qualitativa com objetivo de uma pesquisa explicativa. Outrossim sendo considerada um meio adequado para melhorar a justiça comum com um melhor retorno para a população brasileira.

**Palavras-chave:** Justiça Restaurativa. Solução de Conflitos. Processo Penal.

**ABSTRACT:** This study aims to discuss the applicability of Restorative Justice in the Brazilian criminal process as a method of conflict resolution seeking to repair the damage caused, being an alternative form to the common justice. Initially presented the concept and how the Restorative Justice is applied in the Brazilian criminal process and so in some cases in the civil process, as the restorative circles and procedures are performed. Taking into account the benefits that the practice can bring to society, victim and offender thus considerably reducing the recurrence of new crimes in the future. The methodology has objective in the bibliographic and exploratory research with bibliographic survey with authors of great relevance to the subject like Zehr (2008), Pinto (2005) and Robalo (2012) with a form of approach is qualitative with the objective of an explanatory research. It is also considered an appropriate means to improve common justice with a better return for the Brazilian population.

**Keywords:** Restorative Justice. Conflict Resolution. Criminal proceedings.

### 1 INTRODUÇÃO

O Presente artigo tem como objetivo discutir sobre a implantação da Justiça Restaurativa no processo penal brasileiro, sendo uma técnica de solução de conflitos aplicada a crimes. O programa é incentivado pelo CNJ (Conselho Nacional da Justiça), objetivando uma pacificação social, com a finalidade da aproximação da vítima e o agressor para uma possível reparação do dano. O encontro é chamado de círculo restaurativo, no qual o facilitador irá coordenar e orientar as pessoas envolvidas, procurando sempre reestabelecer paz, onde atenda às necessidades de

---

<sup>1</sup>Advogada. Graduada do Curso de Direito da Faculdade do Sudeste Goiano – FASUG. Email: (meirilaine\_gomes@hotmail.com)

<sup>2</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Escola Paulista de Direito (EPD). Docente de Direito da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Sul, Unidade Universitária de Pires do Rio e Faculdade do Sudeste Goiano (FASUG agora é Sobrep). E-mail: natasha.moreira.adv@gmail.com

forma integrada e coletiva, e sempre serão sigilosos esses círculos para que nada interfira no processo.

O procedimento da Justiça Restaurativa é mais permissivo, ele busca uma resposta para o crime, enquanto no processo penal a punição é a única resposta para a solução do problema. O principal benefício nos círculos é a conscientização verdadeira, para uma oportunidade de saída da criminalidade, e que consiga dá um retorno social para a vítima e que sejam reparadas no que sofreram, com a participação direta da sociedade. Essa prática ainda é pouco utilizada e ainda está crescendo e sendo conhecida entre as pessoas. Os Tribunais estão implementando nos órgãos competentes, por meio de escolas Judiciais promovendo cursos para a capacitação de servidores e colaboradores.

Com a prática é possível esclarecer quais os reais motivos levaram para ao cometimento do crime e esclarecer os impactos para os envolvidos, e construir uma maneira para diminuir a reincidência e discutir uma possível reparação deste. No processo penal tradicional as pessoas são apenas “partes” no processo, pouco importando quem são elas, quais são seus problemas, servindo apenas para punir. A justiça Restaurativa não busca substituir a justiça convencional ela apenas é uma nova prática que pretende alcançar um novo resultado para ofensor e vítima possam participar de perto e diretamente com a participação da sociedade. Quais são os benefícios da justiça Restaurativa para a vítima e comunidade?

Na Justiça Restaurativa o ofensor e vítima podem se manifestar sem medo de serem julgados por isso, onde o ofensor pode se desculpar, explicar seus motivos, seus problemas, sensibilizando pelo dano e de forma consciente se responsabilizando pela ofensa. A proposta é a valorização de fatores emocionais e sociais pra que possa ser superado o trauma ou dano através do círculo focando em cada indivíduo. O efeito da Justiça Restaurativa é a criação de uma situação mais positiva para o futuro da vítima e do agressor, sendo um efeito paralelo ao processo penal criminal podendo de forma eficiente uma menor reincidência.

O objetivo geral é discutir a aplicabilidade da Justiça Restaurativa no processo penal brasileiro. E como objetivos específicos é caracterizar a aplicabilidade no contexto para a reparação do dano causado, informar os benefícios da prática do círculo restaurativo para vítima e sociedade, diagnosticar as principais dificuldade da aplicação e evidenciar os resultados.

Para a realização da pesquisa buscamos metodologia baseada na pesquisa bibliográfica como referencial em artigos, livros, internet buscando evidenciar os principais objetivos, e os resultados obtidos através dos círculos e os benefícios que podem trazer para a comunidade assim podendo desafogar o processo penal brasileiro para que diminua a reincidência dos agressores diminuindo assim a superlotação nos presídios.

## **2 SURGIMENTO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA**

A Justiça Restaurativa foi desenvolvida nos países do Canadá, Nova Zelândia, Argentina, África do Sul, Estados Unidos, Austrália e Colômbia a partir dos anos de 1970. Seu precursor um psicólogo chamado Albert Eglash, que trabalhava com os detentos no qual ele percebeu que com o delito as vítimas ficavam com um sofrimento muito grande de insatisfação. Assim o psicólogo desenvolveu uma pesquisa no qual baseava nessa nova forma de aplicar a Justiça em alguns casos e lhe apresentou em 1975 nos Estados Unidos no Primeiro Simpósio Internacional realizado em Minnesota, a Justiça Restaurativa.

Segundo Pinto (2005, p. 23):

“As primeiras experiências modernas com mediação entre infrator e vítima, colocadas em prática nos anos setenta, já apresentavam características restaurativas, na medida em que, em encontros coordenados por um facilitador, a vítima descrevia sua experiência e o impacto que o crime lhe trouxe e o infrator apresentava uma explicação à vítima.”

Vale ressaltar que o círculo restaurativo é baseado em valores, procedimentos e resultados, como é mostrado nas primeiras experiências no qual já apresentavam características da Justiça Restaurativa nas mediações entre infratores e vítimas nos anos de 1970. As pessoas devem estar de acordo com o programa e caso uma delas desista, ela não será obrigada a continuar podendo a desistência ser unilateral e tudo que for falado não poderá ser usado como prova na justiça comum.

Infelizmente a prática ainda não é muito conhecida pela população, na qual passando a ser mais conhecida a pouco mais de 10 anos no Brasil tendo o apoio da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) na qual assinaram um compromisso para ampliar e divulgar a Justiça Restaurativa no Brasil. Foi aprovada a Resolução 225/2016 com diretrizes para a ampliação e a difusão da Justiça Restaurativa no Poder Judiciário com um grupo de trabalho no qual ficam responsáveis pela elaboração da minuta.

De acordo como a Resolução 225 CNJ, (2016, s/p)

“A Justiça Restaurativa foi implementada e vem sendo executada há mais de dez anos no país, mas, atualmente, apenas seis dos 27 Tribunais de Justiça (TJs) possuem normatizações a respeito, seja por meio de resoluções ou de portarias. Uma das preocupações do grupo de trabalho durante a elaboração da minuta foi justamente contemplar as diferentes metodologias de implementação e de práticas restaurativas, levando em consideração as normas já existentes nos tribunais a respeito. Entre os princípios que orientam a Justiça Restaurativa estão a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o respeito e o empoderamento.”

Nesse sentido, o método ainda precisa ser trabalhado para que seja aplicado em todos os Tribunais do país sendo um procedimento baseado no respeito e consenso entre os envolvidos com construção de uma solução, por uma verdadeira cura da sociedade. Buscando sempre ir além da Justiça Retributiva, ou seja, a Justiça comum aplicada hoje, mas resgatar a convivência e a pacificação entre a comunidade, infrator e vítima sendo imprescindível que os envolvidos participem ativamente não sendo meras partes no processo.

As pessoas envolvidas precisam ter voz para poderem expressar todo o seu sentimento, angústias e o agressor poder explicar o porquê de ter feito aquilo, falar sobre suas dificuldades poder pedir perdão para a vítima e além de tudo ser novamente reinserido na comunidade. É necessário para que aconteça os círculos restaurativos um ambiente apropriado aconchegante e acolhedor para que se sintam à vontade no espaço escolhido com pessoas que saibam conduzir o círculo de forma clara, paciente e com responsabilidade.

O autor Robalo (2012, p. 83) apresenta que:

A outra vantagem da justiça restaurativa prende-se com a economia de custos, sendo certo que, acima de tudo, não tendo sido posta em andamento a “máquina judiciária” (pelo menos parcialmente, mas tudo dependendo do modelo concreto de justiça restaurativa), mesmo que o Estado tenha de despende o necessário para o eficaz funcionamento dos processos de justiça restaurativa que venham a ser regulados, essa despesa prender-se-á principalmente com a logística e a remuneração ao mediador (ou moderador, consoante o modelo) que em concreto lidará com o caso, bem como, sendo caso disso, ao pessoal administrativo que possa trabalhar no centro de mediação. Estas despesas serão, sem dúvida, inferiores às que se prendem com o pagamento dos salários a todos os agentes policiais, magistrados, secretários judiciais e toda a logística por detrás do funcionamento da máquina judiciária.

Dessas acepções, o processo Judiciário tem muitos gastos com os processos, e um dos benefícios da Justiça Restaurativa é a economia dos gastos pois o Estado terá apenas que remunerar o facilitador do caso em concreto. É uma forma mais rápida de solucionar problemas que com a justiça comum não seria possível. O Juiz não interferirá no círculo pois os mediadores ou facilitadores que dirigirá o círculo com

diálogos, com a exposição de consequências morais, materiais e emocionais, e depois será feita uma análise dos fatos buscando observar as necessidades de cada um e a possibilidade da reparação do dano.

## 2.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

A Organização das Nações Unidas em 2012 editou a Resolução 12 de 2002 na qual apresenta os Princípios básicos para a aplicação da Justiça Restaurativa no processo penal, terá um procedimento a ser seguido, evidenciando os objetivos as recomendações dos princípios básicos para a utilização da Justiça Restaurativa em matéria criminal, abaixo será exposto quais são os princípios e como são aplicados aos casos, sendo uma forma de proteção para a vítima, infrator e sociedade.

O princípio da Voluntariedade de acordo com a Resolução 2002/12 diz que “Nem a vítima nem o ofensor deverão ser coagidos ou induzidos por meios ilícitos a participar do processo restaurativo ou a aceitar os resultados do processo”. Sendo um dos mais importantes princípios pois expressa que as partes não são obrigadas a participar, é um ato consensual não podendo obrigar o infrator a confessar o crime e muito menos obrigar a vítima a manter contato com o ofensor.

Ainda com a Resolução de 2002/12 podemos observar os princípios a seguir, o princípio da Consensualidade traz a ideia da voluntariedade no qual devem aceitar o círculo restaurativo sem a imposição de ninguém e não são obrigados a nada, mas devem estar abertos a negociação para solucionarem o problema. O princípio da Confidencialidade na qual os atos devem ser confidenciais e sigilosos não podendo ser expostos. Os depoimentos não podem ser redigidos a termos para não se tornarem público e não expor as partes.

Como na Resolução de 2002 aponta o princípio da Celeridade é um processo rápido e eficaz, no tempo, mas depende muito do crime ocorrido sendo na maioria das vezes bem rápida proporcionando as partes sentimento de uma real justiça. Também nos mostra o princípio da Complementariedade, podendo o direito penal ser complementado para uma melhor solução do conflito buscando a ressocialização do infrator, no qual a Justiça Restaurativa não pode substituir a Justiça Comum, mas buscara ajudar na solução sendo complementar ao processo como por exemplo a diminuição da pena.

E por fim com base na Resolução o Princípio da Economia Processual, significa que é mais vantajoso em relação as custas processuais e o benefício da agilidade

reduzindo assim os custos para o Estado além de ser muito mais benéfico para as partes. O Princípio da Disciplina no qual é a necessidade que haja um comprometimento com o acordo celebrado entre a vítima, ofensor e comunidade, sendo obedecido de acordo com a Resolução 12 de 2002 da ONU.

## 2.2 JUSTIÇA RESTAURATIVA E JUSTIÇA RETRIBUTIVA

A diferença entre a Justiça Restaurativa e a Justiça Criminal (retributiva) é o procedimento e como é aplicada a pena ou a reparação do ato e como os efeitos reflete na vítima e no infrator. Na Justiça Restaurativa busca o interesse das pessoas e da comunidade, sendo uma justiça participativa, com a restauração social, comprometimento de inclusão respeitando as diferenças, com pedidos de reparação e restituição, cura do trauma emocional, resultando na responsabilização por parte de infrator.

Na Justiça comum criminal, o Estado é quem pune, privatiza o interesse Público sendo irrelevante quanto a necessidade da vítima, infrator e comunidade afetada, sendo pública com procedimentos formais e complexos, tem todo um processo decisório de autoridades representando o Estado, com o foco principal no infrator para poder dar segurança a sociedade com penas privativas liberdade, restritivas de direito e multa sendo muita das vezes desproporcionais não havendo auxílio psicológico e nem social.

O psicólogo Zerh (2005, p. 25) afirma:

O mais óbvio é que as vítimas precisam ressarcimento por suas perdas. Prejuízos financeiros e materiais podem constituir um fardo financeiro muito concreto. Além do mais, o valor simbólico das perdas pode ser tão importante ou até mais importante que o prejuízo material em si. Em todo caso, a indenização contribui para a recuperação. Pode ser que seja impossível ressarcir plenamente as perdas e psicológicas. Mas a sensação de perda e consequente necessidade de reparação material podem tornar-se muito prementes.

Daí a necessidades de ter uma maior atenção com as vítimas pois a justiça comum só está preocupada em punir o infrator e proteger a sociedade, e se esquece o que tudo isso causou na vida da vítima, não ressarcindo as perdas e nem tendo um apoio psicológico. As vezes mesmo o dano sendo ressarcido é necessário que a vítima tenha um apoio psicológico, elas precisam de resposta para o que aconteceu, uma oportunidade para expressar suas emoções. É normal um sentimento de raiva, dor, agonia, medo sendo uma fase que deve ser superada com procedimento de recuperação.

A finalidade da Justiça Restaurativa é mudar o cenário criminal, onde a justiça comum só quer punir e enquanto o círculo restaurativo se preocupa em escutar as partes envolvidas no delito para uma possível reparação do dano causado. Assim fortalecendo a vítima a encarar o problema e resolverem por meio de um círculo com conversas com mediadores / facilitadores podendo assim restabelecer as relações de confiança entre as partes e a comunidade. Ressalta Vitto (2005, p.45), em seu entendimento que:

Há de ser resguardado o sigilo de todas as discussões travadas durante o processo restaurativo, e seu teor não pode ser revelado ou levado em consideração nos atos subsequentes do processo, o que inclui a própria admissão da responsabilidade deduzida com o fim de deflagrar a prática restaurativa. A impossibilidade de obtenção de um acordo restaurativo, igualmente, não pode ser utilizado como fundamento para o agravamento da sanção imposta ao ofensor.

Assim sendo quando haver o acordo no círculo restaurativo deverá ser redigido as obrigações no qual deveram ser proporcionais de tal forma a garantir o cumprimento das metas. As obrigações poderão ser analisadas judicialmente antes da homologação. E quando não for possível o acordo não deverá prejudicar o infrator de forma alguma, sempre priorizando o respeito entre as partes não impondo elas a nada sendo um ato facultativo. Mas não poderá de forma alguma ser redigido os depoimentos pessoais de cada parte.

Segundo Pinto (2015, p.29) “O modelo restaurativo é perfeitamente compatível com o ordenamento jurídico brasileiro, em que pese ainda vigorar, em nosso direito processual penal, o princípio da indisponibilidade e da obrigatoriedade da ação penal pública”. Busca-se caminhos para o sistema brasileiro que é ineficaz, não satisfazendo os interesses da vítima e do ofensor e a Justiça Restaurativa é uma alternativa para a solução do processo penal pois com ela traz uma melhor resposta para todos, buscando conscientizar o ofensor do que ele causou e para a vítima que possa falar tudo que está sentindo tendo apoio emocional e social e para a sociedade ser mais justa dando a oportunidade a todos de forma igual.

### **3 ABOLICIONISMO PENAL**

O abolicionismo penal está relacionado com a descriminalização de determinadas condutas penais, sendo uma teoria criminológica que despenaliza ou extingue a pena com a prática de determinadas condutas. Estudado por pensadores Look Hulsman, Nils Christie e Thomas Mathiesen a construção de uma nova corrente

que vem de políticas contraculturais dos anos de 1960, para a deslegitimar o sistema penal brasileiro principalmente o sistema carcerário, defendendo uma forma mais eficiente em reparar o dano de maneira diferente do que estamos acostumados com uma punição mais rigorosa, mas pouca eficaz.

Segundo o escritor Cohen (1988, p.25):

Os abolicionistas criticam o uso da punição para reprimir uma pessoa acusada e condenada pela prática de um delito, e posicionam-se de forma contrária à centralidade da lei penal como meio de controle social. Referem, ainda, que o sistema penal causa mais malefícios do que benefícios à sociedade e que, portanto, não merece permanecer em funcionamento.

A atual realidade social nega a legitimação de outra forma de punição, com modelos alternativos, abstratos, postulando o término dos sistemas penais e as soluções de conflitos por instâncias ou outros mecanismos. O abolicionismo busca um novo olhar para a justiça criminal comum, aplicando uma nova forma de resolução de conflitos além da prisão na qual a sociedade pede mudanças pois atualmente é a única forma de punir e sendo pouco eficaz pela frequência da reincidência de crimes.

De acordo com os autores Dieshl e Porto (2018, p. 696):

Com efeito, Hulsman e Celis não veem sentido nas penas, até porque entendem que a administração de conflitos pelo Estado precisa ser repensada, abolida, diga-se de passagem, descentralizada, ou seja, de retirar do poder público a autonomia na regulação de conflitos, pois a estrutura das sanções apenas retroalimenta o poder simbólico do sistema penal. É necessário um sistema de gestão de conflitos mais autônomo, parecido com algumas comunidades tribais, se dando a regulação de conflitos no nível de intergrupos e de relações diretas entre indivíduos com a ajuda de instituições ou procedimentos próximos e que observem a experiência direta das pessoas para se trabalhar com dimensão da ética do cuidado com o outro e a responsabilidade dos atos decididos e tomados pelo indivíduo.

O abolicionismo penal tem como principal objetivo a extinção do sistema penal e tudo que é associado a ele. É uma teoria na qual defende que o direito penal deve ser substituído por formas de reparação do dano com a conciliação realizada pela própria sociedade sem a interferência do Estado. Apontam que o castigo não é a forma mais eficiente de combater o crime, pois o sistema carcerário traz inúmeros malefícios como a revolta, o sofrimento e o pior de tudo que se torna uma “escola” para o crime, conhecendo pessoas que influenciaram a continuar na vida do crime assim trazendo várias consequências ruins para a sociedade e o agressor como demonstrado pelos autores acima é necessário um sistema de gestão de conflitos mais autônomo e humanitário.

Máquina varredora da precariedade, a instituição carcerária a não se contenta em recolher e armazenar os (sub)proletários tidos como inúteis, indesejáveis ou perigosos, e, assim, ocultar a miséria e neutralizar seus efeitos mais destrutivos: esquece-se frequentemente que ela própria contribui ativamente para estender e perenizar a insegurança e o desamparo sociais que alimentam e lhes servem de caução. Instituição total concedida para os pobres, meio criminógeno e desculturalizante moldado pelo imperativo (e o fantasma) da segurança, a prisão não pode senão empobrecer aqueles que são confiados e seus próximos, despojando-os um pouco mais dos magros recursos de que dispõem quando nela ingressam, obliterando sob a etiqueta infamantes de “penitenciário” todos os atributos suscetíveis de lhes conferir uma identidade social reconhecida (como filho, marido, pai, assalariado ou desempregado, doente, marselhês ou madrileno etc) e lançando-os na espiral irresistível da pauperização penal, face oculta da “política social” do Estado para com os mais pobres, que bem em seguida naturalizar o discurso inesgotável sobre a reincidência e sobre a necessidade de endurecer os regimes de detenção (como o obsessivo tema das “prisões três estrelas) até que finalmente se comprovem dissuasivos. (Wacquant, 2001, p. 175,176)

O abolicionismo não deve ser confundido com anarquia ou a falta de controle social dos conflitos. Os abolicionistas defendem que o direito penal não consegue resolver as questões de conflitos na qual tem contribuído para um círculo vicioso de delinquência, violência sendo um mero instrumento arbitrário sem qualquer finalidade. A violência está cada vez maior no país e o sistema penal tronou-se cheio de incertezas e injusto com a sociedade e com as pessoas que são envolvidas no delito.

O abolicionismo retira a resposta fácil buscada exclusivamente pela aplicação da legislação, faz com que os sujeitos pensem em alternativas de enfrentamento e combate à violência e fomentem a cultura da paz e a igualdade efetiva entre homens e mulheres. Contudo, para construir uma cultura de paz é preciso que os indivíduos internalizem os valores éticos voltados à coletividade e ao respeito pela diversidade na sociedade contemporânea. (Dieshl e Porto, 2018, p. 692)

A relação ente o abolicionismo penal com a Justiça Restaurativa é a busca pela responsabilização do dano que foi causado ao próximo, buscando resgatar a dignidade da pessoa. Com isso não quer dizer que não deve haver uma pena mas sim uma responsabilização e uma possível reparação no dano que o indivíduo causou a outro procurando repara o dano. Podemos notar que embora é difícil a aceitação de um novo sistema para a aplicação da justiça o sistema que está vigente hoje em dia está em ruínas. A tal atividade das práticas restaurativas pode melhorar convívio da sociedade com as pessoas que praticaram o crime podendo assim reparar o dano causado e assim podendo ter uma nova chance de mudar e levar uma vida digna, repensar nos aspectos culturais além dos direitos que a lei impõe.

#### 4 EXPERIÊNCIA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL

O Ministério da Justiça e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no ano de 2005 iniciou um projeto “Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro”, com o procedimento que foi implantado nas cidades de Brasília- DF, São Caetano do Sul-SP e Porto Alegre – RS, iniciando assim as primeiras práticas da Justiça Restaurativa no Brasil.

O projeto de São Caetano do Sul baseia-se em parcerias com iniciativa da Vara da Infância e da Juventude com o TJ de São Paulo, buscando a responsabilidade ativa e cidadã das escolas e comunidades com abordagem de atos infracionais e outros conflitos. Na cidade de Porto Alegre o projeto ficou muito conhecido, que se chama de “Justiça para o século 21”, aplica-se a prática em ONGs, em comunidades e na Justiça da Infância e da Juventude, sua principal meta é a prevenção à violência. E por fim em Brasília no Núcleo do Bandeirante tem o projeto “Justiça Restaurativa” é aplicado no Juizado Especial Criminal e nos crimes de menor potencial ofensivo onde o Ministério Público também pode participar.

De acordo com Amorim (2016, s/p):

As práticas restaurativas estão sendo disponibilizadas no Juizado Especial Criminal e no CIA/BH, ou seja, adultos e adolescentes poderão passar pelos círculos restaurativos, modalidade de prática escolhida, e experimentar essa abordagem para os delitos e infrações em que incorreram.

Observa-se que os círculos restaurativos estão sendo implantados em várias modalidades de crimes em todo o país não sendo só em alguns casos podendo assim ser mais eficiente e com melhores resultados. Podemos observar na Constituição Federal de 1988 expresso em seu artigo 98 inciso I, com a possibilidade da aplicação da conciliação nos procedimentos sumaríssimo e oral das infrações de menor potencial ofensivo. A União o Distrito Federal nos Territórios e os Estados poderão criar juizados especiais para julgamentos de menor complexidade e infrações de menor potencial ofensivo assim podendo ter um ganho significativo para a justiça comum diminuindo a demanda e aumentando a eficácia para uma melhor sociedade.

Disso decorre as situações que admitam a nova justiça na qual poderá ser encaminhado para o Núcleo da Justiça restaurativa onde passara por todos os procedimentos necessários para que se possa realizar o círculo. Essas reuniões são de acordo com as necessidades de cada caso sendo individualizado pois os casos em si são muito complexos e as pessoas são diferentes com vidas e necessidades

que não podem ser comparadas com ninguém e tudo deve ser feito com total respeito com as pessoas para que ela não se sinta constrangidas.

Por outro lado, o autor Vitto afirma que com a prática as partes poderiam ficar constrangidas, como a vítima ser forçada a aproximação com o acusado e o acusado ser forçado a confessar o crime portanto não sendo um meio que se possa ser aplicado aos crimes necessitando de maior estudo e de pesquisas antes de serem realmente aplicadas nos Tribunais. Mas ao mesmo tempo ele fala que o encarceramento também não é a melhor alternativa.

Ademais, não é arriscado afirmar que o grau de efetividade dessa intervenção estatal, que privilegia o encarceramento, é muito baixo. Não há dados seguros a sustentar a conclusão de que o encarceramento implica redução das taxas de criminalidade ou reincidência; ao contrário, o caráter dissuasório da pena privativa de liberdade perde força quando se ultrapassa uma determinada taxa de encarceramento, em razão da banalização da medida. (Vitto, 2005, p.42).

É importante destaca busca-se a pacificação das relações a reabilitação do infrator pois a Justiça Restaurativa pode trazer resultados positivos para o processo penal, buscando dar uma resposta para a sociedade satisfatória com maior segurança. O código penal somente pune o agente infrator não se preocupando em erradicar a criminalidade que hoje está cada vez maior. A ressocialização é um fator muito importante para que a pessoa se sinta acolhida no meio social reduzindo assim a reincidência pois terão um apoio psicológico.

Aponta Paz (2005, p.129):

A justiça restaurativa é uma forma mais humana e participativa de tratar o delito e não possui efeitos inapropriados, por isso, observamos ao menos na Argentina a incipiente e consistente complementação com o sistema de respostas da justiça ordinária que, por ora, ingressa pela via do alternativo. Nós vemos este processo como um caminho de evolução, como um estado necessário para a conscientização e a compreensão dos operadores do sistema, cada um dos cidadãos e toda a comunidade em seu conjunto.

Com base na autora que a Justiça Restaurativa é um meio alternativo para evolução da justiça necessitando da conscientização da sociedade para que possa surtir os efeitos. Muitas das vezes a população está cansada da falta de segurança havendo uma insatisfação com a penalidade brasileira e com essa nova forma haverá uma maior credibilidade para um tratamento seguro que garanta a efetividade para uma resposta que seja legal e satisfatória para a comunidade, vítima e infrator.

Assim, pela Justiça Restaurativa se enfatizam as necessidades da vítima, da comunidade e do ofensor sob patente enfoque de direitos humanos consideradas as necessidades de se reconhecerem os impactos sociais e de significativas injustiças decorrentes da aplicação puramente objetiva de dispositivos legais que

frequentemente desconsideram as necessidades das vítimas. Desta forma, buscassem reafirmar a responsabilidade de ofensores por seus atos ao se permitirem encontros entre estes e suas vítimas e a comunidade na qual estão inserido. (Azevedo, 2005, p. 135).

Dessa perspectiva o processo Restaurativo irá priorizar o problema emocional das partes e da comunidade, enfatizando o bem-estar de todos para que possa reconhecer as verdadeiras consequências que trouxeram para a vida das pessoas, quais impactos futuramente e o que se pode fazer para que não ocorra mais e o infrator se sinta acolhido para poder reparar o dano e explicar suas dificuldades e quais são os verdadeiros motivos pra a prática do crime. Pois na justiça penal somente vai punir o infrator e nada mais, não se preocupando com o que aconteceu com a vítima psicologicamente e o que ela realmente quer é a reparação do dano que foi causado.

Notamos que a Justiça Restaurativa pode ser aplicada em várias modalidades de crimes sendo uma estrutura informal, tendo as partes maiores abertura e desenvolvimento procedimental na busca de bons resultados. Existindo assim diversos métodos para a aplicação da Justiça Restaurativa com a aplicação da mediação entre vítima, infrator e sociedade, para que possa haver a reparação do dano causado.

Observamos também a Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

CORREIÇÃO PARCIAL. DECISÃO QUE DETERMINA A REMESSA DOS AUTOS, DE OFÍCIO, AO CEJUSC, PARA APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA. INEXISTÊNCIA DE ERROR IN PROCEDENDO OU ERROR IN JUDICANDO. MEDIDA AUTORIZADA PELA RESOLUÇÃO Nº 225 DO CNJ. DECISÃO MANTIDA. O Juízo a quo, ao receber a exordial acusatória, determinou a remessa do feito ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, notadamente para tentativa de resolução da questão pela via restaurativa. Inexiste erro ou abuso na decisão judicial, que não importou na inversão tumultuária de atos e fórmulas legais, tampouco na paralisação injustificada do feito. Isso porque a Resolução nº 225 do Conselho Nacional de Justiça evidencia que o magistrado, em qualquer fase de tramitação do procedimento ou processo judicial, poderá remeter, de ofício, os autos para atendimento restaurativo judicial. In casu, a solução dada pelo juízo coaduna-se com projeto aprovado pelo Conselho da Magistratura, que visa à implementação do método alternativo no âmbito do primeiro grau de jurisdição, inclusive no ramo do Direito Penal. Ademais, a natureza do fato denunciado constitui matéria propícia ao implemento da Justiça Restaurativa, especialmente considerando a criança supostamente vítima do abandono material, a quem se... deve garantir proteção integral, zelando pelo adequado desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Portanto, inexistente error in procedendo ou error in judicando, impende julgar improcedente, de plano, a presente medida correccional. CORREIÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Correição Parcial Nº 70076790682, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ícaro Carvalho de Bem Osório, Julgado em 17/04/2018).

A partir da Jurisprudência podemos ver que a Justiça Restaurativa foi aplicada no caso em que as pessoas estavam em conflito familiar por posse de imóvel, com isso buscavam a reparação dos prejuízos causados sendo emocionais, morais e materiais. Com isso visa a responsabilidade e a resolução do conflito por meio de círculo restaurativo, no qual podemos perceber na prática é possível a aplicação e a obtenção de bons resultados.

O processo da Justiça Restaurativa é uma forma de reestabelecer a paz e harmonia na sociedade atendendo as necessidades de forma integrada e coletiva. Com a finalidade na reparação do dano, havendo a conscientização do infrator para que não haja a reincidência, sendo uma saída da criminalidade se tornando pessoas de bem na comunidade e sejam exemplo a ser seguido e podendo assim ser modelo para outros países.

A Justiça Restaurativa também pode ser aplicada nos casos de violência doméstica, buscando superar o trauma que a mulher passou e a dificuldade de se relacionar com outras pessoas. E com os círculos ela poderá se expressar sendo uma forma de desabafar para pessoas que não vão criticá-la e será uma forma de ouvir o que o agressor tem para falar e podendo assim ter o perdão. Claro que tudo deve ser realizado com o consentimento da mulher principalmente para que se sinta confortável e bem para poder falar.

Segundo Dieshl e Porto (2018, p. 702):

A violência doméstica é complexa e quando ela se torna visível muitos laços foram rompidos e destruídos. De qualquer sorte, não se espera com a forma alternativa de enfrentamento ao conflito reaproximar o casal para a convivência matrimonial; o que efetivamente se quer é que ambos percebam que é possível seguir em frente, tomar outro rumo e empoderar-se novamente das suas vidas, zelando pelas crianças, que se não acompanhadas ou assistidas acabam reproduzindo papéis, bem como o ciclo da violência para suas vidas.

Atualmente tem se buscado repensar nas relações humanas e como agir para resgatar os valores perdidos, e a forma de amenizar uma relação conturbada de um casal é buscar a paz na convivência. Nesse sentido a Justiça Restaurativa é uma possibilidade de valorizar a restauração e harmonia com melhores estratégias, transformando espaços em um local de diálogo mais democrático deixando de lado as críticas, ofensas, xingamentos, assim fazendo desse cenário um lugar de maior proximidade com a comunidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente trabalho podemos notar que a Justiça Restaurativa é uma nova alternativa para a aplicação da Justiça no processo penal brasileiro, assim sendo mais satisfatório para a solução de conflitos decorrentes de crimes. Desse modo é necessário um investimento maior nessa área, com edificações e cursos que atentem a formar mediadores para minimizar os danos que foram causados decorrentes do delito e sempre frisar que as partes devem participar de forma espontânea sem ser uma obrigação para que não se sintam obrigadas a nada.

Nesse cenário o principal mecanismo é priorizar a vítima tentar entender qual a sua real necessidade para que se possa ter uma reparação do dano que foi causado. É importante uma edificação com lugares reservados para que aconteça o círculo restaurativo e que seja acolhedor e não tenha o ar de ser um fórum ou uma sala de audiência opressora onde possa haver diálogos buscando a harmonia. Devendo com isso buscar a pacificação social procurando também a participação do agressor se envolver no processo para poder entender suas necessidades e as consequências que seu ato trouxe para a vida do próximo.

O processo penal brasileiro atual não atende as necessidades da sociedade apenas pune uma pessoa pelo que ela fez sem se quer constituir uma verdadeira responsabilização pelo ilícito praticado, apenas exclui o ofensor da sociedade e assim alimenta a alienação por pessoas que também estão ali por algum motivo. A Justiça Restaurativa ela é um método complementar e não substitui o processo penal assim devem andar lado a lado para que possa cada um fazer sua parte sendo uma importante ferramenta para a erradicação da reincidência no nosso país.

## REFERÊNCIAS

AMORIN, Caio Vinicius Soares, **A Evolução da Justiça Restaurativa no Brasil**. Disponível em < <https://caioamorim3.jusbrasil.com.br/artigos/394792812/a-evolucao-da-justica-restaurativa-no-brasil>> Acesso em: 03 de jun 2024.

AZEVEDO, André Gomma. **O componente de mediação vítima-ofensor na Justiça Restaurativa: Uma breve apresentação de uma inovação Epistemológica na auto composição penal**. In: AZEVEDO, André Gomma. Justiça Restaurativa (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD). Brasília,DF, PNUD, 2005. p.135-162.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em:  
Acesso em: 03 de jun 2024.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.099/95, de 26 de setembro de 1995. Dispõe da Lei dos Juizados Especiais. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm)>. Acesso em: 03 de jun 2024.

\_\_\_\_\_. Resolução 2002/12 da ONU – Princípios básicos para utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal. Disponível em < <https://vitimologiaejusticarestaurativa.blogpot.com/2014/07/resolucao-200212-da-onuprincipios.htm>> Acesso em: 03 de jul 2024.

\_\_\_\_\_. Resolução 225/2016 do CNJ- A justiça restaurativa e sua normatização no Brasil: a Resolução 225 do CNJ. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/65804/a-justicarestaurativa-e-sua-normatizacao-no-brasil-a-resolucao-225-do-cnj>>. Acesso em: 01 de jun 2024.

CRUZ, Fabricio Bittencourt. **Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225**. Brasília, DF, CNJ, 2016.

DUEHL, Rodrigo Cristiano; PORTO, Rosane Terezinha Carvalho; **Justiça Restaurativa e Abolicionismo Penal: O poder Judiciário no enfrentamento a violência doméstica contra a mulher**. Disponível em < <https://revistajuridicacesumar.com.br>> Acesso em: 25 de jun 2024.

FATIELLO, Luiza, **Aprovada resolução para difundir a Justiça Restaurativa no poder judiciário**. Disponível em < <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82457-aprovada-resolucao-para-difundir-a-justica-restaurativa-no-poder-judiciario-2.htm>>. Acesso em: 03 de jun 2024.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º edição, São Paulo, Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º edição. São Paulo, Atlas, 2010.

PAZ, Silvana Sandra; PAZ, Silvina Marcela. **Justiça Restaurativa- Processos possíveis**. In: PAZ, Silvana Sandra; PAZ, Silvina Marcela. Justiça Restaurativa (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD). Brasília, DF, PNUD, 2005. p.125-130.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é possível no Brasil?** In: PINTO, Renato Sócrates Gomes. Justiça Restaurativa (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD). Brasília, DF, PNUD, 2005. p. 19-40.

ROBALO, Teresa Lancry de Gouveia Albuquerque e Sousa. **Justiça Restaurativa: Um caminho para a humanização do direito**. Volume 1, Curitiba: Juruá, 2012.

VITTO, Renato Campos Pinto. **Justiça Criminal, Justiça Restaurativa e Direitos Humanos**. In: VITTO, Renato Campos Pinto. Justiça Restaurativa (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD). Brasília, DF, PNUD, 2005. p. 41-52.

ZEHR, Houward. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**, tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2005.

## A FUNÇÃO DO APARELHO IDEOLÓGICO/REPRESSIVO ESTADUAL JURÍDICO NO SISTEMA SOCIOECONÔMICO CAPITALISTA: ALTERNATIVAS PARA UM SISTEMA COM FOCO NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Pedro José Mendes de Moura<sup>1</sup>  
João Vitor Passuello Smaniotto<sup>2</sup>

**RESUMO:** Busca-se, por meio do presente artigo, analisar a função do Direito no sistema capitalista. Inicia-se a reflexão explanando a teoria dos aparelhos ideológicos do Estado e o conceito de ideologia segundo Althusser. À frente, com uma análise histórica, busca-se compreender de que forma os modos de produção escravagista e feudalista se reproduziam. Em seguida, passa-se à análise do capitalismo, investigando como este se reproduz e concluindo que o Direito desempenha a função de igualar formalmente a todos, promovendo a falsa sensação de liberdade. Além disso, com base nos escritos de John Locke, observa-se que o Direito é necessário para garantir segurança às relações comerciais, protegendo direitos considerados “naturais” no capitalismo. Por fim, compreende-se o caráter invisível da subjugação das massas, o que inviabiliza uma ruptura espontânea. Conclui-se que, no capitalismo, o Direito legitima a exploração de classes. Para que a dignidade da pessoa humana seja efetivamente garantida, é necessário um rearranjo dos aparelhos ideológicos do Estado, com vistas à emancipação das classes exploradas.

**Palavras-chave:** Direito; Capitalismo; Ideologia; Aparelhos Ideológicos do Estado; emancipação

**ABSTRACT:** This article seeks to analyze the role of Law in the capitalist system. The reflection begins by explaining the theory of ideological state apparatuses and the concept of ideology according to Althusser. Subsequently, through a historical analysis, it aims to understand how the slave and feudal modes of production were reproduced. Then, the analysis turns to capitalism, investigating how it reproduces itself and concluding that Law plays the role of formally equalizing everyone, promoting the false sense of freedom. Furthermore, based on the writings of John Locke, it is observed that Law is necessary to ensure the security of commercial relations, protecting rights considered "natural" in capitalism. Finally, the invisible nature of the subjugation of the masses is understood, which makes spontaneous rupture unfeasible. It is concluded that, in capitalism, Law legitimizes the exploitation of classes. To effectively guarantee human dignity, a rearrangement of the ideological state apparatuses is necessary, aiming at the emancipation of the exploited classes.

**Keywords:** Law; Capitalism; Ideology; Ideological State Apparatuses; Emancipation

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo central a análise da função exercida pelo Direito dentro do modo de produção capitalista.

Para se alcançar tal objetivo, utilizar-se-á da teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado, criada e desenvolvida por Louis Althusser, buscando compreender qual a função e a importância da ideologia para a reprodução do capitalismo.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Direito da instituição Ugv – Centro Universitário – e-mail dir-pedromoura@ugv.edu.br

<sup>2</sup> Professor orientador. Docente da instituição Ugv – Centro Universitário. Doutor em Ciências Jurídicas e Políticas – e-mail prof\_joaovitor@ugv.edu.br

A frente, utilizando-se de escritos de Marx e Engels, compreender-se-á como operavam e reproduziam os modos de produção escravagista e feudal.

Após a análise histórica, buscar-se-á tratar do capitalismo propriamente dito, visando compreender como ele se produz e reproduz cotidianamente, bem como a forma pela qual ele domina e manipula as classes.

Partindo ao fim, buscar-se-á compreender se é possível, pelo Direito, conquistar uma melhor vida a todos, efetivando, finalmente, o fundamento da república da Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III, CR).

Além disso, procura-se responder sobre a possibilidade de utilizar-se de um instrumento essencialmente capitalista, o Direito, para se atingir uma emancipação da classe trabalhadora, reduzindo sua exploração.

Por fim, concluir-se-á sobre a necessidade/possibilidade de superação de um sistema explorador por essência, atingindo, por meio do direito, um modo de produção que se preocupe com a vida e a dignidade antes de tudo.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. DOS MÉTODOS UTILIZADOS**

O presente artigo cuida-se de uma pesquisa científica, dado que se trata de um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” (Gil, 1987, p. 19).

Sobre os métodos, trata-se o presente de um trabalho científico original, tendo por objetivo uma pesquisa exploratória e objeto bibliografias sociológicas e jusfilosóficas. Quanto aos procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica e *ex post facto*, tendo em vista que busca compreender a atuação do instituto jurídico para a produção e reprodução do sistema capitalista, e concluir sobre quais as formas de se alcançar uma dignidade de vida a todos os seres humanos. Quanto ao tratamento dos dados, trata-se de pesquisa qualitativa.

### **2.2. DA IDEOLOGIA E DOS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO**

Antes de qualquer aprofundamento, se faz necessária uma breve exposição sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado.

Partindo do início, para Althusser, “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (Althusser, 1985, p. 102), ou seja, ela forma os sujeitos e por consequência a própria sociedade.

Seguindo o entendimento do grandioso mestre argelino-francês, a ideologia não surge naturalmente no seio social, na verdade está é “vendida” pela classe dominante e “comprada” pela massa dominada (Althusser, 1985, p. 101).

Assim sendo, a ideologia é a própria mentalidade do Estado, da sociedade e dos indivíduos, mentalidade esta que favorece e serve aos interesses da classe dominante.

Alysson Leandro Mascaro, em uma genial análise do pensamento de Althusser, anota que “O sujeito, assim, mais do que optante por ideologias, é constituído e erigido pela ideologia” (Mascaro, 2018, p. 577), ou seja, os indivíduos e a sociedade são constituídos da forma que é interessante a classe dominante.

Tendo em vista o conceito de ideologia, fácil é a compreensão do que seria um Aparelho Ideológico de Estado, estes são institutos sociais que tem por objetivo a (re)produção e perpetuação do sistema vigente. Para isto, estes institutos, ou aparelhos, realizam uma verdadeira “catequização” dos indivíduos, tornando-os seres maleáveis e imputando-lhes os interesses dominantes.

Em seu livro, “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”, Althusser classifica quais instituições sociais são aparelhos reprodutores do sistema, sendo eles, o aparelho de Estado religioso, familiar, escolar, jurídico, político, sindical, de informação e cultural (Althusser, 1985, p. 44).

Conclui-se assim que, os Aparelhos Ideológicos do Estado são instituições que tem como objetivo a (re)produção e perpetuação do sistema vigente, transformando os indivíduos em verdadeiros sujeitos, alinhando-os aos interesses do capital.

### 2.3. DA REPRODUÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO - SISTEMAS PRETÉRITOS (FEUDALISMO E ESCRAVAGISMO)

Iniciando-se uma reflexão sobre os pretéritos modos de produção e suas formas de reprodução, se faz necessária a reprodução de uma passagem do livro de Althusser, o qual este cita uma carta de Marx à Kugelmann, em 11 de julho de 1868: “até uma criança sabe que se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz não conseguirá sobreviver um ano que seja” (Althusser, 1985, p. 9).

Por obvio, para que um modo de produção, ou sistema socioeconômico, se perpetue é necessário que este se reproduza cotidianamente.

Anteriormente ao Capitalismo, dois modos de produção dominaram o mundo na história recente, sendo eles, o escravagismo e o feudalismo.

Alysson Mascaro, realizando uma análise marxista, conclui que o feudalismo se reproduzia por meio da tradição, e o escravagismo se perpetuava por meio da força bruta (2022, p. 203).

Segundo o nobre professor da USP, "escravismo e feudalismo foram modos de exploração direta, calcados na violência, na força bruta ou no mero capricho do dominante" (Mascaro, 2022, p. 285).

Partindo do exposto, percebe-se que antes do capitalismo não havia este Estado centralizado, nem as instituições sociais reprodutoras dos sistemas, o que reproduzia o sistema era a simples força e os costumes.

#### 2.4. DA REPRODUÇÃO E PERPETUAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

Althusser, em uma análise de importância dos Aparelhos Ideológicos de Estado, considera que o aparelho escolar é o número um dentre todos. Para ele, a escola é quem dá a primeira impressão de mundo para as crianças, que ensina o que é certo e errado, o que é justo ou injusto. Em suas palavras:

Desde a pré-primária, a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, e a partir da Pré-Primária, inculca-lhes durante anos, os anos em que a criança está mais <vulnerável>, entalada entre o aparelho de Estado Familiar e o aparelho de Estado de Escola, <saberes práticos> envolvidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história, as ciências, a literatura), ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia). (Althusser, 1985, p. 64).

Se faz necessário observar que a intenção do presente não é discordar de Althusser, e sim, por meio dos seus ensinamentos, compreender melhor a sociedade e o sistema socioeconômico em seu estágio atual.

Tendo isto em mente, reafirma-se que o aparelho escolar é o número um dos aparelhos ideológicos, melhor dizendo, é ele o coração do capitalismo. Porém, complementa-se, sendo a escola seu coração, é o aparelho jurídico o cérebro do capitalismo.

Sobre a importância do Direito dentro do modo de produção capitalista, Alysson Leandro Mascaro expõe:

"o direito não é uma construção de instrumentos cerebrinos de juristas. Tem por base uma materialidade relacional que reside no processo de troca. A verdade do vínculo jurídico é a do vínculo entre os possuidores de mercadorias. Se a circulação de mercadorias tem na acumulação seu sentido, então o sentido do direito é também o de permitir a acumulação" (Mascaro, 2022, p. 205).

Percebe-se, por meio da magnífica exposição de Alysso, que o objetivo principal do Direito é a (re)produção do capital e por consequência, a reprodução do próprio capitalismo.

Assim, tendo em vista que é o Direito quem dita todas as ordens que regulamentam todos os demais aparelhos ideológicos, considera-se que este é o pilar central do capitalismo, sendo seu verdadeiro cérebro.

Percebe-se assim que o Direito é quem dita como esses aparelhos funcionarão atendendo os interesses do capital, fazendo com que os aparelhos atuem perfeitamente aos moldes dominantes.

Afirma-se que sem o aparelho jurídico o capitalismo se torna disfuncional, dada a sua complexidade. O ser humano, já não aceita mais ser dominado coercitivamente como foi em tempos de escravidão, atualmente se busca a liberdade plena, ao menos a liberdade formal, que é exatamente o que o Direito oferece.

Como amplamente exposto, o escravagismo reproduzia-se por meio do serviço forçado, no feudalismo tinha-se como forma de reprodução os costumes, diferentemente de ambos, o capitalismo se reproduz e produz o capital por meio das subjetividades, esta é a principal forma de dominação invisível das massas.

Tal subjetividade age fazendo com que os dominados achem que são livres, podendo negociar no mercado sem qualquer imposição. Contudo, na realidade, estes são coagidos a trabalhar, aceitando qualquer proposta que lhes é oferecida, por mais injusta que seja. Isso se dá uma vez que se não houver labor inexistente ganho de dinheiro, e por consequência a pessoa fica impossibilitada de consumir, inclusive insumos básicos.

No capitalismo, quem possui os meios de produção apenas precisa comprar, ou alugar indivíduos que produzirão objetos, que se converteram em dinheiro e conseqüentemente em Mais-Valia. Contudo, a maior parte da população mundial não possui os meios de produção, restando a estes a venda da sua própria força em troca de um valor para que possam subsistir<sup>1</sup>.

Nesta esteira, Mascaró, parafraseando Althusser, aponta:

“Como as relações de subsistência dos sujeitos se fazem mediante compra e venda da força de trabalho e dos bens como mercadorias, então tais práticas de firmarem

---

<sup>1</sup> É claro que toda esta relação é muito mais complexa, e este assunto já foi muito analisado nos três volumes de O Capital, por Marx

contrato mediante a liberdade negocial e a igualdade de direitos faz com que todos os sujeitos se pensem como sujeitos de direitos” (Mascaro, 2022 p. 327).

Este continua, mais a frente, “os sujeitos se veem como iguais, isso se deve à prática de se vender no trabalho pela equivalência jurídica.”(Mascaro, 2022. p 327).

Percebe-se assim que o direito existe no capitalismo, para legitimar a exploração do sistema, subjugando os indivíduos de forma lícita, sem o uso da força bruta, concedendo as massas a liberdade formal, para que criam que todos são iguais, o que destoa completamente da realidade material.

Conclui-se assim que o capitalismo mantém a exploração dos pretéritos modos de produção, ou seja, ele força que as pessoas trabalhem para um terceiro, pelo mínimo, para que possam subsistir, contudo, diferentemente dos sistemas anteriores, no capitalismo, com o direito, todos são igualados formalmente, fazendo as massas acreditarem que possuem a liberalidade de aceitar ou não o contrato por livre e espontânea vontade, sem que percebam a exploração e a impossibilidade de recusa de seus contratos.

## 2.5. DA FUNÇÃO E IMPORTÂNCIA DO APARELHO JURÍDICO

Desde o surgimento do capitalismo, ainda em seus moldes embrionários, em meados do século XVIII, diversos filósofos, economistas e cientistas políticos buscam legitimar e justificar este modo de produção.

Dentre eles, talvez o mais importante para esta legitimação seja John Locke. Em seu livro “Dois Tratado sobre o Governo”, Locke escreve que são os indivíduos “todos iguais e independentes, ninguém deveria prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses” (Locke, 1998, p. 384)<sup>1</sup>.

A partir das análises deste filósofo, percebe-se que o modo de produção capitalista necessita de um instituto, ou melhor, aparelho, que regule e proíba violações a direitos que são tidos como “naturais”, dando a verdadeira segurança a todos. Ademais, necessita deste instituto para igualar todos os indivíduos concedendo a impressão de liberdade.

---

<sup>1</sup> Se faz necessário observar que Locke não buscava, por meio de suas análises, justificar as explorações capitalistas da contemporaneidade, e sim buscava garantir a liberdade individual, afastando do ser humano as intervenções desproporcionais do Estado.

Assim, percebe-se que o Direito surge, da forma como o conhecemos, como um ente regulador, durante o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Compartilhando deste entendimento, anota Alysson Mascaro:

“dirá Marx que o direito, tomado de modo específico, só se verifica nas sociedades capitalistas, e sua causa não é a criação cerebrina do jurista, mas, sim, as relações mercantis. Contrastando com posição juspositivista, trata-se de uma leitura materialista a respeito do surgimento do direito.” (Mascaro, 2022, p. 201).

Ante o exposto, resta de fácil percepção que o capitalismo necessita do Direito, sendo este necessário para coagir os indivíduos a seguirem a ideologia dominante, manipulando assim a sociedade.

Marx e Engels, acertadamente como sempre, anotam em seu livro “A Ideologia Alemã”:

“O direito privado se desenvolve simultaneamente com a propriedade privada, a partir da dissolução da comunidade natural. Entre os romanos, o desenvolvimento da propriedade privada e do direito privado não gerou consequências industriais e comerciais, pois o seu modo de produção inteiro manteve-se o mesmo. Entre os povos modernos, em que a comunidade feudal foi dissolvida pela indústria e pelo comércio, o nascimento da propriedade privada e do direito privado deu início a uma nova fase, suscetível de um desenvolvimento ulterior. Amalfi, a primeira cidade que, na idade média praticou um extenso comércio marítimo, formulou também o direito marítimo.” (Marx; Engels, 2007, p. 76).

Esta passagem apenas reafirma o já analisado posteriormente, reitera-se que o Direito, dentro do capitalismo, é de extrema importância, não para proteger os indivíduos e suas subjetividades, e sim para assegurar a propriedade privada e as relações comerciais, dando segurança para as relações econômicas.

Ante todo o exposto, o Direito, como conhecemos, analisado por uma lente marxista, não é um ente idealizado, e sim um fenômeno, um produto de um momento específico da história da humanidade, ou seja, fruto do modo de produção capitalista.

Sobre ser o Direito essencialmente capitalista, Mascaro anota:

“O capitalismo demanda que a apropriação da riqueza gerada pelo trabalho seja feita não a partir da coerção com violência contra o trabalhador. Pelo contrário, o trabalhador é constituído como sujeito de direito, livre, apto a ter direitos subjetivos e deveres, e, por meio dessa nova condição política, cada trabalhador pode vender seu trabalho aos capitalistas de maneira “livre”, isto é, por meio de vínculos que obrigam tendo por fundamento uma relação jurídica, e não a mera força.” (Mascaro, 2018, p. 293, 294).

Alysson prossegue analisando como o Direito serve neste sistema socioeconômico para igualar os indivíduos, tornando-os livres para negociarem os contratos que quiser, “Nas sociedades capitalistas [...] o trabalhador e o capitalistas

são juridicamente equiparados. O direito os trata como iguais” (Mascaro, 2018, p. 581).

## 2.6. DOS “FIOS INVISÍVEIS” – A DOMINAÇÃO IMPERCEPTÍVEL

Percebe-se que o capitalismo subjuga os indivíduos, assim como acontecia nos modos de produção pretéritos, contudo, a inovação capitalista é fazer isto de maneira imperceptível. Marx analisa isto no Livro I d'O Capital, “O escravo romano era preso por grilhões; o trabalhador assalariado está preso a seu proprietário (patrão) por fios invisíveis” (2008, p. 669).

Dada a imperceptibilidade da exploração, torna-se quase impossível a efetivação de uma revolução espontânea. No atual estágio de desenvolvimento capitalista, o Direito, sindicatos, dentre outros, como o próprio Estado, não se demonstram cúmplices da exploração, e sim se apresentam como os bonzinhos, os mocinhos, os heróis de hollywood, sobre isso, escreve Alysson, “o Estado, que existe para garantir a possibilidade da exploração indistinta dos trabalhadores, se apresenta, aos olhos das pessoas, como o contrário: é o bem comum, a democracia, o público contra o privado” (2020, p. 294)<sup>1</sup>.

Percebe-se assim que este sistema não demonstra sua dominância claramente, fazendo com que a grande massa não perceba que está subjugada a interesse das classes dominantes, e, quando percebe culpa institutos internos do próprio sistema, como o Direito, a Justiça, a Educação, a Política, etc., mas nunca o sistema em si, reduzindo as possibilidades de uma ruptura a quase zero.

### **2.6.1. Da Necessidade de Reforma Sistêmica – a Efetividade do Direito a Dignidade da Pessoa Humana**

Diante o exposto, ciente da impossibilidade de uma ruptura imediata, sendo necessária toda uma construção educacional e social para tal, se faz necessária uma imediata reforma, que se dará por meio dos institutos capitalistas postos, alcançando assim uma maior dignidade da vida da grande massa.

Assim, pensando nas pessoas reais que enfrentam problemas concretos atualmente e visando alterar a vida daquelas que vivem de forma indigna em razão do atual sistema, torna-se necessária uma reforma sistêmica.

---

<sup>1</sup> Se faz necessário destacar que não se está defendendo um sistema Anarco Capitalista, onde não há qualquer intervenção estatal, alegando que o mercado se autorregularia.

Alysson Leandro Mascaro, em seu livro *Crise e Golpe*, escreve magnificamente, sobre a necessidade de alteração e rearranjo dos aparelhos ideológicos, não devendo os progressistas ignorarem os institutos postos, sendo a reforma essencial para que se atinja uma melhor qualidade de vida a todos.

Prossegue afirmando que sempre que a classe explorada adquira ou tome o poder de algum país, o que vem ocorrendo com certa frequência nas últimas décadas, o primeiro ato a ser realizado é a moldagem dos aparelhos para a sua ideologia, a fim de fazer o sistema entrar em ruínas por meio de suas próprias armas, “As poucas ocasiões em que as esquerdas ganham mandados governamentais em Estados nacionais da periferia do mundo seriam oportunidades ímpares para arejar os aparelhos que controlam a ideologia social.” (Mascaro, 2018, p. 31).

Para tal, é de extrema importância utilizar-se da política para adentrar nas engrenagens do sistema, procedendo uma progressiva ruína do capitalismo predatório, retirando sucessivamente o capital do objetivo máximo do sistema e finalmente colocando o ser humano e sua dignidade, alcançando, a curtos passos a tão sonhada revolução.

Visando esta reforma, percebe-se que por ser o cérebro do sistema, o aparelho que merece maior atenção é o jurídico, as ciências jurídicas, por influenciar e definir os rumos dos demais aparelhos ideológicos e repressivos merece grande atenção dos progressistas que possuem como objetivo a dignidade do ser humano.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante todo o exposto, conclui-se que a ideologia ao interpelar os indivíduos, realiza a produção e reprodução do sistema capitalista, formando sujeitos que atendam exatamente aos interesses inerentes a este modo de produção.

Percebeu-se, por meio dos escritos de Marx e Engels, que esta produção e reprodução sistêmica, por meio da ideologia, é inerente ao capitalismo, uma vez que os modos de produção anteriores atuavam em sua reprodução de forma mais visível e perceptível aos sentidos, como por exemplo, o feudalismo por meio da tradição e da religião, já o escravagismo por meio da força bruta.

Dado isto, percebe-se que o capitalismo se reproduz por meio da ideologia, que é a expressão dos interesses da classe dominante, implementada e exigida na (e pela) sociedade por meio dos aparelhos ideológicos e repressivos do estado, como por exemplo, a família, a religião, o direito, a escola etc.

Dentre todos os aparelhos indicados e existentes, destaca-se dois, o escolar, que seria o coração da reprodução do sistema, e o Direito que é o cérebro do modo de produção, dado que é ele quem dita os caminhos que todos os demais aparelhos seguirão.

Conclui-se que o Direito, como um aparelho ideológico e repressivo, foi criado como uma forma de legalizar a exploração inerente ao capitalismo. Assim, conclui-se que dentro do sistema econômico capitalista, em que se busca uma forma de dominação de classes, as ciências jurídicas servem para legitimar tal exploração.

Contudo, é inegável que a essência, ao menos na teoria, das ciências jurídicas é a busca pela justiça, assim, fora de um sistema que tenha por base a exploração e sobreposição de uma classe sobre a outra, o Direito é um meio de se obter a tão sonhada justiça material. Desta forma, há de se perceber que o Direito é injusto por conta do sistema econômico, e não injusto por sua própria “vontade”.

Porém, o papel do Direito na sociedade, apesar dos pesares, é muito importante, uma vez que, apesar de não alcançar a justiça material, serve exatamente para que os seres humanos busquem e conquistem a sua emancipação, conquistando direitos essenciais para uma melhora na vida da população, um exemplo disso é a Constituição da República de 1988, que garante, no papel, uma digna condição de vida.

Desta forma, o Direito, mesmo sendo uma forma de legitimar a exploração, serve como uma forma de conquistar direitos, que podem, com uma dura e árdua batalha, garantir uma vida digna aos seres humanos.

Assim sendo, é necessário que as classes exploradas se utilizem do direito, realizando uma verdadeira revolução humanizada permanente, interna no próprio sistema capitalista.

A indagação que se mantém é de qual forma, utilizando-se de um aparelho capitalista, alcançar-se-ia a dignidade da pessoa humana. A resposta é simples, criando programas governamentais visando a redistribuição das riquezas e das terras, entre outros direitos necessário à dignidade.

Percebe-se assim a possibilidade de alcançar-se uma mínima dignidade por meio do direito. Fica clara a possibilidade de emancipação da classe operaria por meio

deste instituto, sendo possível a aquisição de direitos favoráveis a referida classe por meio de mobilizações sociais, e atos semelhantes.<sup>1</sup>

Em resumo, o Direito pode garantir uma mínima qualidade de vida, contudo, a classe oprimida não pode abandonar a batalha com a conquista deste mínimo, devendo ter sempre como fim a justiça absoluta que só será alcançada com a ruptura do atual sistema.

Assim, é necessário deixar de lado o sistema capitalista, qual tem como objetivo central a produção do capital, custe o que custar, aderindo a um modo de produção que antes de tudo tenha como objetivo o respeito a vida, e a garantia de dignidade a todos.

Por fim, a respeito do objetivo central do presente estudo, conclui-se que o direito, como um aparelho tanto ideológico como repressivo do estado, serve, no capitalismo, como um meio de subordinar todas as outras instituições sociais, bem como moldar os próprios indivíduos aos interesses da classe dominante, reprimindo-os, jogando aqueles que não às cumprem as margens da sociedade, considerando-os como bandidos.

Desta forma, o papel do Direito no capitalismo é produzir e reproduzir o modo de produção, as vezes de forma imperceptível, as vezes de forma forçada, contudo, sempre impossibilitando a alteração sistêmica.

#### 4. REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

GIL, A. C.; **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

LOCKE, John. **Dois Tratados Sobre o Governo**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. Petrópolis: Vozes de Bolso, 2019.

MARX, Karl. **O Capital. Livro I**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 2.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. 1. ed. São Paulo [SP]: Boitempo, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. 6. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2018.

---

<sup>1</sup> Vide constantes atos pelo fim da escala 6x1.

MASCARO, Alysso Leandro. **Sociologia do Direito**. 1. ed. São Paulo [SP]: Atlas, 2022.

## A HISTORICIDADE DA CIÊNCIA E SUAS EPISTEMOLÓGICAS

Anderfabio Oliveira dos Santos<sup>1</sup>

Robson Stigar<sup>2</sup>

Vanessa Roberta Massambani Ruthes<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo procura apresentar a historicidade das ciências e uma revisão sobre as diversas compreensões das epistemologias que temos no mundo contemporâneo, bem como apresenta a sua etimologia, sua natureza e problemáticas científicas. Ao longo do artigo procuramos refletir sobre a relação da epistemologia com a ciência e com o conhecimento científico, que busca conhecer o mundo cientificamente, sendo está uma vertente e verdade absolutizada no mundo contemporâneo. O artigo visa romper com os velhos conceitos, paradigmas e preconceitos estabelecidos pelo determinismo e negacionismo científico presente na atual sociedade.

**Palavras-chave:** Ciência; Conhecimento; Epistemologia; Historicidade.

**ABSTRACT:** This article seeks to present the historicity of science and a review of the different understandings of epistemologies that we have in the contemporary world, as well as presenting its etymology, its nature and scientific issues. Throughout the article we seek to reflect on the relationship between epistemology and science and scientific knowledge, which seeks to know the world scientifically, which is an absolutized aspect and truth in the contemporary world. The article aims to break with the old concepts, paradigms and prejudices established by determinism and scientific denialism present in current society.

**Keywords:** Science; Knowledge; Epistemology; Historicity

### INTRODUÇÃO

Até o século XIX, existiu um modelo da racionalidade, uma espécie de chave explicativa, que assentava no determinismo. Mas, a partir do século XX, devido ao reconhecimento de que há fenômenos que não obedecem ao determinismo, operou-se uma revolução na epistemologia que alterou o modelo de racionalidade até então aceito pela comunidade científica. Neste sentido se faz relevante conhecermos a história da epistemologia, a fim de nos situarmos no tempo e no espaço científico de forma clara e objetiva.

A epistemologia, também chamada teoria do conhecimento, pode ser compreendido como um ramo da filosofia, que está interessada na investigação da natureza, das fontes e da validade do conhecimento e do saber. Entre as questões principais que ela procura responder estão as seguintes. O que é o conhecimento? Como nós o alcançamos? De onde vem o conhecimento?

---

<sup>1</sup> Licenciado em Matemática, Mestrando em Gestão e Avaliação da Educação Pública - [anderfabio@seed.pr.gov.br](mailto:anderfabio@seed.pr.gov.br)

<sup>2</sup> Licenciado em Filosofia e Sociologia, Mestre e Doutor em Ciência da Religião - [robsonstigar@gmail.com](mailto:robsonstigar@gmail.com)

<sup>3</sup> Licenciada em Filosofia e Pedagogia, Mestre e Doutora em Teologia - [vanessa\\_ruthes@yahoo.com.br](mailto:vanessa_ruthes@yahoo.com.br)

Podemos afirmar que o conceito de Epistemologia serve para designar, seja na teoria geral do conhecimento, seja em estudos mais restritos concernentes à gênese e à estruturação das ciências. Em linhas gerais a epistemologia pode ser entendida como a ciência da ciência, a filosofia da ciência. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento. É a área da filosofia que discute a possibilidade de estabelecermos um método para o conhecimento (Japiassú, 1981, p. 56).

A origem etimológica da palavra Epistemologia remete ao Logos, o também compreendido como saber. Entretanto há diversos tipos de saberes, assim sendo é natural que existam diferentes definições de epistemologia. Mas o conteúdo que elas transmitem sempre busca responder a seguinte questão: como podemos conhecer? Para responder tal indagação, diferentes correntes de pensamento disputaram espaço na história da filosofia, com destaque para as céticas, as empíricas e as racionalistas. (Grayling, 1996, p. 02).

## **A ETIMOLOGIA DA EPISTEMOLOGIA**

Antes de abordarmos a questão do conhecimento, torna-se de fundamental importância buscar uma definição. A palavra *epistemologia* surge no vocabulário filosófico no século XIX. Como são inúmeras as concepções sobre a sua definição e/ou concepção, podemos afirmar que ela é um conceito flexível, que objetiva a uma teoria geral do conhecimento. Desse modo, o papel da epistemologia é: “estudar a gênese e a estrutura dos conhecimentos científicos com um viés interdisciplinar, pois observa a ciência sob o prisma de diversas disciplinas” (Japiassú, 1981, p. 58).

Para Mora (2001), durante algum tempo havia a propensão de usar o termo *gnosilogia* em preferência à epistemologia. Depois, tendo em vista que o termo gnosilogia era empregado muito frequentemente por tendências filosóficas de orientação escolástica, tendeu-se a usá-lo no sentido geral de teoria do conhecimento, sem definir de que tipo de conhecimento se tratava. Para se referir à teoria do conhecimento científico ou, ainda, para elucidar problemas relativos ao conhecimento cujos principais exemplos eram extraídos das ciências, passou-se a utilizar o vocábulo *epistemologia*. Progressivamente, em parte por influência da literatura filosófica anglo-saxã, utilizou-se epistemologia na maior parte dos casos.

Para Japiassú (1981), etimologicamente, a palavra epistemologia significa discurso (*logos*) sobre a ciência (*epistemé*). Para este autor, a epistemologia trata-se

dos estudos e reflexões acerca dos métodos científicos, realizando um “estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências” (Japiassú, 1981, p. 24).

Assim Japiassú (1981) entende que a epistemologia estuda a relação existente entre um sujeito que vê e uma coisa, um objeto, que está diante deste sujeito. Ela avalia a possibilidade ou não de conhecer este objeto, ou seja, busca pela sua essência, sendo este o principal problema da teoria do conhecimento: a oposição entre *essência* e *aparência*.

Japiassú (1981) destaca que a epistemologia se divide em duas categorias distintas, cada qual com uma fundamentação: epistemologias genéticas e epistemologias não genéticas. Nas epistemologias genéticas, “o conhecimento deve ser analisado de um ponto de vista dinâmico ou diacrônico”, enquanto nas epistemologias não genéticas, “o conhecimento é resultado de um ponto de vista estático ou sincrônico, quer dizer, e sua estrutura atual” (Japiassú, 1981, p 36-39).

Além de se configurar como um discurso sobre a ciência, a epistemologia também é a história desta, pois uma teoria científica só é considerada epistemologia porque esta é histórica. Desta forma, a historicidade é essencial ao objeto da ciência sobre o qual é estabelecida uma reflexão denominada filosofia da ciência. Mas devemos ter claro que todo saber descreve a relação entre o sujeito e o objeto. A questão fundamental para a filosofia é relacionar o saber do sujeito a um *logos*, a uma proposição, a uma razão, a uma asserção.

Assim, Japiassú (1981), partindo do pressuposto de que a história da ciência e a da epistemologia estão profundamente ligadas, complementando-se mutuamente, o pesquisador, além de fazer ciência, deve refletir sobre o seu próprio fazer, contextualizando o mesmo na história e literatura científica, permitindo, com isso, a promoção de novas epistemologias.

Promoveremos, a seguir, um rápido panorama com um olhar histórico-crítico sobre a epistemologia e sua interdisciplinaridade, objetivando compreender os principais protagonistas, suas percepções filosóficas e suas contribuições científicas para a base do pensamento epistemológico contemporâneo.

## **A HISTORICIDADE DAS CIÊNCIAS**

Na filosofia contemporânea, Gaston Bachelard (1884-1962) inaugurou o conceito de corte epistemológico. Este afirma a existência de uma ruptura entre o

espírito pré-científico e o científico. Para Bachelard (1996), o surgimento da ciência se distingue da época pré-científica, pois os conceitos que a ciência produz são fruto de um recorte epistemológico e de muita observação.

Sua epistemologia consistia na história da ciência como ela deveria ser feita. Para Bachelard (1996), toda a reflexão efetiva, que seja capaz de estabelecer o verdadeiro estatuto das ciências formais e das ciências empírico-formais, deve ser necessariamente histórica.

Segundo Japiassú (1981), ao estabelecer quadros epistemológicos, o filósofo quer superar a imperfeição das definições tradicionais de ciência. Seu fundamento remete-se à profunda complexidade das teorias científicas contemporâneas, mas o ponto fundamental é a negação do essencialismo. Desta forma, apresenta a noção de probabilismo como um caminho na direção do corte epistemológico.

Para Bachelard (1996), a ciência necessita tanto da força e dos poderes da razão quanto da criatividade e da poesia. Desta forma, ela promove o desenvolvimento e a valorização do campo do imaginário, pois entende que a pessoa é razão e imaginação. A ciência não é representação, mas ato, afirma Bachelard. Não tendo verdades ou realidades absolutas, há várias verdades pois, a verdade seria o resultado da negação mútua das opiniões, num conflito entre os produtores de ideias. Não há um saber universal, mas a necessidade de compreender a relação do homem com o seu saber. Assim, ao pensar a ciência como uma constante superação de obstáculos, Bachelard imprime um novo ânimo de perspectivas na epistemologia científica contemporânea, ampliando seu lastro e suas áreas de atuação.

## **OS PARADIGMAS CIENTÍFICOS DE THOMAS KUHN**

Thomas Kuhn (1996) defende que todas as disciplinas cientificamente amadurecidas se organizam de acordo com paradigmas. No entanto, antes de o paradigma estar devidamente constituído, não existe ainda ciência propriamente dita. Os investigadores encontram-se num período de **anterior a ciência**. Ultrapassado o período pré-científico, quando surge uma teoria mais poderosa e consensual, esta irá ajudar a fundar um **paradigma**. Um paradigma assume-se como um modelo de investigação através do qual os cientistas desenvolvem a sua atividade. Quando um paradigma surge, inicia-se um período de normalidade. Neste período, a atividade científica consiste em resolver problemas de acordo com as normas do paradigma. (Kuhn, 1996).

Neste contexto, a epistemologia, para Kuhn (1996), é um modo de funcionamento de um paradigma. Em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, o filósofo da ciência define a busca da verdade como a procura por um paradigma válido para explicar um determinado fenômeno.

Para Japiassu (1981) a constituição de um paradigma ocorre para explicar os fenômenos estudados pelos cientistas e suas consequências. Logo, o debate é sempre sobre a possibilidade de uma explicação de um fenômeno por meio de um paradigma. Não se discute a legitimidade filosófica de um problema. Os cientistas trabalham a partir de modelos adquiridos por meio da educação ou da literatura a que são expostos subsequentemente, muitas vezes sem conhecer ou precisar conhecer quais as características que proporcionaram o *status* de paradigma comunitário a esses modelos.

A coerência da tradição de pesquisa da qual participam não precisa nem mesmo implicar a existência de um corpo subjacente de regras e pressupostos, que poderia ser revelado por investigações históricas ou filosóficas adicionais. O fato de os cientistas usualmente não perguntarem ou debaterem a respeito do que faz com que um problema ou uma solução particular sejam considerados legítimos nos leva a supor que, pelo menos intuitivamente, eles conhecem a resposta. Mas esse fato pode indicar tão somente que nem a questão nem a resposta são consideradas relevantes para suas pesquisas. Os paradigmas podem ser anteriores, mais cogentes e mais completos que qualquer conjunto de regras para a pesquisa que deles possa ser claramente abstraído (Kuhn, 1996, p.75).

Segundo Japiassu (1981) o paradigma epistemológico, para Kuhn, é uma explicação que abrange a totalidade daquele fenômeno. Se o paradigma não conseguir mais explicar um fenômeno, ele entra em crise. A partir de então, se procura outro para abordar o problema. As crises, portanto, são uma pré-condição necessária para o surgimento de novas teorias,

Segundo Mora (2001), Kuhn definiu que um paradigma se modifica de acordo com a alteração de significado que ele adquire frente a um problema científico e ao tempo propriamente que apresenta outras posturas e/ou convicções. Desta maneira, as teorias científicas são incomensuráveis e o conhecimento possui apenas um progresso teórico.

Em suma, para Kuhn (1996), a ciência modificava-se através de revoluções. Para este autor, o desenvolvimento de uma disciplina científica acontece por meio das

seguintes fases: fase pré-paradigmática, ciência normal, crise, revolução científica, nova ciência normal, nova crise, nova revolução e, assim, sucessivamente. Desta forma, as crises podem despertar revoluções, as quais também atuam como uma forma de evolução científica.

## **A CIÊNCIA FALSIFICÁVEL**

Karl Popper (1902-1994) faz uma crítica radical e profícua ao empirismo lógico. Para Popper, o conhecimento científico deve ser construído a partir do critério da falseabilidade, ou seja, uma teoria, para ser científica, deverá ser refutada em algum momento; caso ela funcione sempre, não será científica, será dogmática e fundamentalista, sendo considerada como uma pseudociência. (Popper, 1980).

Karl Popper contribuiu, decisivamente, para a solução de dois problemas fundamentais da demarcação: o problema da “demarcação entre ciência e metafísica”, isto é, “entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos de ordem supracientífica”; e o problema da “indução e o seu valor para a ciência” (Japiassú, 1981, p. 36).

Essa aparente contrariedade entre conhecimento e desconhecimento é apenas o ponto de partida da busca pela epistemologia de Popper. Para o filósofo da ciência, ambas as teses apresentadas são importantes, pois, através delas, podemos estabelecer uma epistemologia de pesquisa. (Popper, 1980).

Segundo Japiassu (1981) a epistemologia de Karl Popper funda-se na noção de verificabilidade de uma teoria científica e de seu alcance em relação ao que se lhe apresenta. A explicação possível de um fenômeno parte da verificabilidade. Assim sendo, Karl Popper preocupava-se com a elucidação do valor das teorias científicas, ou seja, como grau de confiança que podemos depositar nelas em função dos dados empíricos que podemos dispor. Desta forma, as teorias científicas tornam-se válidas se forem falsificáveis e o papel do cientista/pesquisador não é demonstrar ou verificar suas teorias, mas, sim, testá-las, tentando infirmá-las ou falsificá-las,

O princípio de falsificabilidade constitui uma inovação relativamente ao método científico. Falsificar as hipóteses ou teorias significa procurar na experiência fatos que as desmintam, em vez de procurar fatos que apoiem a teoria. Segundo Popper (1980), o valor científico de uma teoria está na sua resistência a ser refutada. Isto significa que, se uma teoria resistir às tentativas mais sérias de desmenti-la, ou seja, de falsificá-la, essa teoria chama-se uma teoria corroborada. Esta palavra significa

apenas que a teoria será aceita provisoriamente pela comunidade científica, devendo esta continuar a submetê-la permanentemente à prova.

Uma teoria científica, conseqüentemente, é sempre uma conjectura. Daí que a ciência deva ser concebida como uma seqüência de tentativas para solucionar determinados problemas, fazendo da falsificabilidade o critério de demarcação entre uma ciência e uma pseudociência. Portanto, quanto mais uma teoria se prestar ou estiver disponível a ser desmentida, mais científica é. (Popper, 1980).

A Primeira tese: conhecemos muito. E conhecemos não só muitos detalhes de interesse intelectual duvidoso, porém, coisas que são de uma significação prática considerável e, o que é mais importante, que nos oferecem um profundo discernimento teórico e uma compreensão surpreendente do mundo. Segunda tese: nossa ignorância é sóbria e ilimitada. De fato, ela é, precisamente, o progresso titubeante das ciências naturais (ao qual alude minha primeira tese), que constantemente, abre nossos olhos mais uma vez à nossa ignorância, mesmo no campo das próprias ciências naturais. Isto dá uma nova virada na ideia socrática de ignorância. A cada passo adiante, a cada problema que resolvemos, não só descobrimos problemas novos e não solucionados, porém, também, descobrimos que onde acreditávamos pisar em solo firme e seguro, todas as coisas são, na verdade, inseguras e em estado de alteração contínua” (Popper, 2004, p. 06).

Esta definição de ciência desmarca-se da posição positiva que considerava a experiência como uma verificação ou comprovação das hipóteses. Deste modo, a experiência deveria fazer tudo para comprovar a hipótese, e não a desmentir. Por isso, ao princípio de verificabilidade vai se opor outro princípio, que é o da falsificabilidade. (Popper, 1980).

Karl Popper critica o método indutivo, chegando mesmo a rejeitá-lo por considerar não haver justificação lógica para as inferências indutivas. Assim, considera incorreto inferir enunciados universais de enunciados singulares, independentemente do número destes últimos. Portanto, qualquer conclusão obtida pela indução pode sempre revelar-se falsa. O famoso exemplo dos cisnes brancos que podemos observar, nada justifica a conclusão de que todos os cisnes são brancos. (Popper, 1980).

Outra questão abordada por Karl Popper é a de demarcação de um conceito. “Meu problema era diferente. Eu queria distinguir entre ciência e pseudociência; sabendo muito bem que ciência frequentemente erra e que pseudociência pode

encontrar ocasionalmente a verdade” (Popper, 1980, p. 44). Desta maneira, na epistemologia de Popper, é possível ter mais clara a possibilidade do conhecimento ao distinguirmos o que é e o que não é ciência.

Para Japiassu (1981), se conseguirmos demarcar um problema, e como resultado demarcarmos o conceito resultante, temos uma possibilidade real de conhecimento e evitamos estudar pseudoproblemas. Assim, Popper acredita que não há teorias explicativas universais, detentoras de verdades absolutas. O que existe são hipóteses e conjecturas.

### **A ARQUEOLÓGICA DE MICHEL FOUCAULT**

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) definiu como epistêmica a estrutura subjacente e inconsciente que engloba o campo do conhecimento, ou seja, o modo como nós percebemos os objetos. É a maneira de agrupar os objetos ou defini-los. A *episteme* é um lugar a partir do qual o ser humano conhece. O objetivo de Foucault é analisar a *episteme* ocidental e seus sucessivos momentos, a partir de um novo método. (Foucault, 2008).

Podemos, inclusive, realizar uma aproximação entre a definição de *paradigma* de Kuhn e a de *episteme* de Foucault, no que tange à sucessão do paradigma e da sucessão epistemológica. Entretanto, epistemologicamente, se faz necessário estabelecer o limite de separar ambas em relação ao fundamento da ciência (Japiassú, 1981).

Foucault (2008), apresenta o conceito do “triângulo dos saberes”, noção que lhe permite definir uma espécie de espaço epistemológico, sendo ele de caráter racional e científico, da constituição das ciências humanas. A epistemologia fundada por Foucault procura saber a origem do discurso e sua estrutura histórica, bem como suas implicações na dominação do ser humano.

Trata-se de uma epistemologia arqueológica, que “não visa à descoberta da origem do homem, mas o fundamento das ciências humanas”, ou seja, “trata-se de um sistema, não de códigos de regras relativamente à percepção e à palavra, mas de ordem fundamental, que deve orientar e reger as ciências, constituindo para elas um *a priori* histórico” (Japiassú, 1981, p. 28).

Desta forma, Foucault estabeleceu que a história de um conceito, mediante a arqueologia da pesquisa científica, revela seus fundamentos que devem ser questionadas para evitarmos as amarras do controle e da alienação. Esta

epistemologia se funda, portanto, na arqueologia das ideias e na formação da história, ou seja, na historicidade. “No que se refere à ciência, é necessária uma profunda pesquisa do uso de determinados termos para podermos expor nossas escolhas metodológicas”. (Foucault, 2008, p. 218-219).

## **A EPISTEMOLOGIA CRÍTICA DE JÜRGEN HABERMAS**

A epistemologia crítica, desenvolvida por Habermas (1990), tem por objetivo principal interrogar-se sobre a responsabilidade social dos cientistas e da ciência. O que este tipo de epistemologia pretende apresentar é que a verdadeira significação da ciência não reside mais no saber enquanto tal, mas no poder que ele efetivamente possui (Chibeni, 1997).

Para Habermas, a ciência tem dois polos: o polo do saber e o do poder. Assim, a ciência desempenha um papel tão importante no desenvolvimento das forças produtoras, que há proeminência do saber para o poder. A técnica e tecnologia são veículos do poder exercido para reafirmar o controle, legitimando o sistema.

A epistemologia de Habermas faz uma crítica ao cientificismo, contestando as formas ingênuas, como a do cientificismo positivista. Habermas apresenta que não existe neutralidade científica e, como tal, a ciência e a técnica transformaram-se em ideologia. A ciência e a técnica entendidas como ideologia cumprem também hoje a função de legitimação: “A técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante. A técnica é um projeto histórico-social, nele se projeta o que a sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e as coisas” (Habermas, 1990, p. 46-47).

Habermas (1990) dedica-se à compreensão de uma racionalidade comunicativa. Sugere que o paradigma do conhecimento de objetos deve ser substituído pelo paradigma da compreensão mútua entre sujeitos. A capacidade de falar e de agir nada mais é do que uma razão relacionada à *práxis* social solidária, como o lugar de uma razão historicamente situada, que esteja aberta à pluralidade social e cultural da sociedade.

Segundo Jeffman (2013), Habermas critica a razão centrada no sujeito, pois acredita que a construção de uma racionalidade se faz mediante a argumentação. Em outras palavras, é necessário que os sujeitos exponham suas argumentações, para, assim, se estabelecerem um discurso. Por conseguinte, eles alcançam uma espécie

de racionalidade comunicativa, na qual o que predomina é uma vontade geral, e esta é posta em prática.

## **A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE EM EDGAR MORIN**

Morin (1996), denominou o pensamento complexo. Porém, a história da complexidade advém de inúmeros autores, de linhas investigativas diversas e com nomenclaturas também singulares, como pensamento sistêmico, de Fritjof Capra; enfoque globalizador, de Antoni Zabala; multirreferencialidade, de Jacques Ardoino, entre outros.

Para entendermos o pensamento complexo em Morin (1996), ou a epistemologia da complexidade, propriamente, é necessário termos claro que a mesma pode ser entendida como uma hermenêutica, também chamada de ciência da interpretação.

O pensamento complexo, ou também o paradigma da complexidade, tem, segundo Morin (2000), como fundamento as formulações surgidas no campo das ciências exatas e naturais, às quais se unem as teorias da informação, dos sistemas e a cibernética, que evidenciaram a necessidade de superar as fronteiras entre as disciplinas (Carvalho, 2002).

O termo “complexo” não deve ser compreendido como sinônimo de dificuldade ou complicação, mas, sim, entendido como termo que abrange vários elementos que são membros e participantes do todo, como Morin (1997, p. 15) afirma: “*complexus* – o tecido que junta o todo” (Morin, 1996, p. 87).

Segundo Estrada (2009), os estudos da física, a partir do século XIX, relacionados à termodinâmica, explicam que qualquer processo de ordenação precisa de energia. Entretanto, nem toda energia disponível será utilizada para criar ordem, parte será rejeitada na forma de calor. Isto significa que todo processo de ordem se dá em função de uma maior desordem. Assim, é necessário explicitar e contextualizar os conceitos de ordem e desordem, tendo em vista que a primeira e fundamental complexidade do sistema seria associar em si mesmo as ideias de unidade e de multiplicidade que, em princípio, repelem-se e se excluem.

O conceito de ordem extrapola as ideias de estabilidade, rigidez, repetição e regularidade. Unindo-se à ideia de interação, e imprescindível, recursivamente da desordem, que comporta dois polos: um objetivo e outro subjetivo. O objetivo é o polo das agitações, dispersões, colisões, irregularidades e instabilidades. O polo subjetivo

é “o da imprescindibilidade ou da relativa indeterminabilidade. A desordem, para o espírito, traduz-se pela incerteza” (Morin, 2000, p. 200), que traz consigo o acaso, ingrediente inevitável de tudo que nos surge como desordem (Estrada, 2009).

Mocellim (2011) também parte do princípio que a complexidade apareceu no pensamento científico a partir da cibernética e da teoria da informação, na qual era vista como sinônimo de complicação. Outra razão que determina o surgimento da mesma é a fragmentação dos saberes, determinada pela ciência clássica.

Para Menuzzi (2008), é importante destacar que a complexidade seria a própria relação entre o simples e o complexo, que são antagônicos e complementares ao mesmo tempo, por mais paradoxal ou contraditório que pareça. Sua ideia fundamental é denunciar a metafísica da ordem, entendida “como princípio do pensamento que considera o mundo e não como princípio revelador da essência do mundo” (Morin, 2000, p. 151).

O próprio Morin (2000) deixa claro que não há teoria sem método; teoria e método são os dois componentes indispensáveis do conhecimento complexo que ajudam a diminuir nossas miopias e cegueiras, diante da verdadeira realidade do cosmo. Para o autor, a humanidade vive um contraponto entre o processo global e a consciência dos indivíduos.

O paradigma da simplificação, para o autor, é o aporte do que denomina ciência clássica. Seus princípios fundamentais são a generalização, redução e separação. Ao contrário disso, a complexidade não é sinônimo de complicação, mas uma forma de pensar que desafia o problema da contradição (Morin, 2000).

Assim, o paradigma da simplificação significa: “o conjunto dos princípios de inteligibilidade próprios da cientificidade clássica, e que, ligados uns aos outros, produzem uma concepção simplificadora do universo (físico, biológico e antropossocial)” (Morin, 1996, p. 330).

Já no século XX, as ciências da terra, a ecologia e a cosmologia começaram a buscar um conhecimento transdisciplinar, baseando-se na compreensão não linear de diversos níveis da realidade. Elas buscavam a inclusão lógica de um terceiro elemento, para além das contradições. Emergiu, assim, o pensamento complexo ou paradigma da complexidade, propondo uma democracia cognitiva, o diálogo entre as diversas formas de conhecimento (Carvalho, 2002).

Assim sendo, Morin (2000) procurou desenvolver uma análise da realidade através do método interdisciplinar, sendo a complexidade definida como uma unidade

múltipla que objetiva uma macrovisão sobre o objeto de estudo. Assim sendo, segundo o autor, é necessária a reforma do pensamento e a reconstrução dos saberes como alternativa para compreender e gerir a complexidade.

Para Araujo (2007) a complexidade corresponde à multiplicidade, ao entrelaçamento e à contínua intenção da infinidade de sistemas e fenômenos que compõem o mundo natural. O sentido vem da palavra latina *complexus*. Esta indica o que se encontra tecido juntamente ou, ainda, estar abraçados juntos. Tem o significado de trançar com, de trançar junto, de religar. Complexo, portanto, é aquilo que se une, e não aquilo que se define como oposição ao simples.

Assim, Morin (1996) percebe a complexidade da relação sujeito/objeto, ordem/desordem, reconhecendo uma zona obscura, irracional e incerta no paradigma da complexidade. Verifica-se, desta maneira, que a complexidade possui elementos que são complementares e que, por isto, precisam ser compreendidos em suas inter-relações.

Segundo Petraglia (2008), na epistemologia da complexidade, a parte está no todo, assim como o todo está na parte. Cada parte, por um lado, conserva suas qualidades próprias e individuais, mas, por outro, contém a totalidade do real. Ao contrário do paradigma cartesiano, que nos levou a uma fragmentação do conhecimento e do próprio sujeito, conseqüentemente.

A extensão dos critérios das ciências naturais às ciências sociais levou à formação de um grande paradigma ocidental, que procede por separação e redução. Mas a física subatômica introduziu incertezas quanto aos limites do reducionismo. A fenomenologia mostrou as insuficiências da pretensão de se captar uma realidade objetiva independente do olhar e dos pressupostos do pesquisador (Petraglia, 2008).

Refletir de maneira complexa significa romper com um sistema de pensamento que se fundamenta na objetividade dos enunciados, na sua coerência lógica e na redução dos problemas a setores delimitados da realidade. Assim sendo, para enfrentar de frente o problema da complexidade, é necessário rever todo o conhecimento gerado pelas ciências modernas, tendo em vista suas limitações (Carvalho, 2002).

A complexidade, proposta por Morin (1996), refere-se a um conjunto de eventos, principalmente àqueles ligados à área científica, que ocorreram no final do século XIX e que foram sendo debatidos, combatidos e assimilados no decorrer do século XX.

A complexidade incorpora não só aspectos e categorias da ciência, da filosofia e das artes, como também os diversos tipos de pensamento, sejam eles míticos, mágicos, empíricos, racionais e lógicos. Estes se encontram, numa rede relacional que faz emergir o sujeito no diálogo constante com o objeto do conhecimento. O paradigma da complexidade procura romper com o paradigma cartesiano existente em nossa atual sociedade (Petraglia, 2008).

Desta forma, considera a comunicação entre as diversas áreas do saber e compreende ordem, desordem e organização como fases importantes e necessárias de um processo. Araújo (2007) destaca que a proposta da complexidade feita por Morin consiste em compreender conjuntos de vários elementos que se inter-relacionam de tal forma que, juntos, passam a exibir uma estrutura ou comportamentos organizados.

Pensar a complexidade significa pensar um novo paradigma, ou seja, novas ideias, que sejam aceitas. Em outras palavras, renunciar velhos conceitos e paradigmas. Assim sendo, trata-se de um pensamento capaz de lidar com o real, de com ele dialogar. A complexidade é sinônimo de “trançagem”, religião, complementaridade, multidimensionalidade, polifonia (Petraglia, 2008, p. 17).

A Complexidade é um tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. A complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal. Mas então a complexidade, apresenta-se com os traços inquietantes da confusão, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza. Daí a necessidade, para o conhecimento, de pôr em ordem nos fenômenos ao rejeitar a desordem, de afastar o incerto, isto é, de selecionar os elementos de ordem e de certeza, de retirar a ambiguidade, de clarificar, de distinguir, de hierarquizar (Morin, 2000, p. 20).

A teoria da complexidade, ao propor um novo modo de pensar, ressalta a possibilidade da religação dos saberes compartimentados, como possibilidade de superação do processo de atomização. Desta forma, propicia uma crítica às velhas concepções equivocadas e, ao mesmo tempo, pode indicar novos rumos para uma compreensão de sociedade e ciência, que responda ao pluralismo social contemporâneo. (Morin, 2000)

A interdisciplinaridade constitui-se uma nova etapa do conhecimento científico e de sua classificação epistemológica. Mas, para que isto aconteça verdadeiramente,

é “imprescindível a complementariedade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas práticas científicas” (Carvalho, 2002, p. 19).

Morin (2000) destaca que o pensamento determinista, quantitativo e mecanicista isola e fragmenta o conhecimento. Isso permite que especialistas alcancem um alto desempenho em suas áreas específicas. De outra parte, no entanto, distanciam-se da realidade social e distanciam os problemas uns dos outros, de modo que perdem a visão do global, do contexto planetário. Morin (2000) apresenta, assim, a necessidade de o pensamento científico trabalhar com a realidade coletiva.

Ao criticar o método de individualização mecânica, que trata do objeto como individual, separado e distinto, o autor propõe que o pensamento científico deve ser percebido e definido e inserido em um grupo. Esta noção de grupo permite a noção de particular e geral, de uno e múltiplo. Desta forma a Complexidade é o pensamento capaz de reunir (*complexus*: aquilo que é tecido conjuntamente), de contextualizar, de globalizar, mas ao mesmo tempo, capaz de reconhecer o singular, o individual, o concreto (Morin; Le Moigne, 2000, p. 207).

Contextualizar as questões atuais é uma questão ética. Porém, ainda persiste a visão sob as bases teóricas do paradigma dominante, negligenciando as questões complexas, pela produção exacerbada do conhecimento científico. Conseqüentemente, o modo de pensar dos sujeitos encontra-se na cegueira (Morin, 1996), reproduzindo a educação e o ensino e, da mesma forma, os objetos de investigação que reproduzem a organização social e econômica, de acordo com interesses políticos e econômicos (Carvalho, 2002).

Nesta nova perspectiva, Morin (2000) apresenta a epistemologia da complexidade, no seu sentido próprio: a capacidade de interligar, ou seja, a capacidade de juntar e reconstruir aquilo que nunca deveria ser separado. A complexidade é o desafio da visão global. Já a visão fragmentada, a qual promove a irresponsabilidade considera apenas partes, cuida apenas de partes, deixando de considerar a totalidade (Morin, 2000, p. 18).

Assim, entendemos que temos um novo horizonte epistemológico, que requer e admite a pluralidade de saberes. Tal horizonte permite abertura à experiência religiosa, como o saber na aldeia global, tornando, assim, a religiosidade algo público na sociedade atual, não podendo mais ser abordado de forma particular ou, ainda, ignorado.

Para Loreri (2007), a complexidade não é uma teoria que explica tudo: é uma atitude que se põe no desafio de buscar algo que pode ter faltado na elucidação do fenômeno, pois há um entendimento de que nada é simples e tudo é complexo e, por sê-lo, é tecido junto, merecendo análises, ao mesmo tempo especializadas, contextualizadas e compreensivas.

Morin (1996) nos diz que precisamos estudar o objeto não somente como uma peça a mais em um grande quebra-cabeça, mas vê-lo como um sistema ligado a muitos outros. O pensar complexo nos remete à compreensão de que não há possibilidades de transmissão de conhecimento único, verdadeiro e imutável, como a constituição do pensamento científico moderno nos fez acreditar.

Edgar Morin procurou sistematizar em três os princípios básicos da complexidade, com o intuito de clarificar os elementos constituintes de uma visão complexa de mundo. Estes três princípios, quando contemplados, permitiriam aos pesquisadores maiores possibilidades de realizar o que Morin denomina de “pensamento complexo” (Santos, 2006).

O primeiro princípio é o “dialógico”, que tem como ponto cardinal defender uma postura sempre aproximadora entre os pontos de vista por vezes antagônicos. A dialógica tem como principal função aproximar os antagônicos, admitindo que os “opostos são complementares”, sendo indissociáveis e indispensáveis, negando o terceiro axioma identitário de Aristóteles, “Princípio do terceiro excluído”, defendendo que toda a proposição dotada de significação é verdadeira ou falsa e que, entre duas proposições contraditórias, uma somente pode ser considerada verdadeira [A é ou B ou não-B] (Santos, 2006).

O segundo princípio é o da “recursividade ou recursão organizacional”. Este princípio vai muito além da simples noção de “feedback”, não se restringindo a noção simplista de regulação, abraçando as noções de autoprodução e auto-organização. É a espiral geradora na qual os produtos e os efeitos são simultaneamente produtores e causadores daquilo que os produz (Santos, 2006).

Este princípio é corroborado pela cibernética que, com a ideia de retroação ou curva causal (que contesta a causalidade linear), concebe os fenômenos e os seres como causas e causadores, modificados e modificantes, influenciando tanto a si como os outros e o meio. Desta forma, todos os seres (e suas ações) são importantes, não existindo contribuição desnecessária (especialmente nas relações humanas), pois

uma ação individual pode reconfigurar um sistema (dependendo da ecologia das ações) (Santos, 2006).

O terceiro princípio é o “hologramático” (holograma é uma fotografia tridimensional, seu valor como metáfora consiste no fato de que, quando um holograma é cindido ao meio, cada parte apresenta uma cópia integral da figura anterior, em vez de dividir a figura ao meio; assim, o holograma mantém o todo da figura mesmo quando dividido), que é usado como metáfora para explicitar a capacidade aparentemente paradoxal que os sistemas têm de não só as partes estarem no todo, mas também do todo estar simultaneamente nas partes, como as células que fazem parte de um todo (organismo), mas, mesmo assim, trazem em seu interior as informações do todo (código genético).

Para Santos (2006), este pensamento pode ser transposto para várias áreas do conhecimento humano, dentre elas, a Educação Formal e informal, com o objetivo de ampliar as possibilidades de aprofundamento teórico sobre o conhecimento adquirido e aprimoramento prático do saber apreendido.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo procurou apresentar as diversas compreensões das epistemologias que temos no mundo contemporâneo, a sua etimologia, sua natureza e problemáticas científicas. Ao longo do artigo procuramos refletir sobre a relação da epistemologia com a ciência e com o conhecimento científico, que busca conhecer as coisas cientificamente, sendo esta uma vertente e verdade absolutizada.

Como vimos no artigo, a origem etimológica do termo epistemologia remete-se ao saber. Todo saber descreve a relação entre o sujeito e o objeto. A questão fundamental para a filosofia é relacionar o saber do sujeito a um *logos*, a uma proposição, a uma razão, a uma asserção.

O ser humano possui uma característica fundamental que o diferencia do restante do quadro animal: a capacidade de conhecer as coisas de forma significativa. O fato é que por diferentes epistemologias, o ser humano vem procurando compreender essa fundamental atribuição humana: o conhecer, e seu correlato, o conhecimento.

Nesta direção, procuramos apresentar o presente estudo, que é um esboço inicial para a compreensão da epistemologia seja na sua etimologia ou nas várias hermenêuticas que a envolve. Nesta reflexão, expõe-se a perspectiva de diferentes

autores que por vezes se assemelham ou diferem, podendo também divergir profundamente. O artigo visa romper com os velhos conceitos e preconceitos estabelecidos pelo determinismo com novas ideias e subsídios teóricos, filosóficos e paradigmáticos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. B. O paradigma da complexidade e a busca por uma sociedade sustentável. In: **Revistas EST - Anais do III Congresso\_Et\_Cid**. Comunicação: Gt 03, 2007.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro. Contraponto, 1996.
- CARVALHO, E. A.; MENDONÇA, T. (orgs.). **Ensaio de Complexidade 2**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- CHIBENI, S. S. **Uma análise humana do realismo científico**. IV Encontro Brasileiro de Filosofia Analítica. Florianópolis, 1997.
- ESTRADA, A. A. Os fundamentos da teoria da complexidade em Edgar Morin. **Akrópolis**. Umuarama, v. 17, n. 2, p. 85-90, abr./jun. 2009.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GRAYLING, A. C. **Epistemologia**. Oxford, Birkbeck College, Londres St Anne's College, 1996.
- HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa, Dom Quixote, 1990.
- JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: F Alves, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LORIERI, M. A. O pensamento complexo como caminho para a superação da fragmentação dos saberes. **ENDIPE – UNINOVE** – São Paulo, 2007.
- JEFFMAN, T. W.; MENEZES, D. M. **Epistemologia: compreendendo as bases teóricas do fazer epistemológico**. IV SIPECOM, Santa Maria, 2013.
- MENUZZI, J. M. Reflexões sobre epistemologia: Bachelard e Morin. **Revista Direitos Culturais**. V. 3, n. 5, dez, 2008.

MORA, F. **Dicionário de Filosofia**. IV volumes São Paulo. Loyola. 2001.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1996.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, J. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis; 2000.

PETRAGLIA, I. C. **Edgar Morin - a Complexidade do Ser e do Saber**. Petrópolis: Vozes, 2008.

POPPER, K. **A lógica da investigação científica**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 15ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

## ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA TAXA SELIC NAS DECISÕES DE INVESTIMENTO

Livia Friedrich Reichardt<sup>1</sup>  
Cristiano Damaceno<sup>2</sup>  
Gislaine Cristina Borini Cendron<sup>3</sup>  
Bianca Carolina Kraemer<sup>4</sup>

**RESUMO:** A taxa Selic, principal ferramenta da política monetária no Brasil, afeta diretamente crédito, consumo e investimentos. Determinada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), orienta taxas de juros no mercado e rendimentos de ativos como títulos públicos e CDBs. Quando alta, controla a inflação ao desestimular o consumo e o crédito; quando baixa, torna o crédito mais acessível e incentiva o investimento. Este estudo bibliográfico e documental analisou os efeitos da Selic na economia e no mercado financeiro. Em altas, investidores conservadores optam por renda fixa, enquanto em baixas, investidores buscam renda variável. Para empresas, Selic alta eleva custos de crédito, exigindo ajustes financeiros, enquanto uma taxa baixa favorece investimentos. Conclui-se que a Selic é central na economia brasileira, influenciando decisões e estabilidade econômica.

**Palavras-Chave:** COPOM. Política Monetária. Renda Fixa. Inflação. Juros

**ABSTRACT:** The Selic rate is Brazil's primary monetary policy tool, influencing credit, consumption, and investments. Set by the Monetary Policy Committee (COPOM), it shapes market interest rates and returns on assets like government bonds and CDBs. Higher Selic rates curb inflation by discouraging credit and consumption, while lower rates boost credit access and economic growth. This bibliographic and documental study examined Selic variations' effects on Brazil's economy, financial markets, and strategies of investors and companies. In high Selic contexts, conservative investors favor fixed-income assets for security and profitability, while in low-rate environments, risk-tolerant investors explore variable income options. For companies, higher rates increase credit costs, requiring financial adjustments, whereas lower rates support investments and expansion. The study highlights the Selic rate's central role in shaping financial decisions and maintaining economic stability in Brazil.

**Keywords:** COPOM, Monetary Policy, Fixed Income, Inflation, Fess

### 1 INTRODUÇÃO

A taxa Selic é o principal instrumento da política monetária no Brasil, influenciando o crédito, consumo e investimentos. Estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), ela orienta as taxas de juros no mercado e molda

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UGV. União da Vitória. Paraná. Brasil. E-mail: con-liviareichardt@ugv.edu.br

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de Ciências Matemática e Tecnologias. UDESC Campus Joinville. Professor no Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário (UGV). União da Vitória. Paraná. Brasil. E-mail: prof\_cristiano@ugv.edu.br

<sup>3</sup> Mestre em Desenvolvimento e Sociedade, com a Linha de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC, Professora do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UGV., União da Vitória/PR. Brasil. E-mail prof\_gislaineborini@ugv.edu.br.

<sup>4</sup> Graduada em Engenharia Civil pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu e Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UGV, Especialista em Estruturas de Concreto e Fundações pelo Centro Universitário UGV e Docência no Ensino Superior pela Universidade Univitoria. Professor no Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UGV prof\_biancakraemer@ugv.edu.br

decisões financeiras de empresas, investidores e consumidores. Quando elevada, a Selic desestimula o consumo e encarece o crédito, contribuindo para o controle da inflação.

Por outro lado, uma Selic reduzida facilita o acesso ao crédito, promovendo o consumo e impulsionando a atividade econômica (Banco Central do Brasil, 2023). Assim, as variações na taxa desempenham um papel essencial no equilíbrio entre crescimento econômico e estabilidade de preços, afetando diversos setores da economia brasileira.

Investidores conservadores tendem a priorizar aplicações em renda fixa durante períodos de alta, aproveitando a maior segurança e rentabilidade desses ativos. Em contraste, cenários de baixa tornam mais atrativos os investimentos em renda variável, como ações e fundos imobiliários, especialmente para perfis moderados e arrojados.

Para as empresas, a Selic impacta diretamente o custo do crédito e as estratégias de expansão. Taxas elevadas incentivam ajustes financeiros e o uso de fontes alternativas de financiamento, enquanto taxas reduzidas estimulam investimentos em infraestrutura e novos projetos, ampliando o potencial de crescimento.

Segundo Dias (2014), a Selic é fundamental para alinhar o crescimento econômico à estabilidade de preços, especialmente em economias emergentes como a brasileira. Essa dinâmica ressalta a importância de compreender seus impactos nos perfis de investidores e nas decisões estratégicas das empresas.

Diante desse contexto, este trabalho analisa os efeitos da Selic na economia brasileira, explorando como suas variações influenciam os mercados financeiro e empresarial. A pesquisa busca destacar a relevância dessa taxa nas estratégias de alocação de recursos e no planejamento econômico.

A estrutura deste estudo é dividida em cinco capítulos. O primeiro apresenta o tema e os objetivos, seguido do referencial teórico sobre política monetária e a Selic. No terceiro, detalha-se a metodologia bibliográfica e documental. O quarto discute os resultados, enquanto o quinto conclui com os principais achados e sugestões para estudos futuros.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Capítulo 2 aborda os fundamentos teóricos que sustentam este estudo, explorando conceitos centrais de política monetária, o papel estratégico do COPOM e os impactos das variações da taxa Selic na economia brasileira. Nesta seção, são discutidos os mecanismos de funcionamento da Selic, sua influência sobre o mercado financeiro e as decisões econômicas, bem como os diferentes perfis de investidores e suas estratégias em cenários de alta e baixa. Esses elementos fornecem uma base sólida para compreender como a política monetária molda as dinâmicas econômicas e financeiras do país, destacando sua relevância para o equilíbrio entre crescimento, estabilidade de preços e previsibilidade nos mercados.

### 2.1 POLÍTICA MONETÁRIA E A TAXA SELIC

A política monetária é uma ferramenta essencial dos governos para estabilizar a economia e equilibrar crescimento e inflação. No Brasil, o Banco Central conduz essa política, ajustando a circulação de moeda e as taxas de juros de acordo com os objetivos macroeconômicos nacionais.

A taxa Selic, como taxa básica de juros, tem papel estratégico nesse contexto, servindo de referência para as demais taxas no mercado financeiro. Seus ajustes regulam o custo do crédito e o consumo, influenciando diretamente a dinâmica econômica do país.

Esta seção aborda os fundamentos da política monetária, explora a definição da Selic e analisa as duas abordagens principais dessa política: a expansionista, que estimula o crescimento ao reduzir os juros, e a contracionista, que combate a inflação ao aumentá-los, destacando seus impactos na economia brasileira.

A política monetária é composta por ações do Banco Central para controlar a oferta de moeda e as taxas de juros, equilibrando a economia. No Brasil, ela busca metas de inflação e estabilidade da moeda, essenciais para garantir poder de compra e crescimento sustentável (Banco Central do Brasil, 2023).

A inflação elevada reduz o poder aquisitivo, gera incertezas e desestimula investimentos de longo prazo. Já a inflação controlada cria um ambiente favorável ao desenvolvimento e atrai investidores.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) define as diretrizes da política monetária, incluindo as taxas de juros que afetam o sistema financeiro e a economia real. Segundo Giambiagi e Além (2021), o COPOM ajusta as taxas para atender às

metas de inflação do Conselho Monetário Nacional (CMN), garantindo a eficiência das políticas econômicas.

A Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira, influenciando crédito, consumo e investimentos. Definida pelo COPOM, ela afeta empréstimos e financiamentos, regulando a dinâmica econômica (Banco Central do Brasil, 2023). Quando elevada, desestimula o crédito e controla a inflação; quando reduzida, incentiva consumo, crédito e crescimento econômico (Giambiagi; Além, 2021).

Principal ferramenta de política monetária, a Selic é ajustada pelo Banco Central para alinhar a inflação às metas governamentais. Como destaca Silva (2020), ao alterar a Selic, o Banco Central regula o custo do dinheiro, impactando consumidores, empresas e a estabilidade econômica no Brasil.

A política monetária pode ser abordada de duas formas principais, diretamente relacionadas aos ajustes na Selic e seus efeitos na economia. A política monetária expansionista ocorre quando o Banco Central reduz a Selic para estimular o consumo e o investimento, tornando o crédito mais acessível. Essa estratégia é comum em períodos de recessão ou baixo crescimento econômico, com o objetivo de aquecer a economia e fomentar a criação de empregos (Giambiagi; Além, 2021).

Por outro lado, a política monetária contracionista é adotada quando a inflação está elevada. Nesse caso, o Banco Central eleva a Selic para reduzir a oferta de crédito e controlar o consumo. Embora eficaz no combate ao superaquecimento econômico e ao aumento excessivo dos preços, essa estratégia pode gerar efeitos adversos, como a redução do emprego e a desaceleração do crescimento econômico (Silva, 2020).

## 2.2 PAPEL DO COPOM

O Comitê de Política Monetária (COPOM) é essencial para a política monetária brasileira, definindo a taxa Selic e monitorando indicadores econômicos. Suas decisões influenciam o crédito, consumo, investimentos, inflação e competitividade do mercado. A Selic, por sua vez, afeta diretamente as dinâmicas econômicas e financeiras do país, refletindo nas atividades empresariais e decisões de investidores. Esta seção explora a estrutura e funções do COPOM, suas decisões sobre taxas de juros e seu impacto na política econômica, analisando também a influência da Selic na economia, mercado financeiro, câmbio e inflação, destacando sua importância para a estabilidade econômica.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) é um órgão do Banco Central encarregado de definir a taxa Selic e direcionar a política monetária no Brasil. Criado em 1996, é composto pelo presidente do Banco Central e pelos diretores das áreas de política econômica, monetária, fiscalização, regulação e assuntos internacionais. O COPOM realiza reuniões periódicas para avaliar o cenário econômico nacional e internacional, projetar tendências para inflação e crescimento econômico, e garantir o cumprimento das metas do Conselho Monetário Nacional (CMN) (Banco Central do Brasil, 2023). Sua estrutura e atuação são cruciais para assegurar que a política monetária seja implementada de maneira técnica e consistente, equilibrando as demandas do mercado com os objetivos macroeconômicos do país (Giambiagi e Além, 2021).

A cada 45 dias, o COPOM se reúne para definir a taxa Selic, considerando uma ampla análise dos indicadores econômicos. Entre os fatores avaliados estão o comportamento da inflação, o nível de atividade econômica, as condições do mercado de trabalho e o cenário internacional.

Segundo Oreiro (2020), as decisões do COPOM têm como objetivo ajustar a Selic para estabilizar os preços e atingir as metas inflacionárias. Quando a inflação projetada excede a meta, a Selic é elevada para conter a demanda e desacelerar os preços. Caso contrário, quando a inflação está abaixo da meta, a taxa é reduzida para estimular o crédito e o consumo.

As decisões do COPOM têm impactos profundos na economia brasileira, afetando o consumo, o crédito e o valor da moeda. Ao buscar o equilíbrio entre crescimento econômico e controle inflacionário, o comitê desempenha um papel estratégico na definição de uma política monetária saudável. Segundo Carvalho (2022), as medidas adotadas pelo COPOM influenciam diretamente o poder aquisitivo das famílias e a competitividade das empresas, garantindo que o país avance de forma sustentável.

### 2.3 IMPACTO DA SELIC NA ECONOMIA E NO MERCADO FINANCEIRO

A taxa Selic, como taxa básica de juros da economia brasileira, exerce uma influência abrangente na dinâmica econômica e no mercado financeiro. Suas variações afetam diretamente o custo do crédito, o consumo, os investimentos e a competitividade dos ativos financeiros. Conforme observado por Giambiagi e Além (2021), ajustes na Selic são fundamentais para alinhar as metas de inflação com o

crescimento econômico, impactando tanto as decisões dos consumidores quanto às estratégias das empresas.

A taxa Selic tem impacto direto nas atividades econômicas, regulando o custo do crédito e influenciando o nível de consumo e investimento. Quando a Selic é elevada, os financiamentos tornam-se mais caros, reduzindo a demanda por crédito e desestimulando o consumo.

Esse cenário leva a uma menor circulação de dinheiro e a uma desaceleração nas vendas, podendo afetar negativamente o crescimento econômico. Em contrapartida, uma Selic reduzida facilita o acesso ao crédito, ampliando o consumo, incentivando financiamentos e promovendo investimentos empresariais (Giambiagi; Além, 2021). Dessa forma, a Selic contribui para ajustar os ciclos econômicos e equilibrar dinâmicas macroeconômicas.

A Selic exerce influência direta sobre as decisões de investimento no mercado financeiro. Em períodos de alta, títulos públicos como o Tesouro Direto ganham atratividade por sua segurança e retornos competitivos, além de produtos de renda fixa, como CDBs e LCIs/LCAs, que também se destacam. Por outro lado, quando a Selic está baixa, investimentos de maior risco, como ações e fundos imobiliários, tornam-se mais atrativos devido ao potencial de retornos superiores (Banco Central do Brasil, 2023). Conforme Silva (2020), a Selic é um parâmetro crucial para a alocação de recursos, impactando tanto pequenos investidores quanto grandes gestores de portfólios.

A Selic também afeta a relação entre câmbio e inflação, desempenhando papel estratégico na política monetária. Selic elevada valoriza a moeda, atraindo capital estrangeiro, o que ajuda a conter a inflação importada e estabilizar os preços internos. Em contrapartida, uma Selic baixa desvaloriza a moeda, encarecendo importações e pressionando os custos internos. Segundo Oreiro (2020), o Banco Central utiliza a Selic para equilibrar inflação e câmbio, garantindo maior previsibilidade econômica.

## 2.4 PERFIS DE INVESTIDORES E PREFERÊNCIAS DE INVESTIMENTO

As variações da Selic afetam diretamente as escolhas de investimento conforme o perfil de risco dos investidores, classificados em conservador, moderado e arrojado. Perfis conservadores priorizam segurança e retornos previsíveis, enquanto moderados buscam equilíbrio entre retorno e risco, combinando renda fixa e variável de menor volatilidade. Investidores arrojados, por sua vez, optam por ativos de maior

risco, como ações, para maximizar ganhos a longo prazo (Silva, 2020).

Em períodos de Selic alta, a atratividade dos investimentos em renda fixa aumenta, beneficiando títulos públicos, CDBs e LCIs/LCAs, valorizados por sua segurança e previsibilidade, especialmente entre conservadores e moderados (Banco Central do Brasil, 2023). Esses ativos oferecem retornos mais estáveis, mesmo em cenários econômicos desafiadores.

Por outro lado, a Selic baixa reduz os rendimentos de renda fixa, incentivando a busca por ativos de renda variável, como ações e fundos imobiliários. Esses investimentos, embora mais voláteis, apresentam maior potencial de retorno, atraindo especialmente investidores arrojados em busca de ganhos expressivos.

Essa transição demonstra como investidores moderados e arrojados buscam alternativas para compensar a menor rentabilidade da renda fixa em contextos de crédito acessível e inflação sob controle (Silva, 2020).

Compreendidos os conceitos de política monetária, o papel do COPOM, os efeitos da Selic na economia e no mercado financeiro, e os diferentes perfis de investidores, a próxima etapa apresenta a metodologia deste trabalho. A seção a seguir detalha a abordagem adotada, incluindo os critérios de seleção das fontes, o tipo de pesquisa realizado e os métodos aplicados para analisar como as variações da taxa Selic impactam os mercados financeiros e as decisões econômicas no Brasil.

### **3 MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como de natureza bibliográfica e documental, utilizando-se de artigos científicos, relatórios econômicos, livros especializados e publicações de instituições financeiras, como o Banco Central do Brasil. Esse tipo de pesquisa é amplamente utilizado em estudos econômicos, pois permite reunir e interpretar dados teóricos e históricos para compreender as interações entre a política monetária, a taxa Selic e as preferências dos investidores (Gil, 2019). A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de consolidar conhecimentos sobre a política monetária brasileira e contextualizar suas implicações práticas no mercado financeiro.

As fontes utilizadas foram selecionadas com base em critérios rigorosos de relevância, confiabilidade e atualidade. Documentos de órgãos oficiais, como o Banco Central e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram priorizados para garantir a robustez e representatividade dos dados analisados.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), a utilização de dados provenientes de fontes oficiais e reconhecidas é essencial para assegurar a validade das conclusões em pesquisas econômicas. Além disso, foram incluídas análises diversificadas, abordando tanto o impacto histórico da Selic quanto tendências recentes no comportamento dos investidores e na dinâmica dos mercados financeiros.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, com foco na interpretação das informações em relação ao impacto da Selic nos diferentes tipos de investimento e perfis de investidores. Como enfatiza Bardin (2016), a análise qualitativa permite identificar padrões e compreender as relações subjacentes entre variáveis econômicas, como a taxa de juros e as decisões financeiras. Assim, foram examinadas as mudanças no comportamento dos investidores diante das variações da Selic, destacando a migração entre renda fixa e renda variável, bem como as reações de diferentes perfis (conservador, moderado e arrojado). Essa metodologia possibilitou a identificação de tendências que explicam as escolhas financeiras dos agentes econômicos e suas implicações no mercado financeiro como um todo.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados obtidos neste trabalho refletem as interações entre a taxa Selic, o mercado financeiro e a economia brasileira, destacando seu papel como instrumento central da política monetária. A análise abrange a relação entre a Selic e o COPOM, as implicações das variações da taxa nos investimentos e nos perfis de investidores, bem como os impactos nas estratégias empresariais.

Esses aspectos são discutidos com base em dados teóricos e evidências práticas, permitindo identificar padrões e relações entre as mudanças na Selic e o comportamento dos agentes econômicos. Essa abordagem busca oferecer uma visão abrangente sobre como a Selic molda decisões financeiras e o cenário econômico nacional.

### **4.1 A RELAÇÃO ENTRE A TAXA SELIC E O COPOM**

A taxa Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira, estabelecida pelo COPOM (Comitê de Política Monetária). Sua principal função é influenciar o custo do crédito, os financiamentos e os investimentos, sendo, portanto, um elemento central na condução da política monetária. Quando a Selic é elevada, o custo dos empréstimos e financiamentos aumenta, desestimulando o consumo e reduzindo a

atividade econômica. Em contrapartida, quando a Selic é reduzida, o crédito se torna mais acessível, incentivando o consumo e os investimentos, o que contribui para a expansão da economia (Banco Central do Brasil, 2023).

O COPOM, criado em 1996, é responsável por definir a meta da Selic e divulgar relatórios trimestrais sobre a inflação. Suas decisões são baseadas em análises de indicadores econômicos como o PIB, a inflação, o câmbio e as condições do mercado global. Segundo Dias (2014), o COPOM desempenha um papel estratégico ao ajustar a Selic para equilibrar o crescimento econômico e manter a inflação dentro das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com Chiavenato (2022), o aumento da Selic visa desacelerar a economia, controlando a inflação ao encarecer os financiamentos e desestimular o consumo. Já a redução da Selic tem como objetivo estimular o crédito e os investimentos, promovendo o crescimento econômico em períodos de desaceleração. Essa dualidade é resumida no Quadro 1, que apresenta as principais implicações econômicas de variações na Selic e os objetivos associados às decisões do COPOM.

Quadro 1: Impactos econômicos e objetivos associados às variações da taxa Selic

Taxa Selic	Impacto na Economia	Objetivo do COPOM
Alta	Crédito caro, consumo reduzido, desaceleração econômica	Contenção da inflação e estabilização dos preços
Baixa	Crédito acessível, aumento do consumo e dos investimentos	Estímulo ao crescimento econômico e geração de empregos

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2023), Giambiagi e Além (2021), e Chiavenato (2022).

#### 4.1 A INFLUÊNCIA DA SELIC NAS PREFERÊNCIAS DE INVESTIMENTO

As variações na taxa Selic têm impacto direto nas decisões de investimento, influenciando a alocação de recursos entre renda fixa e renda variável. Em cenários de alta, os investimentos em renda fixa ganham destaque por oferecer maior segurança e retornos previsíveis. Por outro lado, quando a Selic é baixa, os rendimentos da renda fixa diminuem, o que leva os investidores a buscar alternativas de maior risco, como ações e fundos imobiliários, em busca de retornos mais atrativos (Banco Central do Brasil, 2023). O Quadro 2 resume os impactos das variações da Selic nas principais categorias de investimentos, destacando suas características em cenários de alta e baixa.

Quadro 2: Relação entre a variação da Selic e os impactos nos investimentos de renda fixa e variável.

Varição da Selic	Impacto na Renda Fixa	Impacto na Renda Variável
Alta	Retornos elevados em CDBs, títulos públicos e LCIs/LCAs.	Menor atratividade devido à segurança da renda fixa.
Baixa	Redução nos rendimentos, menor apelo aos investidores.	Maior procura por ações e fundos imobiliários.

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2023), Giambiagi e Além (2021), e Silva (2020).

#### 4.2.1 Certificados de Depósito Bancário (CDBs)

Os CDBs, emitidos por bancos, são diretamente impactados pela Selic. Quando a taxa sobe, os rendimentos destes títulos aumentam, tornando-os atrativos para investidores que buscam segurança e rentabilidade estável. No entanto, em períodos de Selic baixa, os juros pagos pelos CDBs diminuem, reduzindo seu apelo em relação a outros investimentos (Giambiagi; Além, 2021).

#### 4.2.2 Títulos Públicos

Os títulos públicos, como o Tesouro Selic, o Tesouro IPCA e o Tesouro Prefixado, seguem um padrão similar ao dos CDBs. Em momentos de Selic alta, tornam-se atrativos por seus rendimentos elevados e previsibilidade. Entretanto, com a redução da Selic, títulos prefixados podem perder valor de mercado, e os investidores tendem a migrar para alternativas mais arriscadas, buscando retornos superiores (Silva, 2020).

#### 4.2.3 LCIs, LCAs e Debêntures

As Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e do Agronegócio (LCAs), que são isentas de imposto de renda, também têm seus rendimentos influenciados pela Selic. Quando a taxa aumenta, essas aplicações se tornam mais competitivas, atraindo investidores conservadores. De forma semelhante, as debêntures, que são emitidas por empresas para captar recursos, apresentam maior retorno em cenários de Selic alta, mas perdem atratividade em períodos de juros baixos devido ao aumento do risco relativo (Banco Central do Brasil, 2023; Silva, 2020).

#### 4.3 OS PERFIS DE INVESTIDORES E A TAXA SELIC

Os investidores são classificados em três perfis principais: conservador, moderado e arrojado, de acordo com sua tolerância ao risco, objetivos financeiros e expectativas de retorno. Essa classificação influencia diretamente suas decisões de alocação de recursos, principalmente diante das variações da taxa Selic.

Os investidores conservadores priorizam a segurança do capital e a previsibilidade dos rendimentos, sendo mais atraídos por investimentos de renda fixa em cenários de Selic alta. Títulos públicos, CDBs e LCIs/LCAs são escolhas recorrentes para este perfil, especialmente porque oferecem maior rentabilidade com baixos riscos.

Já os investidores moderados buscam um equilíbrio entre segurança e retorno. Esse perfil aceita uma maior exposição a ativos de renda variável, como fundos imobiliários, enquanto ainda mantém parte de seus investimentos em renda fixa. Por fim, os investidores arrojados, que têm maior tolerância ao risco, aproveitam cenários de Selic baixa para investir em ativos de maior volatilidade, como ações e fundos de capital privado, visando retornos mais expressivos (Giambiagi; Além, 2021).

Quadro 3: Perfis de investidores e estratégias de investimento em função da taxa Selic.

<b>Perfil de Investidor</b>	<b>Estratégia em Selic Alta</b>	<b>Estratégia em Selic Baixa</b>
Conservador	Foco em renda fixa: títulos públicos, CDBs, LCIs/LCAs.	Busca opções com segurança, mas com menor rentabilidade.
Moderado	Combinação de renda fixa e fundos imobiliários.	Aumenta exposição a renda variável, mantendo parte em fixa.
Arrojado	Reduz exposição a renda variável, optando por maior segurança.	Maior exposição a ações, fundos de capital privado e FIs.

Fonte: Adaptado de Giambiagi e Além (2021) e Silva (2020).

O impacto da Selic sobre os perfis de investidores é destacado no Quadro 3, que resume as preferências e estratégias de cada perfil em cenários de alta e baixa da taxa. Essa relação reforça como a política monetária influencia diretamente o comportamento dos investidores e a dinâmica do mercado financeiro.

#### 4.4 ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS FRENTE ÀS VARIAÇÕES DA SELIC

As variações na taxa Selic influenciam diretamente as estratégias empresariais, especialmente no que se refere ao custo do crédito e à captação de recursos. Para lidar com as diferentes condições econômicas impostas pela política monetária, as empresas ajustam suas ações de acordo com o cenário de Selic alta ou baixa, buscando minimizar custos financeiros e aproveitar oportunidades de crescimento. Em períodos de Selic elevada, o crédito empresarial torna-se mais caro, levando as empresas a adotarem uma postura mais cautelosa. Entre as principais estratégias utilizadas estão a redução de endividamento, com foco na quitação de dívidas para evitar o impacto de juros altos; a busca por financiamentos alternativos, como capital próprio ou linhas de crédito menos onerosas oferecidas por instituições de fomento; e a redução de custos operacionais, implementando medidas para compensar o aumento dos encargos financeiros (Silva, 2020).

Por outro lado, quando a Selic está baixa, o crédito mais acessível estimula a expansão e a inovação, levando as empresas a adotarem estratégias mais agressivas. Nessas condições, destacam-se iniciativas como a ampliação de financiamentos, investindo em infraestrutura, aumento da capacidade produtiva e implementação de novas tecnologias; a realização de aquisições e fusões, aproveitando o crédito barato para adquirir ativos estratégicos e expandir operações; e a formação de estoques, antecipando compras para atender a períodos de alta demanda com custos de financiamento mais baixos (Giambiagi; Além, 2021). Essas adaptações estratégicas refletem a capacidade das empresas de ajustar-se às condições econômicas impostas pelas variações da Selic, garantindo a sustentabilidade e competitividade no mercado.

Independentemente do cenário econômico, empresas podem utilizar instrumentos de hedge financeiro para se proteger contra a volatilidade das taxas de juros. Essa abordagem permite mitigar riscos e assegurar maior previsibilidade nos custos de capital, sendo especialmente relevante em mercados instáveis (Bardin, 2016). As variações da Selic exigem planejamento estratégico constante das empresas. Como enfatiza Giambiagi e Além (2021), a política monetária é um fator determinante para o custo do crédito e para a viabilidade de investimentos, obrigando empresas a ajustarem suas operações conforme as mudanças no cenário econômico.

Quadro 4: Estratégias Empresariais em Diferentes Cenários de Selic

Cenário Econômico	Estratégias Empresariais
Selic Alta	Redução de endividamento, busca por financiamentos alternativos e corte de custos operacionais.
Selic Baixa	Ampliação de financiamentos, fusões/aquisições e formação de estoques.
Qualquer Cenário	Uso de hedge financeiro para mitigar riscos e melhorar previsibilidade nos custos de capital.

Fonte: Adaptado de Giambiagi e Além (2021) e Silva (2020).

Do ponto de vista contábil, as variações da Selic impactam diretamente a gestão financeira e o planejamento estratégico das organizações. Compreender como a política monetária influencia o custo do crédito, os retornos de investimentos e a sustentabilidade financeira das empresas é uma parte fundamental do trabalho do contador.

Esse conhecimento permite orientar gestores na tomada de decisões informadas, seja na alocação de recursos, na adoção de estratégias de proteção contra riscos financeiros ou na identificação de oportunidades de crescimento em cenários econômicos distintos. Dessa forma, a atuação contábil transcende os registros financeiros, contribuindo ativamente para a formulação de estratégias que garantam a saúde financeira e a competitividade das empresas diante das flutuações da taxa Selic.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a política monetária brasileira e a taxa Selic, destacando sua influência na economia, no mercado financeiro e nas estratégias empresariais. A pesquisa evidenciou a centralidade do COPOM na definição da Selic, usada para controlar a inflação e regular a atividade econômica. A Selic impacta diretamente o consumo, os investimentos e a oferta de crédito, desempenhando papel crucial na estabilização da economia.

Em cenários de alta, a Selic favorece investimentos em renda fixa, como CDBs e títulos públicos, atraindo investidores conservadores. Já em períodos de baixa, os retornos da renda fixa perdem competitividade, incentivando investidores mais arrojados a buscar alternativas de maior risco, como ações. Essa dinâmica molda o comportamento financeiro em diferentes contextos econômicos.

As empresas também ajustam suas estratégias às variações da Selic. Quando a taxa é elevada, o crédito mais caro leva à priorização da quitação de dívidas e redução de custos. Em contrapartida, uma Selic baixa estimula investimentos em novos projetos, aquisições e expansão operacional, aproveitando as condições favoráveis de financiamento.

Embora abrangente, o estudo possui limitações, como o recorte temporal e a análise restrita a determinadas condições econômicas. Pesquisas futuras poderiam explorar períodos específicos ou comparar a política monetária brasileira com outras economias emergentes, ampliando o entendimento sobre os impactos da Selic em diferentes contextos.

Compreender as variações da Selic permite o desenvolvimento de estratégias financeiras mais eficazes, ajustadas às dinâmicas do mercado. Esse entendimento possibilita identificar tendências e propor soluções que otimizem o uso de recursos, assegurando que empresas e investidores respondam de forma ágil a cenários de instabilidade ou crescimento econômico.

A interpretação dos impactos da Selic também fortalece a capacidade de alinhar objetivos financeiros de curto e longo prazo com as condições econômicas vigentes. Essa abordagem integrada favorece a sustentabilidade das operações, aumenta a competitividade e equilibra o relacionamento entre risco e retorno nas decisões estratégicas.

Dessa forma, conhecer os efeitos da Selic transforma-se em uma ferramenta indispensável para gestores, investidores e analistas financeiros, oferecendo bases sólidas para decisões assertivas mesmo em ambientes de elevada complexidade econômica.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política Monetária**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 7. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARVALHO, Fernando J. **Macroeconomia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão Financeira: Uma Abordagem Introdutória**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559772902. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772902/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

DIAS, Marcos de C. **Economia Fundamental: Guia Prático**. Rio de Janeiro: Érica, 2015. E-book. ISBN 9788536518695. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536518695/>. Acesso em: 16 out. 2024.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Normas de apresentação tabular. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OREIRO, José Luis. **Teoria e Política Macroeconômica**. São Paulo: Saraiva, 2020.

SILVA, Luiz Carlos. **Economia Brasileira e Contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

XPI INVESTIMENTOS. **Relatórios COPOM**. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/copom>. Acesso em: 12 nov. 2024.

## ANÁLISE DE CUSTOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EM UM SALÃO DE BELEZA NO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO-SC: UM ESTUDO DE CASO

Matheus Moisés Cecchin Dolinski<sup>1</sup>  
Cristiano Damaceno<sup>2</sup>  
Gislaine Cristina Borini Cendron<sup>3</sup>  
Bianca Carolina Kraemer<sup>4</sup>

**RESUMO:** A contabilidade de custos ainda é uma temática pouco utilizada em empresas de menor porte, principalmente pelas prestadoras de serviços, porém, essa área contábil é de extrema importância para a saúde financeira de qualquer empresa. Portanto, foi realizada uma análise de custos em um estabelecimento de uma profissional de beleza, durante um trimestre do ano de 2024, realizando a obtenção dos dados que, com as ferramentas ideais, se tornaram em valiosas informações contábeis. Para a realização da pesquisa, os métodos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, exploratória, descritiva e quantitativa, e foi desenvolvida por meio de um estudo de caso. A justificativa do presente artigo se baseia no impacto que a utilização do gerenciamento financeiro interno possibilita à empresa, logo que a profissional nunca o havia utilizado, sendo que após a análise foi possível identificar custos variáveis, margem de contribuição e ponto de equilíbrio, permitindo à profissional visualizar pontos críticos para a otimização financeira e tomada de decisões estratégicas, mostrando assim o impacto e a relevância prática da análise de custos para a gestão do seu estabelecimento. O objetivo principal é fornecer informações concretas a respeito da gestão de custos do salão entre junho e agosto de 2024, já o objetivo específico é concretizar um novo sistema de custos no estabelecimento. Sobre os resultados, é possível observar que serviços como o de depilação podem receber um reajuste de preço e que a receita líquida do salão de beleza foi cerca de 35% da sua receita bruta.

**Palavras-Chave:** Contabilidade de Custos. Serviços. Controle. Gerenciamento. Estratégias.

**ABSTRACT:** Cost accounting is not yet used as much in smaller companies, especially those that provide services, however, this category of accounting is extremely important for the financial health of any company. Therefore, a cost analysis was carried out in a beauty professional's establishment, over a three-month period in 2024, obtaining data that, with the ideal tools, would become valuable accounting information. To carry out the research, the methods that were used were the bibliographical, exploratory, descriptive and quantitative research, and was developed through a study case. The justification for this article is based on this understanding, on creating the habit of using internal financial management, as this had never been carried out by a professional, making it possible to use data, such as variable costs, the contribution margin and the point balance contribution, allowing the professional to visualize critical points for financial optimization and strategic decision making, then showing the impact and practical relevance of cost analysis for the management of her establishment. The main objective is to provide concrete information regarding the salon's cost management between June and August

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Contábeis no Centro Universitário (UGV). União da Vitória. Paraná. Brasil. E-mail: con-matheusdolinski@ugv.edu.br

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de Ciências Matemática e Tecnologias. UDESC Campus Joinville. Professor no Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário (UGV). União da Vitória. Paraná. Brasil. E-mail: prof\_cristiano@ugv.edu.br

<sup>3</sup> Mestre em Desenvolvimento e Sociedade, com a Linha de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC, Professora do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UGV., União da Vitória/PR. Brasil. E-mail prof\_gislaineborini@ugv.edu.br.

<sup>4</sup> Graduada em Engenharia Civil pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu e Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UGV, Especialista em Estruturas de Concreto e Fundações pelo Centro Universitário UGV e Docência no Ensino Superior pela Universidade Univitoria. Professor no Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UGV prof\_biancakraemer@ugv.edu.br

2024, while the specific objective is to implement a new cost system at the establishment. Regarding the results, it is possible to observe that services such as waxing may receive a price adjustment and that the beauty salon's net revenue was around 35% of its gross revenue.

**Keywords:** Cost Accounting. Services. Control. Management. Strategies.

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade de custos fornece informações cruciais para a boa gestão de um estabelecimento, tais são responsáveis por estabelecer com clareza a situação financeira na qual a mesma se encontra, e no atual cenário, moderno e competitivo, do mercado é imprescindível a importância de obter, desenvolver e fazer bom uso desses dados.

A análise dos custos é importante para que o empreendedor tenha consciência do quanto lucrativa está sendo a venda de seus serviços (Lyrio, Almeida e Portugal, 2017). A partir desse entendimento pode-se buscar novas estratégias para a busca de maior valorização do que a empresa fornece, no caso específico do ramo de um profissional de beleza, essa valorização pode vir, por exemplo, através do aumento do preço unitário de algum serviço ou na busca de formas de diminuir os custos fixos ou variáveis.

Sabendo disso, o presente artigo tem como objetivo principal fornecer informações concretas a uma profissional de beleza a respeito da gestão de custos de seu salão no período entre junho e agosto de 2024, tendo em vista a falta de controle formal de custos no estabelecimento como o problema central da pesquisa. O objetivo específico é concretizar um novo sistema de custos no salão de beleza. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, exploratória, quantitativa, descritiva e estudo de caso.

O mercado de beleza e estética no Brasil está em constante ascensão, entre janeiro a setembro de 2023, em média, foram abertos por dia 524 novos estabelecimentos do ramo (Agência SEBRAE de Notícias, 2024). Portanto, com um mercado tão competitivo e que se renova a cada dia, é preciso buscar estratégias para conseguir manter-se consolidado, visando sempre a estabilidade financeira e o crescimento exponencial que pode ocorrer graças a uma análise de custos realizada com excelência.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta seção apresentará o embasamento teórico da contabilidade de custos, explicando suas ferramentas presentes nos resultados das análises efetuadas. Em sequência mostrará quais os métodos específicos que foram utilizados para a realização desta pesquisa.

### 2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Ribeiro (2017, p. 12) explica que a Contabilidade de Custos surgiu com o advento das empresas industriais no século XVIII, durante a Revolução Industrial. A produção em massa trouxe a necessidade de controlar custos devido ao aumento significativo em comparação aos trabalhos rurais.

Martins (2018) destaca as funções principais da contabilidade de custos: auxílio ao planejamento e controle, fornecendo dados para padrões e orçamentos, e apoio à tomada de decisões, transformando dados em informações relevantes, como corte de produtos, opções de compras e definição de valores de vendas. Silva (1997) ressalta que a Contabilidade de Custos ganhou relevância própria, além da Contabilidade Geral.

Originalmente associada ao setor industrial, a contabilidade de custos expandiu-se para outros ramos empresariais. Padoveze e Takakura (2013) evidenciam sua importância para prestadoras de serviços, que representaram 67% do PIB brasileiro em 2011, reforçando a necessidade de controle de custos nesse setor. Assim, a Contabilidade de Custos demonstra sua relevância tanto no geral quanto em empresas prestadoras de serviços.

#### 2.1.1 Definição de Custos e Despesas

Quando uma empresa compreende e controla os seus custos e as suas despesas, ela se torna capaz de economizar na sua produção sem que isso impacte na qualidade de seu produto ou serviço, desta forma, visando uma maior margem de lucro e o crescimento exponencial de seu negócio.

A definição de custos para Leone (2011, p. 54) é “ [...] o consumo de um fator de produção, medido em termos monetários para a obtenção de um produto, de um serviço ou de uma atividade que poderá ou não gerar renda”.

Os custos são aqueles relacionados com os produtos ou serviços produzidos pela entidade, como por exemplo, custos com matérias-primas, embalagens, aluguéis, etc. (Bruni e Famá, 2019)

Uma das principais dificuldades ao definir custos é diferenciá-los das despesas da empresa. Entender com clareza a fundamentação de cada uma é primordial para a busca da lucratividade de um negócio, e para conseguirmos encontrar a sua diferenciação, podemos compreender que os custos estão diretamente ligados à aquisição ou a produção dos produtos, já as despesas estão conectadas aos gastos da administração da empresa, como por exemplo, pró-labore, contas de água e luz, valor do aluguel, esses gastos são primordiais para o funcionamento de uma empresa, entretanto, não estão ligados diretamente a fabricação do produto.

Porém é preciso estar atento ao definir a natureza de um recurso, se o mesmo se enquadra em custos ou despesas, pois a definição está ligada diretamente à realidade de cada empresa. Por exemplo, em uma indústria, a conta telefônica é definida como uma despesa operacional, entretanto em uma empresa de telemarketing, essa conta seria um custo do serviço, por essa razão é necessário entendermos a diferença entre as duas definições e que também é preciso adaptar essas utilidades para cada empresa (Silva e Lins, 2017).

Existem diferenças ao aplicarmos esses conceitos em empresas com ramos de atividade diferentes. no exemplo de empresas do ramo de serviço, como ambas são lançadas no resultado, não existe a necessidade de separar os custos das despesas, como também é compreensível a utilização da terminologia custos para as prestações de serviços, assim, sendo úteis no controle e na determinação de preços.

Entretanto, existem diferenciações nos custos, e surge a necessidade da compreensão dessas diferenças.

#### 2.1.1.1 Custos Diretos e Indiretos

Em uma empresa, dentro de sua produção, existem custos que estão alocados diretamente ao produto ou serviço prestado, como também existem custos que não estão alocados de forma direta ao produto ou serviço.

Os custos diretos, para Viceconti e Neves (2018, p. 33) “São aqueles que podem ser apropriados diretamente aos produtos fabricados, porque há uma medida objetiva de seu consumo nesta fabricação.” Então, por exemplo, em uma empresa que fabrica camisetas, a matéria-prima utilizada na sua fabricação é um custo direto.

Já os custos indiretos, segundo Lyrio, Almeida e Portugal (2017, p. 21) “Não podem ser associados diretamente ao produto. Correspondem aos custos que dependem de rateios para serem apropriados a determinado produto.” Usando o exemplo da empresa de camisetas, os custos com a energia elétrica do local são considerado um custo indireto, pois não está ligado diretamente ao processo de produção das camisetas.

Essa diferenciação é muito importante, pois em casos em que o proprietário busca reduzir custos, ele pode buscar alternativas para primeiramente reduzir os custos indiretos, pois estes não iriam interferir na qualidade do seu produto ou serviço.

#### 2.1.1.2 Custos Fixos e Variáveis

Os custos variáveis são aqueles que estão totalmente ligados a quantidade de um produto ou de um serviço que foi produzido. Por exemplo, em uma padaria, mensalmente existe um custo com a farinha de trigo para a produção de pães, esse custo é variável, pois o seu valor será correspondente a quantidade de pães produzidos no mês, caso não haja nenhuma produção de pães, não haverá custo com a farinha de trigo.

Dutra (2019, p. 31) define os custos variáveis como: “Os custos que variam em função da variação do volume de atividade, ou seja, da variação da quantidade produzida no período. Quanto maior o volume de atividade no período, maior será o custo variável.”

Já os custos fixos são aqueles que independentemente da quantidade de produtos fabricados ou de serviços realizados não variam. Usando o mesmo exemplo de uma padaria, todo mês ela deve arcar com os custos do aluguel independente de quantos pães sejam feitos no mês, esse custo continuará existindo.

“Definem-se custos fixos como os custos de estrutura que ocorrem período após período sem variações ou cujas variações não são consequência de variações do volume de atividade em períodos iguais.” (Dutra, 2017, p. 31)

Um aspecto importante a se atentar, é que os custos fixos não são obrigados a terem valores iguais em todos os períodos, a definição de custo fixo e variável não está ligada a valores iguais ou diferentes através de um período, mas sim, está conectada com o volume produzido.

### 2.1.2 Margem de Contribuição

A margem de contribuição é a ferramenta na qual ao analisar os resultados da receita de vendas dos produtos ou serviços de uma empresa, indica o quanto ela contribui para o pagamento das despesas fixas (Martins, 2018).

O cálculo dela se entende da seguinte forma:

Imagem 01 – Margem de Contribuição

$$MC = PV - CV$$

(Margem de Contribuição = Preço de Venda - Custo Variável)

Fonte: O autor, 2024.

É necessário ter o conhecimento que os custos variáveis da fórmula incluem os custos e as despesas variáveis somadas.

Esse resultado pode ser informado em percentual como também em valor financeiro, e pode ser encontrado de forma total, ao reunir todas as receitas dos produtos ou serviços, como também pode ter seu resultado por unidade, ao calcular pelo preço de venda unitário de cada produto ou serviço.

Como por exemplo, uma determinada empresa, vende um produto X pelo valor de R\$ 100,00, e o gasto variável por unidade desse produto corresponde a R\$ 80,00, ou seja, a margem de contribuição unitária do produto X corresponde a 20% ou a R\$ 20,00, o que significa que o produto X, a cada unidade vendida, auxilia em R\$ 20,00 no pagamento das despesas fixas da empresa.

Segundo Vanderbeck e Nagy (2012, p. 419) “Quando uma demonstração de resultados retrata a margem de contribuição, a administração pode usá-la como uma ferramenta para estudar os efeitos de mudanças nos volumes de vendas.”

Sendo assim, essa ferramenta é uma grande aliada pois pode auxiliar os gestores a entenderem se o seu preço de venda é rentável e se os seus custos variáveis estão elevados.

### 2.1.3 Ponto de Equilíbrio

A definição do ponto de equilíbrio para Veiga e Santos (2018, p. 118) “Consiste em quando a soma das margens de contribuição é suficiente para cobrir todos os

custos e despesas fixos, não havendo, assim, contabilmente, nem lucro e nem prejuízo.”

Na visão de Ribeiro (2017) o conhecimento do ponto de equilíbrio demonstra quando uma empresa está tendo lucro ou prejuízo com seu volume de vendas, a análise para isto é simples, quando as receitas estão acima do ponto de equilíbrio significa que estão obtendo lucro, e quando elas estão abaixo do ponto de equilíbrio compreende-se que a empresa se encontra no campo de prejuízo. Esse conceito é muito importante no âmbito gerencial, pois a revelação desses valores trás um número exato de vendas necessárias para o início da obtenção dos lucros.

Para calcular o ponto de equilíbrio, é necessário agrupar os gastos fixos e dividir pela margem de contribuição unitária. Sobre o resultado, é possível obtê-lo por valor unitário, onde encontramos a quantidade necessária que os produtos ou serviços precisam ser comercializados para a empresa não ter prejuízo, e também é possível obtê-lo por valor financeiro, onde encontramos a quantidade de faturamento necessário para a empresa não ter prejuízo.

### **3 MÉTODOS**

Durante este segmento, será definido os métodos de pesquisa utilizados, bem como a função de cada um no desdobramento do trabalho.

O método serve como um instrumento facilitador para que o pesquisador possa pesquisar, analisar, descrever e explicar seu estudo (Fachin, 2017).

O presente artigo teve os seguintes métodos de pesquisa: bibliográfica, exploratória, quantitativa, descritiva e estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica veio a partir do estudo e da análise de livros e artigos referentes à contabilidade de custos, seus conceitos e a gestão de empresas prestadoras de serviços.

A pesquisa bibliográfica foi responsável por fundamentar a metodologia e estabelecer uma base teórica para a garantia dos resultados.

No que compreende a pesquisa exploratória, ela se deu a partir de algumas conversas presenciais com a proprietária, onde a mesma cedeu seu tempo e o espaço físico do seu estabelecimento para fornecer informações precisas sobre o funcionamento do salão.

Pela pesquisa exploratória foi possível compreender a realidade e a rotina do estabelecimento, e assim foi possível adaptar as estratégias para que elas se tornassem adequadas aos hábitos já estabelecidos.

“A pesquisa quantitativa pode ser utilizada em diversas situações, pois busca descrever significados diretamente a partir de análises de dados brutos e objetivos” (Lozada, Nunes, 2019, p. 133).

Na pesquisa quantitativa, durante a seção 3, foi utilizado o software de planilhas eletrônicas Excel, por meio dele foi possível formar as planilhas com os cálculos necessários para a realização da análise de dados.

Sobre a pesquisa descritiva, ela foi realizada coletando e analisando dados financeiros da empresa, reunindo as informações de receitas e despesas presentes no período dos meses de junho, julho e agosto de 2024.

A pesquisa descritiva foi essencial para coletar dados financeiros do salão, permitindo uma análise detalhada das receitas e despesas.

O estudo de caso utilizou informações de receita e custos do salão de beleza, possibilitando a realização de uma análise de custos, que por meio desta pode avaliar o desempenho financeiro da empresa e realizar sugestões de melhoria.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A presente seção apresentará os resultados da análise de custos realizada e qual sua importância para a gestão de negócios do salão de beleza.

A principal motivação deste trabalho foi a falta de controle formal de custos nos 15 anos de funcionamento do salão, além disso, todo controle de quantidade de receita obtida ou de despesas era feito manualmente pela proprietária, sendo às vezes suscetível ao erro.

De início, foi calculada a receita bruta no período, que consiste na receita total dos serviços prestados sem o cálculo de nenhum desconto. Para isso, foi apurado quais eram os serviços realizados, e nele estavam os serviços de pedicure, manicure, corte de cabelo e as depilações de pernas, virilhas, axilas e buço. Cada serviço possui uma precificação, alguns serviços como a depilação “meia perna” e das coxas, e a depilação de axilas e buço foram calculados juntos, pois segundo a proprietária elas demandam, praticamente, um mesmo tempo de realização e de custos com os materiais utilizados.

O Quadro 01 conta com a receita bruta, ela tem sua importância prática pois é o primeiro contato da empreendedora com o seu faturamento durante o período analisado.

Esse quadro nos informa que os meses não contaram com tanta discrepância nos seus resultados, há de se observar que o mês de julho foi o com maior receita, mas também maior quantidade de serviços.

O resultado total da receita bruta é de R\$ 14.030,00, já o serviço com maior valor de receita bruta é o de corte de cabelo, com resultado total de R\$ 5.355,00.

Percebemos que os resultados dos serviços de pedicure e manicure tem certa semelhança, o motivo disso, segundo a proprietária, é que as clientes costumam realizar os dois serviços ao marcarem um horário, isto abre a possibilidade para realizar promoções para quando ambos os serviços são efetuados, visando tornar esses serviços ainda mais atraentes para as clientes.

Quadro 01 - Receita Bruta do Período Analisado

PREÇO DE VENDA	SERVIÇOS	JUNHO		JULHO		AGOSTO		TOTAL	
		QTD	TOTAL	QTD	TOTAL	QTD	TOTAL	QTD	TOTAL
R\$ 25,00	PEDICURE	45	R\$ 1.125,00	47	R\$ 1.175,00	46	R\$ 1.150,00	138	R\$ 3.450,00
R\$ 20,00	MANICURE	49	R\$ 980,00	58	R\$ 1.160,00	59	R\$ 1.180,00	166	R\$ 3.320,00
R\$ 35,00	CORTE DE CABELO	58	R\$ 2.030,00	49	R\$ 1.715,00	46	R\$ 1.610,00	153	R\$ 5.355,00
R\$ 20,00	DEPILAÇÃO PERNAS	6	R\$ 120,00	13	R\$ 260,00	7	R\$ 140,00	26	R\$ 520,00
R\$ 35,00	DEPILAÇÃO VIRILHA	7	R\$ 245,00	10	R\$ 350,00	8	R\$ 280,00	25	R\$ 875,00
R\$ 15,00	DEPIL. AXILA/ROSTO	10	R\$ 150,00	17	R\$ 255,00	7	R\$ 105,00	34	R\$ 510,00
	<b>TOTAL</b>	<b>175</b>	<b>R\$ 4.650,00</b>	<b>194</b>	<b>R\$ 4.915,00</b>	<b>173</b>	<b>R\$ 4.465,00</b>	<b>542</b>	<b>R\$ 14.030,00</b>

Fonte: O Autor, 2024

Em seguida, foram apurados os custos fixos, que foram obtidos através das faturas mensais, a relevância deles vem por meio da necessidade de possuir um controle financeiro, onde a proprietária pode avaliar se seus custos estão moderados ou se possuem algum exagero.

Os custos fixos, durante o período, não demonstraram variação significativa, como pode ser observado no Quadro 02.

Quadro 02 - Custos Fixos do Período Analisado

<b>CUSTOS FIXOS</b>	<b>JUNHO</b>	<b>JULHO</b>	<b>AGOSTO</b>
<b>ÁGUA</b>	<b>R\$ 40,23</b>	<b>R\$ 43,65</b>	<b>R\$ 48,21</b>
<b>LUZ</b>	<b>R\$ 101,26</b>	<b>R\$ 110,22</b>	<b>R\$ 107,89</b>
<b>INTERNET</b>	<b>R\$ 50,00</b>	<b>R\$ 50,00</b>	<b>R\$ 50,00</b>
<b>DAS/MEI</b>	<b>R\$ 75,60</b>	<b>R\$ 75,60</b>	<b>R\$ 75,60</b>
<b>SALÁRIO</b>	<b>R\$ 1.420,00</b>	<b>R\$ 1.420,00</b>	<b>R\$ 1.420,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.687,09</b>	<b>R\$ 1.699,47</b>	<b>R\$ 1.701,70</b>

Fonte: O Autor, 2024

Também foi adicionado o valor equivalente a um salário-mínimo, visto que, a proprietária não utiliza um valor específico de pró-labore, assim foi possível encontrar um valor mais próximo a realidade do lucro obtido no período.

É necessário a definição de um pró-labore pela proprietária, pois ao fazer a diferenciação entre o lucro do estabelecimento e a remuneração é possível realizar uma análise financeira com maior clareza.

Na sequência, foi necessário calcular os custos variáveis de cada serviço, como demonstra o Quadro 03. O seu conhecimento possui grande importância no processo de precificação dos serviços, auxiliando a formar preços com uma boa margem de contribuição.

Primeiramente foi descoberto o custo variável por unidade de cada serviço realizado e após, os custos variáveis totais. O cálculo do custo variável foi feito após entrevistas com a proprietária, onde foi calculado proporcionalmente os gastos com produtos e equipamentos, além do valor do serviço por hora.

Neste quadro observamos que os serviços de menor quantidade possuem maior custo variável, isto acontece pois os produtos utilizados acabam com maior rapidez, seria interessante buscar diversificar fornecedores visando diminuir o preço da compra dos produtos.

Quadro 03 - Custos Variáveis Unitários e Totais do Serviço no Período Analisado

SERVIÇO	QUANTIDADE	CUSTOS VAR. UNIDADE	CUSTOS VAR. TOTAIS
PEDICURE	138	R\$ 7,39	R\$ 1.019,82
MANICURE	166	R\$ 7,39	R\$ 1.226,74
CORTE DE CABELO	153	R\$ 7,11	R\$ 1.087,83
DEPILAÇÃO PERNAS	26	R\$ 12,05	R\$ 313,30
DEPILAÇÃO VIRILHA	25	R\$ 12,26	R\$ 306,50
DEPIL. AXILA/ROSTO	34	R\$ 5,76	R\$ 195,84

Fonte: O Autor, 2024

Ao obter os custos variáveis, é possível verificar um valor da margem de contribuição, aquela responsável por mostrar o quanto cada serviço contribui para a receita total, conforme os Quadros 04 e 05.

A empresa não possui despesas variáveis, por esta razão foram apenas analisados os custos variáveis. Ao analisarmos, podemos perceber que o serviço com a maior margem de contribuição é o de corte de cabelo, o motivo disto é que esse serviço não possui tantos gastos com produtos, em contrapartida, segundo a proprietária, é o serviço com maior tempo para execução, o que causa um maior desgaste físico.

Também percebemos que o serviço de depilação das pernas possui uma margem de contribuição significativamente menor em relação às demais, o que indica que o preço desse serviço poderia ser mais valorizado, sendo possível um ajuste de preço ou diversificação de fornecedores.

Quadro 04 - Margem de Contribuição Unitária dos Serviços no Período Analisado

SERVIÇO	PVU	CUSTOS V. UNIDADE	MARGEM DE C.	MC%
PEDICURE	R\$ 25,00	R\$ 7,39	R\$ 17,61	70,44%
MANICURE	R\$ 20,00	R\$ 7,39	R\$ 12,61	63,05%
CORTE DE CABELO	R\$ 35,00	R\$ 7,11	R\$ 27,89	79,69%
DEPILAÇÃO PERNAS	R\$ 20,00	R\$ 12,05	R\$ 7,95	39,75%
DEPILAÇÃO VIRILHA	R\$ 35,00	R\$ 12,26	R\$ 22,74	64,97%
DEPIL. AXILA/ROSTO	R\$ 15,00	R\$ 5,76	R\$ 9,24	61,60%

Fonte: O Autor, 2024

**Quadro 05 - Margem de Contribuição Total dos Serviços no Período Analisado**

SERVIÇO	PVU	QUANTIDADE	CUSTOS V. TOTAL	RECEITA DE VENDAS	MARGEM CONTRIB.TOTAL	MC%
PEDICURE	R\$ 25,00	138	R\$ 1.019,82	R\$ 3.450,00	R\$ 2.430,18	70,44%
MANICURE	R\$ 20,00	166	R\$ 1.226,74	R\$ 3.320,00	R\$ 2.093,26	63,05%
CORTE DE CABELO	R\$ 35,00	153	R\$ 1.087,83	R\$ 5.355,00	R\$ 4.267,17	79,69%
DEPILAÇÃO PERNAS	R\$ 20,00	26	R\$ 313,30	R\$ 520,00	R\$ 206,70	39,75%
DEPILAÇÃO VIRILHA	R\$ 35,00	25	R\$ 306,50	R\$ 875,00	R\$ 568,50	64,97%
DEPIL. AXILA/ROSTO	R\$ 15,00	34	R\$ 195,84	R\$ 510,00	R\$ 314,16	61,60%

Fonte: O autor, 2024

O Quadro 06 mostra um demonstrativo por serviço da empresa, calculando vendas e custos variáveis para obtenção da margem de contribuição, assim sendo possível obter a margem de contribuição total, que ao ser subtraída pelos custos fixos totais resulta no lucro líquido do período.

Esse demonstrativo tem grande importância prática, pois é por ele que descobrimos o lucro líquido no período, aquele que demonstra quanto a empresa lucrou após as deduções referentes aos custos, sendo este um importante dado que possibilita uma análise geral de desempenho e a partir disso, formar no futuro um planejamento financeiro, visando a melhoria de seu resultado.

O lucro líquido no período dos três meses analisados é de R\$ 4.791,71, que resulta na média mensal de R\$ 1.597,23. Podemos confirmar que a contribuição dos serviços de depilação é abaixo dos serviços de manicure, pedicure e corte de cabelo no período analisado, segundo a proprietária esses serviços costumam impactar menos na receita durante os meses de junho, julho e agosto.

**Quadro 06 - Demonstração Total por Serviço no Período Analisado**

SERVIÇO	PEDICURE		MANICURE		CORTE DE CABELO	
VENDAS	R\$ 3.450,00	100,00%	R\$ 3.320,00	100,00%	R\$ 5.355,00	100,00%
CUSTOS VAR.	R\$ 1.019,82	29,56%	R\$ 1.226,74	36,95%	R\$ 1.087,83	20,31%
MARGEM CONTRIB.	R\$ 2.430,18	70,44%	R\$ 2.093,26	63,05%	R\$ 4.267,17	79,69%
SERVIÇO	DEPILAÇÃO PERNAS		DEPILAÇÃO VIRILHA		DEPIL. AXILA/ROSTO	
VENDAS	R\$ 520,00	100,00%	R\$ 875,00	100,00%	R\$ 510,00	100,00%
CUSTOS VAR.	R\$ 313,30	60,25%	R\$ 306,50	35,03%	R\$ 195,84	38,40%
MARGEM CONTRIB.	R\$ 206,70	39,75%	R\$ 568,50	64,97%	R\$ 314,16	61,60%
SERVIÇO	TOTAL					
VENDAS	R\$ 14.030,00	100,00%			CUSTOS FIXOS	R\$ 5.088,26
CUSTOS VAR.	R\$ 4.150,03	29,58%			LUCRO LIQUIDO	R\$ 4.791,71
MARGEM CONTRIB.	R\$ 9.879,97	70,42%				

Fonte: O autor, 2024

O Quadro 07 demonstra o ponto de equilíbrio, ferramenta que mostra em qual ponto de vendas não existiria nem lucro e nem prejuízo, ela é essencial para a

definição de metas de vendas, pois ela mostra o ponto inicial onde o negócio começará a gerar lucro, também é importante ter o conhecimento do ponto de equilíbrio para a empresa buscar sempre cobrir os seus custos.

**Quadro 07 - Ponto de Equilíbrio**

SERVIÇOS	PEDICURE	MANICURE	CORTE DE CABELO	DEPILAÇÃO PERNAS	DEPILAÇÃO VIRILHAS	DEPIL. AXILA/ROSTO	TOTAL	
VENDAS	R\$ 3.450,00	R\$ 3.320,00	R\$ 5.355,00	R\$ 520,00	R\$ 875,00	R\$ 510,00	R\$ 14.030,00	
% DE VENDAS	24,59%	23,66%	38,17%	3,71%	6,24%	3,64%	100,00%	
VENDAS NO PEC	R\$ 1.776,78	R\$ 1.709,83	R\$ 2.757,87	R\$ 267,80	R\$ 450,63	R\$ 262,65	R\$ 7.225,56	
								%
VENDAS	R\$ 1.776,78	R\$ 1.709,83	R\$ 2.757,87	R\$ 267,80	R\$ 450,63	R\$ 262,65	R\$ 7.225,56	100,00%
CUSTOS VARIA.	R\$ 525,22	R\$ 631,78	R\$ 560,24	R\$ 161,35	R\$ 157,85	R\$ 100,86	R\$ 2.137,30	29,58%
MC	R\$ 1.251,56	R\$ 1.078,04	R\$ 2.197,63	R\$ 106,45	R\$ 292,78	R\$ 161,79	R\$ 5.088,26	70,42%
CUSTOS FIXOS							R\$ 5.088,26	
RECEITA LIQUIDA							R\$ 0,00	
CUSTOS FIXOS	R\$ 5.088,26							
INDICE MCU	70,42%							
PEC	R\$ 7.225,59							

Fonte: O autor, 2024

Para a obtenção desse valor foi necessário dividir os custos fixos do período pelo valor percentual da margem de contribuição unitária total, descoberta no quadro 06.

Nesse caso, para chegar no ponto de equilíbrio contábil, o salão de beleza precisaria chegar ao valor de R\$ 7.225,59 em vendas. Esse valor é cerca de 51,5% dos R\$14.030,00 que são referentes ao valor de receita bruta no período, ou seja, é um bom resultado para a empresa.

Portanto, podemos perceber que alguns serviços, como os de depilação podem receber reajustes em seu valor, e que o serviço de corte de cabelo é o com maior contribuição de vendas assim como tem um dos menores custos unitários, porém é que o mais requer esforço físico.

Assim, essa análise mostra quão valiosa é ao fornecer informações relevantes para a sustentabilidade do estabelecimento, prática essa que nunca havia sido realizada anteriormente no salão analisado, demonstrando assim uma realidade completamente nova a proprietária acerca de seu negócio, e também mostrando como a análise de custos, utilizando suas ferramentas necessárias, é capaz de controlar os custos de qualquer estabelecimento.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo demonstrou a importância prática da contabilidade de custos em um salão de beleza, oferecendo à proprietária insights financeiros valiosos e inéditos.

A implementação do sistema de custos enfrentou desafios, especialmente no controle dos custos variáveis e seu valor de compra.

O principal objetivo de fornecer informações financeiras valiosas foi atingido com primazia, oferecendo à proprietária ferramentas para enfrentar períodos de menor lucro.

Além do objetivo principal, é possível afirmar que os objetivos secundários também foram concluídos, como a concretização do sistemas de custos no salão de beleza, pois aquilo que anteriormente não era de conhecimento da profissional, após a realização da pesquisa mostrou-se capaz de ser um grande auxiliar na sua jornada empresarial.

Para futuras análises, recomenda-se um controle mais rigoroso das entradas e saídas e uma definição clara do pró-labore, separando ganhos pessoais e lucro do salão.

Para estudos futuros, é sugerido a replicação da análise em outros setores de prestação de serviço, também a realização dessa análise em períodos mais longos.

Observou-se que a margem de contribuição dos serviços de depilação é baixa, sugerindo um possível reajuste de preço. A receita líquida mensal foi de R\$ 1.600,00, representando cerca de 35% da receita bruta. Por fim, seria necessário que a receita bruta mensal fosse de R\$ 2.408,53 para que os custos e as receitas se nivelassem, ou seja o valor do ponto de equilíbrio contábil.

Em conclusão, este estudo foi uma ferramenta de gestão eficaz para o salão e reforça a importância de aprimorar e manter o sistema de custos no futuro, visando a melhoria contínua dos resultados financeiros.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. **Setor de beleza tem mais de 524 novos negócios abertos por dia em 2023**. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreadedora/setor-de-beleza-tem-mais-de-524-novos-negocios-abertos-por-dia-em-2023/>. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

BRUNI, Adriano L.; FAMÁ, Rubens. **Série Finanças na Prática - Gestão de Custos e Formação de Preço, 7ª edição**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021059. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021059/>. Acesso em: 21 set. 2024.

DUTRA, René G. **Custos - Uma Abordagem Prática**, 8ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597012743. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012743/>. Acesso em: 21 set. 2024.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788502636552. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636552/>. Acesso em: 22 set. 2024.

LEONE, George Sebastião G. **Custos: planejamento, implantação e controle, 3ª edição**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011. E-book. ISBN 9788522466542. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466542/>. Acesso em: 21 set. 2024.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 22 set. 2024.

LYRIO, Eduardo F.; ALMEIDA, Sidmar Roberto V.; PORTUGAL, Guilherme T. **Análise de custos: uma abordagem simples e objetiva**. Barueri: Editora Manole, 2017. E-book. ISBN 9786555762136. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555762136/>. Acesso em: 21 set. 2024.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597018080. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018080/>. Acesso em: 19 set. 2024.

PADOVEZE, Clóvis L.; JR., Franco Kaolu T. **Custo e preços de serviços: logística, hospitais, transporte, hotelaria, mão de obra, serviços em geral**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522477760. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477760/>. Acesso em: 19 set. 2024.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade de Custos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788547228392. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547228392/>. Acesso em: 19 set. 2024.

SILVA, Moacyr de Lima E. **Custos - Contabilidade Descomplicada**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 1997. E-book. ISBN 9788536520568. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536520568/>. Acesso em: 19 set. 2024.

SILVA, Raimundo Nonato S.; LINS, Luiz dos Santos. **Gestão de Custos - Contabilidade, Controle e Análise, 4ª edição**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597012170. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012170/>. Acesso em: 21 set. 2024.

VANDERBECK, Edward J.; NAGY, Charles F. **Contabilidade de Custos: tradução da 11ª Edição Norte Americana**. Mexico City: Cengage Learning Editores SA de CV, 2012. E-book. ISBN 9788522109739. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522109739/>. Acesso em: 22 set. 2024.

VEIGA, Windsor E.; SANTOS, Fernando de A. **Contabilidade de Custos - Gestão em Serviços, Comércio e Indústria**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008357. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008357/>. Acesso em: 22 set. 2024.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788553131297. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131297/>. Acesso em: 21 set. 2024.

## FILA DE ESPERA NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: PROBLEMAS E DESAFIOS

Jaqueline Cruz Michalski (psi-jaquelinemichalski@ugv.edu.br)<sup>1</sup>  
Kelly Kauane da Silva (psi-kellykauane@ugv.edu.br)<sup>2</sup>  
Geovani Zarpelon (prof\_geovani@ugv.edu.br)<sup>3</sup>

**RESUMO:** A gestão eficiente da fila de espera nos serviços de saúde pública é um desafio em contextos de demanda excedente. Este estudo se concentra na problemática da fila de espera no Sistema Público de Saúde, em uma cidade de interior no sul do Paraná. O estágio realizado em colaboração com a Secretaria Municipal de Saúde teve como objetivo reduzir as filas de espera e melhorar a qualidade dos serviços de Psicologia. Utilizou-se a estratificação de risco como abordagem, priorizando pacientes vulneráveis para uma alocação mais eficiente de recursos. As estagiárias realizaram atendimentos para estratificação da fila de espera em seis sextas-feiras, utilizando o Protocolo de Estratificação de Risco em Saúde Mental do estado do Paraná. Os dados revelaram a diversidade e complexidade das condições psicológicas enfrentadas pelos pacientes, como ansiedade, depressão e dependência química. A estratificação permitiu uma gestão mais eficiente da fila, oferecendo cuidado personalizado e equitativo de acordo com as necessidades individuais. Este estudo destaca a importância da estratificação de pacientes na gestão da fila de espera, promovendo um acesso mais justo e eficaz aos serviços de saúde mental. Contribui para aprimorar a qualidade e equidade dos serviços, garantindo uma distribuição justa dos recursos disponíveis.

**Palavras-chave:** Fila de espera; Gestão eficiente; Atendimentos psicológicos; Estratificação de risco;

**ABSTRACT:** The efficient management of waiting lists in public health services is a challenge in contexts of exceeding demand. This study focuses on the issue of waiting lists in the Public Health System, in a city in the interior of Paraná. The internship, carried out in collaboration with the Municipal Health Department, aimed to reduce waiting lists and improve the quality of psychological services. Risk stratification was used as an approach, prioritizing vulnerable patients for a more efficient allocation of resources. The interns conducted appointments to stratify the waiting list on six Fridays, using the Risk Stratification Protocol in Mental Health from the state of Paraná. The data revealed the diversity and complexity of psychological conditions faced by patients, such as anxiety, depression, and substance dependence. Stratification allowed for more efficient queue management, providing personalized and equitable care according to individual needs. This study highlights the importance of patient stratification in queue management, promoting fairer and more effective access to mental health services. It contributes to improving the quality and equity of services, ensuring a fair distribution of available resources."

**Keywords:** Waiting lists; Efficient management; Psychological care; Risk stratification

### 1 INTRODUÇÃO

A gestão eficiente da fila de espera nos serviços de saúde é um desafio constante, especialmente em contextos em que a demanda supera a capacidade de atendimento. Este artigo aborda a problemática da fila de espera no Sistema de Saúde, com enfoque nos obstáculos enfrentados e nas estratégias para sua

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º período do curso de Psicologia na Ugv - Centro universitário.

<sup>2</sup> Acadêmica do 10º período do curso de Psicologia na Ugv - Centro universitário.

<sup>3</sup> Psicólogo, Mestre em Educação e docente do Curso de Psicologia na Ugv – Centro Universitário.

mitigação, fundamentado na experiência de estágio realizado no Centro da Saúde em um município pequeno no interior do Paraná.

Contextualizado pelo estágio no âmbito da Promoção e Prevenção de Saúde, em colaboração com a Secretaria Municipal de Saúde, o foco recaiu sobre o setor de Psicologia, evidenciando os desafios na gestão da fila de espera para atendimentos psicológicos. Os objetivos delineados durante o estágio visavam à redução das filas de espera e à melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo setor de Psicologia. Para tal, foi utilizado uma abordagem promissora que é a estratificação de risco, que permite identificar e priorizar pacientes em situações de maior vulnerabilidade, direcionando os recursos disponíveis de forma mais eficiente.

Destaca-se, no âmbito deste estudo, a importância da estratificação de pacientes como ferramenta na gestão da fila de espera. Neste contexto, a estratificação emerge como prática essencial para assegurar que cada indivíduo receba cuidado adequado às suas necessidades, contribuindo para o aprimoramento da qualidade e eficácia dos serviços de saúde (Secretaria Municipal de Saúde, 2023). Para embasar essa discussão, serão explorados conceitos teóricos relacionados ao funcionamento do SUS e o que é a Atenção Básica de saúde, bem como o relato das experiências práticas e o que se sobressai dentro dos casos vistos durante o tempo de estágio.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

É visto como base que a organização e gestão eficaz dos serviços de saúde são fundamentais para garantir o acesso equitativo e a qualidade do atendimento aos usuários. A partir das diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica, a Atenção Básica emerge como a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se como um conjunto abrangente de ações que englobam desde a promoção até a manutenção da saúde, desenvolvidas de forma participativa por equipes em territórios delimitados. Nesse contexto, a Psicologia da Saúde desempenha um papel interdisciplinar crucial, aplicando conhecimentos e técnicas psicológicas para promover o bem-estar físico e mental dos indivíduos e comunidades (Tanaka, 2011; Pires & Braga, 2009).

Contudo, a eficácia do sistema de saúde muitas vezes é desafiada pela realidade das filas de espera, que surgem quando a demanda por determinados serviços supera a capacidade de oferta. O gerenciamento dessas filas torna-se então

essencial, visando disponibilizar recursos de forma adequada e priorizando casos com base em critérios científicos para evitar complicações clínicas (Connil, Giovannella & Almeida, 2011). Assim, a integração entre diferentes áreas de conhecimento e a adoção de práticas baseadas em evidências foram utilizadas na confecção das sessões seguintes.

## 2.1 O TRABALHO DO SUS NO BRASIL

O Sistema Único de Saúde (SUS) traz uma nova abordagem para a atenção à saúde, enxergando-a não apenas como a ausência de doenças, mas como parte essencial da qualidade de vida. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) marcou o início do SUS, ao afirmar que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. No SUS, as ações de saúde fazem parte de uma rede organizada por regiões e níveis de complexidade, fundamentada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade, esse sistema promove uma mudança significativa na forma de planejar, organizar e gerenciar os serviços de saúde. O princípio da integralidade se baseia na ideia de que todas as pessoas têm o direito de serem atendidas em todas as suas necessidades, com os serviços de saúde estruturados para oferecer um cuidado completo. Assim, o SUS deve desenvolver ações voltadas tanto para o ambiente quanto para as pessoas, promovendo, protegendo e recuperando a saúde, além de proporcionar reabilitação quando necessário.

Apesar dos avanços proporcionados pelo SUS, a curto, médio e longo prazo, o sistema enfrenta diversos desafios, principalmente a necessidade de mais recursos e a otimização do uso do dinheiro público. Atualmente, investe-se o dobro em tratamentos (internações, cirurgias, transplantes) do que em ações básicas de saúde (vacinas e consultas) que previnem doenças. Segundo o IPEA (Brasil, 2011), os problemas mais frequentes são a falta de médicos (58,1%), a demora no atendimento em postos, centros de saúde ou hospitais (35,4%) e a demora para consultas com especialistas (33,8%).

Esses problemas refletem uma abordagem imediatista e "hospitalocêntrica". É necessário priorizar a atenção primária, o diagnóstico precoce e a prevenção, como recomendado pela ONU desde a Declaração de Alma-Ata em 1978 e delineado na Lei Orgânica da Saúde nº 8080, de 1990. Esse modelo descentralizado e hierarquizado deveria ser coordenado pelas Unidades Básicas de Saúde, pois 80% dos problemas de saúde poderiam ser resolvidos com uma atenção básica de qualidade.

## 2.2 ATENÇÃO BÁSICA

A Atenção Básica deve ser a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme definido na Política Nacional de Atenção Básica: A Atenção Básica é um conjunto de ações de saúde individuais e coletivas que incluem promoção, proteção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. Desenvolvida de forma democrática e participativa por equipes em territórios delimitados, assume responsabilidade sanitária considerando a dinâmica local. Utiliza tecnologias complexas e de baixa densidade para resolver problemas frequentes e relevantes. É o contato preferencial dos usuários com o sistema de saúde e segue os princípios de universalidade, acessibilidade, coordenação do cuidado, vínculo e continuidade, integralidade, responsabilização, humanização, equidade e participação social (Tanaka, 2011).

Além disso, a Atenção Básica leva em consideração o indivíduo em sua singularidade, complexidade, integralidade e inserção sociocultural, buscando promover sua saúde, prevenir e tratar doenças, além de reduzir danos ou sofrimentos que possam comprometer suas chances de viver de maneira saudável (Brasil, 2006). Dentro dessa estrutura, a Atenção Básica é organizada prioritariamente pela Estratégia Saúde da Família, que é fundamental para a organização do Sistema Único de Saúde (SUS). Ela reforça os princípios mencionados ao considerar a singularidade, complexidade, integralidade e inserção sociocultural dos indivíduos, promovendo a saúde, prevenindo e tratando doenças, além de reduzir danos e sofrimentos.

Seus fundamentos incluem: assegurar acesso universal e contínuo a serviços de qualidade, caracterizados como a porta de entrada preferencial do sistema de saúde; efetivar a integralidade com integração de ações programáticas e de demanda espontânea; desenvolver vínculo e responsabilização entre equipes e população, garantindo continuidade e longitudinalidade do cuidado; valorizar profissionais da saúde com formação e capacitação contínua; realizar avaliação e acompanhamento sistemático dos resultados; e estimular a participação popular e o controle social (Brasil, 2006).

## 2.3 O PAPEL DO PSICÓLOGO NA SAÚDE PÚBLICA

A Psicologia da Saúde é um campo que aplica conhecimentos e técnicas psicológicas para abordar questões de saúde e doença, além de promover cuidados de saúde. Essa área é interdisciplinar, abrangendo diversas disciplinas como

antropologia médica, sociologia médica, ética médica, política social, economia, epidemiologia, medicina, cirurgia e odontologia (Pires; Braga, 2009). Reconhecendo a interdependência entre saúde física e mental, a Psicologia da Saúde tem como objetivo a promoção e a manutenção do bem-estar dos indivíduos, da comunidade e da população como um todo.

Assim, o papel do psicólogo na saúde pública, conforme delineado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), é centrado na promoção do bem-estar e na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, coletivos e instituições (CFP, 2006). Isso implica na criação de um novo perfil profissional no âmbito da saúde pública, especialmente nos cuidados mentais, assegurando a legitimidade e a estabilidade desses profissionais e expandindo sua atuação nos serviços de saúde do SUS.

A Psicologia na saúde pública se apresenta como um instrumento de transformação, considerando fatores subjetivos, emocionais, históricos e as condições de vida das pessoas. O principal objetivo do psicólogo da saúde é entender e analisar os indivíduos para resolver problemas e atuar tanto na prevenção quanto no tratamento de doenças mentais, seja no contexto privado ou público (Almeida e Malagris, 2011).

Nos postos de saúde e hospitais, a atuação do psicólogo deve considerar uma análise que engloba três dimensões: paciente, familiares e profissionais de saúde (Chagas et al., 2022). Esse trabalho é essencial em diversas áreas, incluindo a atenção básica, casos de média complexidade, unidades de internação hospitalar, serviços de saúde mental, unidades de dor, oncologia, serviços de saúde pública, saúde ocupacional, consultas de supressão do tabagismo e serviços de reabilitação, que envolvem cuidados de alta complexidade (Teixeira, 2004). Para se adequar às demandas da saúde pública, é necessário que o foco dos psicólogos se desloque da cura de doenças para a prevenção e promoção da saúde, garantindo que o atendimento seja um direito adquirido e não um serviço excludente.

#### 2.4 FILA DE ESPERA NO SISTEMA DE SAÚDE

A fila de espera dentro do sistema de saúde ocorre quando a demanda por determinados serviços excede a capacidade de oferta do sistema. Assim, a fila é composta por usuários aguardando procedimentos ou serviços de saúde cuja demanda é maior que a oferta disponível (Connil; Giovanella; Almeida, 2011). O gerenciamento da fila de espera tem como objetivo disponibilizar recursos

assistenciais adequados aos usuários, utilizando critérios baseados em evidências científicas para determinar e classificar riscos, priorizando os casos para evitar a piora clínica.

A fila de espera surge quando há um desequilíbrio entre a oferta de procedimentos e a demanda correspondente. A responsabilidade de administrar essa fila cabe ao gestor local do SUS, através das ações de Regulação da Atenção e Regulação do Acesso (Brasil, 2005). Diversos fatores podem causar esse desequilíbrio, como a ausência de protocolos clínicos, desorganização do processo de regulação, falta de recursos humanos, ausência de pactuação das ações e serviços de saúde, deficiência na programação assistencial, necessidade de gestão de contratos de serviços de saúde e carência de conhecimento técnico dos profissionais envolvidos.

Mensurar o tempo de espera é crucial para avaliar o planejamento e a coordenação dos serviços de saúde. Tempos de espera longos ou desiguais podem indicar insuficiência, ineficiência ou má priorização na utilização dos recursos, evidenciando desigualdade no acesso aos serviços de saúde da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Os gestores adotam diversas estratégias para reduzir o tempo de espera e promover maior equidade no acesso, priorizando usuários com maiores necessidades baseados em protocolos clínicos e de regulação (Connil; Giovanella; Almeida, 2011).

### **3 MÉTODO**

Este artigo aborda a questão da fila de espera no Sistema de Saúde, centrando-se no relato de experiência de estágio com ênfase na promoção e prevenção de saúde do curso de Psicologia, com abordagem qualitativa, pesquisa de natureza aplicada e pesquisa-ação. Os dados apresentados derivam dos relatos de experiência de duas estagiárias, sob supervisão de um professor orientador.

As estagiárias dividiram suas atividades, realizando atendimentos separadamente para a estratificação da fila de espera desde 2021 até onde fosse possível. Com o objetivo de abranger um maior número de pessoas, uma estagiária atendia pela manhã e outra à tarde, semanalmente às sextas-feiras, totalizando seis sextas, iniciando em abril e encerrando em março. Para a classificação de risco, foi utilizado o Protocolo de Estratificação de Risco em Saúde Mental desenvolvido pela Secretaria da Saúde do estado do Paraná. A estratificação é um método para qualificar

e aprimorar o acesso e acompanhamento de pessoas com sofrimento psíquico no Sistema Único de Saúde (SUS) municipal.

O instrumento utilizado foi dividido em cinco grupos: Grupo I: Sintomas relacionados a transtornos mentais comuns ou menores, como depressão e ansiedade, causando prejuízos funcionais e sociais significativos. Grupo II: Sintomas relacionados a transtornos mentais severos e persistentes, como esquizofrenia e transtorno afetivo bipolar, impactando nas relações interpessoais e na vida social. Grupo III: Sintomas relacionados à dependência de álcool e outras drogas, abrangendo o abuso e a dependência de substâncias psicoativas, com características como uso contínuo para evitar abstinência e persistência apesar dos prejuízos. Grupo IV: Sintomas relacionados a alterações na saúde mental na infância e/ou adolescência, incluindo uma variedade de transtornos identificados nesses períodos de vida. Grupo V: Fatores que podem agravar problemas de saúde mental já identificados, considerando as condições de vida atuais do paciente e os fatores de risco e proteção (Secretaria Municipal de Saúde, 2023).

Cada sintoma é pontuado, e a soma dessas pontuações determina o resultado da estratificação, classificado como baixo risco (0-40 pontos), médio risco (42-70 pontos) ou alto risco (72-240 pontos) (Secretaria Municipal de Saúde, 2023).

As estagiárias tiveram contato direto e presencial com os pacientes, com uma carga horária diária de uma hora e meia, sendo meia hora destinada a cada estratificação. Além disso, nos primeiros dias de intervenção, também realizaram contatos telefônicos, via chamada de voz ou mensagens de texto, utilizando o telefone do setor de psicologia da secretaria municipal de saúde. Após os atendimentos, as estratificações realizadas foram levadas à psicóloga responsável pelo acompanhamento das estagiárias e devidamente armazenadas no setor, respeitando a privacidade dos atendidos conforme os princípios éticos do Código de Ética Profissional (CFP, 2005).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este artigo relata o desenvolvimento e a experiência de um estágio realizado por acadêmicas do curso de Psicologia, focado na promoção e prevenção de saúde. O objetivo principal foi analisar se as intervenções realizadas ajudaram a reduzir as filas de espera e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo setor de Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS).

Para isso, foi utilizado o Protocolo de Estratificação de Risco em Saúde Mental, desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná. Esse protocolo foi essencial para orientar a classificação e priorização dos atendimentos, permitindo uma análise mais detalhada da gravidade dos casos e uma melhor organização da fila de espera. Dessa forma, consegue-se avaliar se as ações realmente contribuíram para diminuir as filas e aprimorar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes.

Na primeira intervenção, as estagiárias entraram em contato com os pacientes que estavam há mais tempo na fila de espera. Durante esses contatos, feitos tanto pelas estagiárias quanto, posteriormente, pela psicóloga responsável pelo estágio em campo, alguns pacientes desistiram do atendimento, as razões incluíram a percepção de que já não precisavam mais do atendimento, mudança de cidade ou, tristemente, casos de suicídio. Essa situação ilustra uma realidade comum em serviços de saúde mental, onde a alta procura por atendimento especializado resulta em uma fila de espera significativa. Essa demanda reprimida, ao retornar à Unidade Básica de Saúde (UBS), sendo o único meio de acesso disponível para muitos usuários, gera uma sobrecarga nos serviços. Quando os pacientes não conseguem ter suas necessidades atendidas, eles acabam transitando pelo sistema, aumentando ainda mais essa sobrecarga (Paiano, 2016).

A ausência de resolutividade não apenas sobrecarrega os serviços, mas também intensifica o sofrimento dos usuários e de suas famílias. É crucial encontrar formas de lidar com essa demanda reprimida de maneira eficaz, garantindo que todos os pacientes recebam o atendimento de que necessitam, quando precisam (Paiano, 2016).

A partir da segunda até a nona intervenção, foram realizadas as estratificações. As estagiárias atuavam em períodos diferentes, uma pela manhã e outra pela tarde, com o intuito de alcançar um maior número de pessoas. De modo geral, nas estratificações de saúde mental feita pela estagiária do período matutino, observou-se que o grau de baixo risco tornou-se o mais frequente entre os pacientes, os sinais e sintomas mais comuns incluíam ansiedade, tristeza, desesperança, sobrecarga, pensamentos de inutilidade e sentimento de culpa, sendo mais prevalentes entre as mulheres.

Durante uma dessas estratificações, um paciente foi identificado como de alto risco devido a relatos de ideação suicida, dependência de álcool e drogas, além de comportamento agressivo sob o efeito dessas substâncias. A estagiária conduziu o

caso com urgência à psicóloga responsável pelo estágio, informando sobre a gravidade da situação. A psicóloga assegurou que o paciente seria encaminhado o mais rápido possível para a profissional responsável pelos atendimentos de alto risco. A Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA) adota a estratificação de risco em saúde mental com base nos grupos de transtornos mentais definidos pela Organização Mundial de Saúde OMS. O projeto TelePSI fornece um guia para orientar essa estratificação, considerando situações de risco como suicídio, heteroagressão e exposição moral, classificando os riscos em níveis: baixo, moderado ou alto (Brasil, 2020).

De acordo com as estratificações feitas pela estagiária do período da tarde, contesta-se uma prevalência nos sintomas de ansiedade identificados de forma majoritária nos atendidos, destacando-se os adolescentes onde todos relataram contínuos estresses vindos do ambiente escolar. Verifica-se também relatos de depressão e comportamentos associados, vindo de sujeitos com históricos psicopatológicos e tentativas ou ideias suicidas. Pacientes com histórico de depressão e ideias suicidas representam casos de alta prioridade, conforme sugerido pela teoria de Conzil, Giovanella e Almeida (2011), que enfatiza a necessidade de evitar a piora clínica. Portanto, esses pacientes pelo viés do que a Atenção Básica representa, precisam de atendimento imediato. A identificação de tais comportamentos requer uma resposta rápida e eficiente dos serviços de saúde mental, que como puderam ser classificados na estratificação, as psicólogas responsáveis se mobilizaram para o atendimento.

Em relação à classificação de risco, prevalece aqueles de nível médio, desde adolescentes com sintomas ansiosos e um idoso em processo de luto pelo filho que cometeu suicídio. A teoria destaca a importância de considerar as diversas dimensões dos pacientes, familiares e profissionais de saúde na atuação do psicólogo na saúde pública. A prevalência de pacientes classificados como de nível médio de risco sugere uma demanda significativa por intervenções psicológicas, tanto para questões agudas quanto para problemas mais crônicos destacados por Chagas et al., (2022). Enfatizando então, dois casos extremos, um homem de 40 anos com crises persistentes de ansiedade e estresse agudo, com comportamentos evitativos e intensa ansiedade em situações cotidianas. Esses casos destacam a diversidade de demandas e desafios enfrentados pelos pacientes na fila de espera para atendimento psicológico.

Diante dos dados levantados, torna-se evidente a variedade e a complexidade das condições psicológicas enfrentadas pelos indivíduos atendidos nos Centros de Saúde em um município pequeno no interior do Paraná. A ansiedade, a depressão, o suicídio, dependência de álcool e drogas, os transtornos do desenvolvimento e as dificuldades de adaptação social são apenas algumas das questões enfrentadas pela população que busca assistência psicológica. Diante dessa variedade, a estratificação de pacientes surge como uma ferramenta interessante na gestão da fila de espera para o atendimento psicológico no Centro de Saúde da Mulher, permitindo uma alocação eficiente dos recursos disponíveis e priorizando aqueles com maior urgência. Ao categorizar os pacientes de acordo com suas necessidades individuais, pode-se observar um oferecimento do cuidado personalizado e adequado a cada caso. Além disso, contribui para a equidade no acesso aos serviços psicológicos, garantindo que os recursos sejam distribuídos de forma justa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o estágio, as informações coletadas nas estratificações mostram-se bastante relevantes, a partir dessas informações, conseguimos classificar a gravidade dos casos, o que permitiu priorizar os atendimentos de maneira mais eficiente. Desse modo, essa classificação foi essencial para filtrar as questões específicas de cada paciente e definir as prioridades nos atendimentos.

Para obter a opinião das psicólogas que posteriormente teriam acesso às estratificações, as acadêmicas desenvolveram um formulário, o objetivo era avaliar tanto o desempenho das estagiárias, quanto a qualidade das informações coletadas durante as estratificações. As psicólogas elogiaram as informações coletadas, destacando sua utilidade e relevância para os atendimentos subsequentes, essas informações permitiram a classificação da gravidade dos casos, sua priorização e a filtragem das questões de cada paciente. Ademais, expressaram grande satisfação com o trabalho das estagiárias, elogiando seus conhecimentos sobre as estratificações, empatia com os pacientes e conduta ética.

Além disso, contribuíram para a reorganização da fila de espera, facilitando a separação dos pacientes por níveis de risco, como foi o caso de alto risco em uma das estratificações feitas assim agilizando o atendimento, além de descartar aqueles que já não necessitavam do atendimento.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A.; MALAGRIS, L. E. N. **A prática da psicologia da saúde**. Revista SBPH, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 183-202, dez. 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582011000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 08 de jun. de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política nacional de monitoramento e avaliação da atenção básica: encontrando caminhos para a institucionalização. Brasília: Ministério da Saúde (MS); 2005.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Básica Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série E. Legislação de Saúde. Série Pactos pela Saúde). Disponível em: [https://bvs.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_atencao\\_basica\\_2006.pdf](https://bvs.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2006.pdf). Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **TelePSI: projeto é ampliado para profissionais de serviços essenciais**. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/ktebwnc>. Acesso em 10 de abr de 2020.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública: contribuições técnicas e políticas para o SUS. Brasília, DF, 2006.

CHAGAS, André Felipe Lima das. et al. A identidade social na atuação do psicólogo da saúde. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 05, Vol. 01, pp. 189-202. Maio de 2022. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/psicologo-da-saude>>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de ética profissional do psicólogo**, Brasília, agosto 2005. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2012/07/codigo\\_etica.pdf](http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf) Acesso em 31 jan 2023

CONILL, E. M.; GIOVANELLA, L.; ALMEIDA, P. F. DE .. Listas de espera em sistemas públicos: da expansão da oferta para um acesso oportuno? Considerações a partir do Sistema Nacional de Saúde espanhol. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 6, p. 2783–2794, jun. 2011.

PAIANO, M. et al. AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL: FRAGILIDADES APONTADAS POR PROFISSIONAIS. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 25, p. e0040014, 12 set. 2016.

PIRES, Ana Cláudia Tolentino; BRAGA, Tânia Moron Saes. **O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 151-162, 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2009000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100013&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 08 jun. 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU: ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO EM SAÚDE MENTAL - AMPLIADA**, [S. l.], 10 maio 2023. Disponível em:

[https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos\\_site/sec\\_saude/protocolos\\_saude/Sa%C3%BAde\\_Mental/Estratifica%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Risco\\_-\\_Ampliada\\_-\\_Sa%C3%BAde\\_Mental.pdf](https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_saude/protocolos_saude/Sa%C3%BAde_Mental/Estratifica%C3%A7%C3%A3o_de_Risco_-_Ampliada_-_Sa%C3%BAde_Mental.pdf). Acesso em: 11 jun. 2024.

TANAKA, O. Y. Avaliação da atenção básica em saúde: uma nova proposta. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 4, p. 927–934, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4PgSgjCSWcnnVJVQQ5j4Kfn/#>. Acesso em: 03 jun. 2024.

## FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DE UMA EMPRESA DE PRÓTESES DENTÁRIAS: UM ESTUDO DE CASO

Sara Bernardes Pacheco<sup>1</sup>  
Cristiano Damaceno<sup>2</sup>  
Gislaine Cristina Borini Cendron<sup>3</sup>  
Bianca Carolina Kraemer<sup>4</sup>

**Resumo:** Toda empresa precisa gerenciar adequadamente seus custos para definir preços que sejam compatíveis com suas despesas e objetivos financeiros. Este trabalho analisou um laboratório de próteses dentárias com o objetivo de identificar os custos envolvidos na produção de um aparelho odontológico e calcular o preço ideal de venda. A pesquisa utilizou abordagem quali-quantitativa, fundamentada em referências bibliográficas, e foi desenvolvida por meio de estudo de caso e análise exploratória-descritiva. O levantamento identificou que o valor atualmente cobrado pelo aparelho analisado não é suficiente para gerar lucro, evidenciando a necessidade de ajustes na precificação. Apesar de o prejuízo ser parcialmente compensado por outros produtos, a precificação com base apenas na concorrência tem limitado o alcance de margens positivas. Como resultado, o estudo propõe a adoção de métodos de precificação que considerem os custos e a margem de contribuição, a fim de estabelecer valores mais adequados. Conclui-se que a reavaliação da estrutura de custos e a utilização de estratégias de formação de preço são indispensáveis para melhorar a lucratividade e garantir a competitividade do laboratório no mercado odontológico.

**Palavras-chave:** Contabilidade. Custos. Precificação. Aparelho odontológico. Lucro.

**ABSTRACT:** Every company must properly manage its costs to define prices that align with its expenses and financial goals. This study analyzed a dental prosthesis laboratory aiming to identify the costs involved in the production of a dental device and calculate its ideal selling price. The research adopted a qualitative-quantitative approach, supported by bibliographical references, and was conducted through a case study and exploratory-descriptive analysis. The findings revealed that the current price charged for the analyzed device does not cover its costs and fails to generate profit, highlighting the need for pricing adjustments. Although the loss is partially offset by other products, pricing based solely on competition has limited the achievement of positive margins. As a result, the study proposes adopting pricing methods that consider costs and contribution margins to establish more appropriate values. It is concluded that reassessing the cost structure and utilizing pricing strategies are essential to improve profitability and ensure the laboratory's competitiveness in the dental market.

**Keywords:** Accounting. Costs. Pricing. Dental device. Profit.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciência Contábeis pelo Centro Universitário UGV. União da Vitória. Paraná. Brasil. E-mail: con-sarapacheco@ugv.edu.br

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de Ciências Matemática e Tecnologias. UDESC Campus Joinville. Professor no Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário (UGV). União da Vitória. Paraná. Brasil. E-mail: prof\_cristiano@ugv.edu.br

<sup>3</sup> Mestre em Desenvolvimento e Sociedade, com a Linha de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC, Professora do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UGV., União da Vitória/PR. Brasil. E-mail prof\_gislaineborini@ugv.edu.br.

<sup>4</sup> Graduada em Engenharia Civil pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu e Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UGV, Especialista em Estruturas de Concreto e Fundações pelo Centro Universitário UGV e Docência no Ensino Superior pela Universidade Univitoria. Professor no Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UGV prof\_biancakraemer@ugv.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

O controle dos custos de produção e a definição estratégica de preços de venda são fundamentais para a estabilidade financeira das empresas. Em laboratórios de próteses dentárias, a precificação precisa equilibrar custos operacionais com os valores aceitos pelo mercado. Quando os preços são determinados sem considerar os custos envolvidos, a lucratividade é comprometida, ameaçando a viabilidade do negócio. Martins (2018) destaca que a contabilidade de custos oferece ferramentas cruciais para calcular os valores de produção e embasar decisões de precificação com dados concretos.

O laboratório analisado neste trabalho utiliza um método de precificação baseado nos preços da concorrência, sem avaliar detalhadamente os custos fixos e variáveis. Bernardi (2017) alerta que essa abordagem, embora simples, pode ser ineficaz ao ignorar aspectos internos que impactam os resultados financeiros. Por isso, este estudo busca propor um modelo de precificação que reflita as reais necessidades financeiras do laboratório.

O objetivo principal é analisar os custos de produção de um aparelho odontológico e propor estratégias de precificação que cubram as despesas e garantam a sustentabilidade financeira do negócio. Os objetivos específicos incluem identificar custos fixos e variáveis, calcular a margem de contribuição e avaliar métodos de precificação mais alinhados à realidade da empresa.

A pesquisa combina revisão bibliográfica e estudo de caso. A revisão baseou-se em autores como Crepaldi (2023) e Ribeiro (2017), abordando o cálculo de custos e a definição de preços. O estudo de caso analisou dados do laboratório, identificando custos diretos e indiretos e aplicando-os em modelos de precificação para avaliar a viabilidade econômica e propor ajustes.

O trabalho está estruturado em cinco seções: a introdução apresenta o problema, os objetivos e a metodologia; o referencial teórico discute conceitos como custos fixos, variáveis, métodos de custeio e estratégias de precificação; a metodologia detalha os procedimentos adotados; os resultados e discussões analisam os custos identificados e os ajustes propostos; e as considerações finais sintetizam os resultados, apresentando sugestões práticas para o laboratório e propostas para estudos futuros.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CONCEITOS**

A base de qualquer estudo teórico ou prático reside na compreensão de seus conceitos fundamentais. Esses conceitos estabelecem as diretrizes para a análise e interpretação dos temas abordados, garantindo clareza e consistência ao longo do trabalho. No caso da contabilidade, explorar seus fundamentos é essencial para compreender sua aplicabilidade e importância na gestão e no controle das organizações.

#### **2.1.1 Contabilidade**

A contabilidade tem um papel importante nas empresas, pois está relacionada ao gerenciamento do patrimônio e às finanças. Conforme Ribeiro (2018), ela é uma ciência que se dedica a estudar e controlar o patrimônio das organizações, acompanhando de perto as mudanças e impactos que o afetam. Basso (2020) ressalta que essa prática acompanha a humanidade há milhares de anos, sendo utilizada desde os tempos antigos para registrar e organizar informações sobre bens e riquezas, tanto individuais quanto coletivas.

#### **2.1.2 Contabilidade de custos na área de prestação de serviço**

A prestação de serviços envolve atividades realizadas pelo prestador em benefício do tomador. Segundo o Código Civil (Art. 594), “toda espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante retribuição.” A contabilidade é fundamental nesse setor, pois organiza e acompanha receitas, despesas e fluxo de caixa, auxiliando na gestão financeira e no cumprimento das obrigações fiscais. Além disso, orienta decisões estratégicas ao fornecer dados claros sobre desempenho, permitindo o ajuste de preços e alocação eficiente de recursos.

Martins (2018) destaca que, embora criada para o setor industrial, a contabilidade de custos foi ampliada para áreas como serviços e comércio, auxiliando no planejamento, controle de gastos e decisões estratégicas. Suas principais funções incluem a definição de padrões e orçamentos, o monitoramento de metas e o suporte à competitividade, considerando não apenas os custos, mas também os preços de mercado.

Bernardi (2017) define custos como despesas diretamente ligadas à produção de bens ou serviços, abrangendo tanto a fabricação quanto a gestão das operações.

Com mercados cada vez mais competitivos, a análise de custos se torna essencial para a eficiência empresarial.

## 2.2 CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS

A classificação de custos é fundamental para o entendimento e a gestão financeira de uma organização. Ela permite categorizar os diferentes tipos de gastos, facilitando a análise, o controle e a tomada de decisões. Entre as principais classificações, destacam-se os custos fixos e variáveis, diretos e indiretos, cada um desempenhando um papel crucial na formação do preço e na estratégia empresarial.

### 2.2.1 Custos Fixos e Variáveis

Custos fixos vem a ser os valores gastos, durante um determinado tempo, que não variam independente da demanda, ou seja, se mantêm mesmo sem alteração do valor do produto e/ou serviço. Martins (2018) usa como exemplo o aluguel do imóvel, que vem a ser contratado por mês e independe de se houver venda ou prestação de serviço. Também é possível citar como exemplos a conta de água e luz, folha de pagamento, pró-labore, empréstimos etc.

Já os custos variáveis são o oposto e sofrem modificação dependendo da venda ou serviço prestado, sendo assim, materiais diretos são custos variáveis. Alguns exemplos de custos variáveis são os impostos, CMV (Custo da Mercadoria Vendida), frete etc. “Os custos variáveis são sempre diretos por natureza, embora possam, às vezes, ser tratados como indiretos por razões de economia.” (Martins, 2018).

### 2.2.2 Custos Diretos e Indiretos

Custos diretos, como o próprio nome já diz, são aqueles que agregam valor diretamente no produto e/ou serviço, como por exemplo matéria-prima e mão-de-obra. Crepaldi (2023, p.45) diz que “Sem eles o produto não existiria. [...] bastando que exista uma medida de consumo, como kg, horas-máquina, horas-homem trabalhadas etc.”

Custos indiretos, ou também conhecidos como Custos Gerais de Fabricação (CGF), são aqueles que não podem ser diretamente atribuídos aos produtos e que precisam ser alocados por meio de rateios. (Crepaldi, 2023, p.65).

## 2.3 MÉTODOS DE CUSTEIO

Os métodos de custeio são técnicas empregadas para planejar e distribuir custos aos produtos, serviços ou processos de uma empresa. Existem alguns métodos de custeio, mas aqui serão abordados: Custeio Baseado em Atividade (ABC), Custeio Variável ou Direto e Custeio por Absorção.

### 2.3.1 Método Baseado em Atividade (ABC)

O método de Custeio Baseado em Atividade (ABC) transformou a contabilidade gerencial ao identificar que as atividades, e não apenas os produtos, consomem recursos, estabelecendo uma ligação direta com os custos do produto (Crepaldi, S. A. e Crepaldi, G. S., 2017).

Esse método permite uma análise precisa dos custos, examinando detalhadamente as atividades realizadas e os recursos consumidos. Ao calcular os custos associados a cada etapa, o ABC oferece uma visão clara sobre o desempenho e a eficiência operacional, ajudando a identificar pontos de melhoria e otimização.

Na empresa analisada, o ABC revelou que a mão de obra é a principal fonte de despesas, superando os custos com materiais. Essa informação possibilita a formulação de estratégias mais alinhadas à realidade financeira, otimizando os processos e recursos disponíveis.

### 2.3.2 Custeio Variável ou Direto

O sistema de custeio direto separa os gastos em variáveis e fixos. Conforme Crepaldi, S. A. e Crepaldi, G. S. (2017), os gastos variáveis dependem do volume de produção ou vendas, enquanto os fixos permanecem constantes dentro de certos limites. Ribeiro (2017) acrescenta que os custos indiretos, como aluguel e salários administrativos, são tratados como despesas e não integram o custo de fabricação. Assim, o sistema considera como custo de fabricação apenas os gastos diretamente atribuíveis aos produtos, como materiais, mão de obra e outros custos de produção.

### 2.3.3 Custeio por Absorção

Para Riberio (2017, p. 47) esse sistema de custeio considera todos os custos durante o processo, sendo diretos ou indiretos, como custos de fabricação e apenas as despesas, como por exemplo despesas administrativas e/ou de venda, são

consideradas apenas no resultado final, impactando no lucro e/ou prejuízo, assim não tendo ligação no cálculo dos custos.

Crepaldi, S. A. e Crepaldi G. S. (2017, p.107) mencionam também que a ideia deste método é atribuir ao produto, produção ou serviço, uma parte dos custos diretos e indiretos relacionados a fabricação.

## 2.4 FORMAÇÃO DE PREÇOS E MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

### 2.4.1 Margem de Contribuição

Bernardi (2017, p.239) define a margem de contribuição como a “diferença entre o valor das vendas, os custos variáveis e as despesas variáveis da venda.” Ou seja, a margem é o quanto a empresa consegue fazer “sobrar” para pagar suas obrigações fixas.

Através da análise deste método, é possível identificar a contribuição individual de cada produto, mercadoria e serviço vendido para cobrir os custos e despesas fixos. (BERNARDI, 2017)

A equação (1) apresenta o modelo de cálculo da margem de contribuição:

$$\begin{aligned} \text{Vendas Brutas} - \text{Tributos} - \text{Custos Variáveis} - \text{Despesas Variáveis} & \quad (1) \\ & = \text{Margem de Contribuição} \end{aligned}$$

Martins (2018) acrescenta que o conceito de Margem de Contribuição Unitária é “a diferença entre o preço de venda e o Custo Variável de cada produto; é o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa de sobra entre sua receita e o custo que de fato provocou.”

### 2.4.2 Ponto de Equilíbrio

Ponto de equilíbrio, como a equação (2) abaixo nos mostra, é o montante que a empresa precisa alcançar para que cubra os custos, despesas variáveis, fixas e todos os outros gastos que ela tenha. No ponto de equilíbrio a empresa não tem prejuízo e nem lucro.

$$\text{Ponto de Equilíbrio} = \frac{\text{Custos} + \text{Despesas Fixas}}{\text{Margem de Contribuição Unitária}} \quad (2)$$

Para Ribeiro (2017) esse conceito é fundamental para a empresa, pois revela o número exato de vendas necessárias para que a empresa comece a obter lucro.

Sua análise é simples e clara: se as receitas superam o ponto de equilíbrio, a empresa está lucrando; se ficam abaixo, ela opera em prejuízo.

### **2.4.3 Formação do Preço de Venda**

A definição dos preços dos produtos e serviços oferecidos é um dos aspectos financeiros mais relevantes para qualquer entidade. Para que uma empresa mantenha sua continuidade e prospere, é crucial que os preços praticados sejam coerentes tanto com os custos quanto com as condições do mercado. Desta forma, torna-se fundamental analisar o valor percebido pelo mercado, que justifica a adoção de preços adequados. (Bruni e Famá, 2019)

### **2.4.4 Método Baseado na Concorrência**

Nesse método de definição de preço de venda, a empresa foca exclusivamente nos preços praticados pelos concorrentes, sem considerar profundamente seus próprios custos ou a demanda. É um modelo simples, fundamentado na observação do mercado concorrente.

Bernardi (2017, p. 49) afirma que, embora esse método possa servir como referência, não deve ser usado de forma excessiva, pois diferentes condições, como acesso a insumos, tecnologia e estrutura, podem levar a avaliações imprecisas. A falta de personalização pode comprometer a sustentabilidade financeira do negócio.

Quando utilizado isoladamente, esse método apresenta limitações significativas, como inconsistências com os custos internos, margens de lucro reduzidas, perda de identidade e dificuldade em fidelizar clientes. Basear-se apenas na concorrência ignora a realidade interna da empresa, gerando riscos operacionais e estratégicos.

### **2.4.4 Mark Up**

Mark Up ou taxa de marcação, numa tradução literal para “preço acima”, é um índice utilizado para a formação do preço de venda. Através dessa estratégia é possível garantir que a empresa cubra seus custos, despesas no geral e obtenha lucro na sua produção ou prestação. (Wernke, 2018, p. 168)

Figura 1 - Fórmula Mark Up

(=) Preço de venda
(-) Despesas
(-) Lucratividade esperada
(-) Simples Nacional
(=) Mark Up

Fonte: O Autor, 2024

Bruni e Famá (2019, p. 236) explica também sobre o Mark-up multiplicador e divisor. Assim, o multiplicador vem a ser o mais utilizado pois indica por quanto os custos variáveis devem ser multiplicados para determinar o preço de venda que será aplicado; já o divisor é menos utilizado pois expressa o custo variável como uma porcentagem em relação ao preço de venda. A equação (3) apresenta o modelo de cálculo do Mark Up Divisor e a equação (4) o modelo de cálculo do Mark Up Multiplicador, nas seguintes fórmulas:

$$\frac{\text{Mark Up}}{100} \quad (3)$$

$$\frac{1}{\text{Mark Up Divisor}} \quad (4)$$

### 3 METODOLOGIA

Segundo Nascimento (2016, p. 11), a metodologia de pesquisa envolve métodos que permitem a aquisição de conhecimento e condução do processo científico, oferecendo caminhos, ferramentas e procedimentos como suporte a outras áreas. Este trabalho adota os métodos bibliográfico, exploratório-descritivo, quali-quantitativo e estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica, baseada em livros e artigos científicos, desempenha papel essencial ao fornecer embasamento teórico para discutir e compreender os temas abordados (Nascimento, 2016, p. 27). Já o método exploratório-descritivo, conforme Lakatos (2021, p. 91), busca descrever detalhadamente fenômenos específicos, unindo análises teóricas e empíricas, como ocorre em estudos de caso.

A abordagem quali-quantitativa utilizada combina entrevistas para compreensão detalhada e análise de dados numéricos para cálculos e interpretações. Appolinário (2013) aponta que pesquisas raramente são exclusivamente qualitativas ou quantitativas, situando-se entre esses extremos conforme os objetivos do estudo. Complementando, o Portal Fia (2020) destaca os estudos de caso como um método

que aprofunda o conhecimento sobre um tema, fornecendo base para novas investigações.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo foi desenvolvido para abordar a falta de controle detalhado sobre os custos e despesas da empresa. Antes, os preços dos serviços eram definidos com base na concorrência, ignorando os custos reais, o que prejudicava a lucratividade e comprometia a eficiência da gestão financeira.

Para resolver o problema, foi realizado um levantamento dos custos fixos e variáveis, considerando a sazonalidade semestral das compras de materiais. Essa análise permitiu identificar variações nos custos e avaliar o impacto das compras no total de despesas.

Conforme mostrado no Quadro 1, os custos fixos — energia elétrica, água, aluguel e salários — somam R\$7.427,76 mensais, representando uma parte relevante dos custos operacionais. Esses dados são fundamentais para compreender o impacto das despesas fixas na sustentabilidade financeira do negócio.

Quadro 1 - Levantamento de Custos

Custos Laboratório	
	AGOSTO
Energia Elétrica	R\$ 192,76
Água	R\$ 100,00
Papéis	R\$ 50,00
Aluguel	R\$ 1.000,00
Internet	R\$ 100,00
Material de limpeza	R\$ 80,00
Funcionário 1	R\$ 2.500,00
Funcionário 2	R\$ 2.000,00
INSS	R\$ 405,00
Alimentação	R\$ 120,00
FGTS	R\$ 405,00
Alarme	R\$ 120,00
Contabilidade	R\$ 400,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 7.472,76</b>

Fonte: O Autor, 2024

Os custos variáveis foram analisados, conforme apresentado no Quadro 2. Esse quadro detalha os materiais utilizados nos processos produtivos, como acrílicos e dentes artificiais, com valores que variam entre R\$17,98 e R\$361,90 por item.

Quadro 2 - Materiais adquiridos part.1

LABORATÓRIO DE PRÓTESES AGOSTO 2024			
MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR	TOTAL
ACRILICO ORTO CLASS 1KG	1	R\$ 361,90	<b>R\$ 361,90</b>
ACRILICO TERMO INCOLOR	1	R\$ 219,30	<b>R\$ 219,30</b>
CEL LAC ISOLANTE	4	R\$ 17,90	<b>R\$ 71,60</b>
DENTE BIOLUX P2 INFERIOR COR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX P2 SUPERIOR COR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX P4 INFERIOR COR	5	R\$ 2,32	<b>R\$ 11,60</b>
DENTE BIOLUX P4 SUPERIOR COR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX P5 INFERIOR COR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX P5 SUPERIOR COR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX P6 INFERIOR COR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX P6 SUPERIOR COR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX V14 SUPERIOR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX V15 SUPERIOR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX V25 SUPERIOR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX V26 SUPERIOR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX V3P SUPERIOR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX V6 INFERIOR COR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX V64 SUPERIOR	3	R\$ 2,32	<b>R\$ 6,96</b>
DENTE BIOLUX V6B SUPERIOR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>

Fonte: O Autor, 2024

Esses materiais são diretamente ligados à produção e influenciam os custos totais de cada produto fabricado. Para complementar a análise, foram levantados insumos adicionais utilizados na operação, detalhados no Quadro 3.

Quadro 3 - Materiais Adquiridos part.2

DENTE BIOLUX V8 INFERIOR COR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE BIOLUX V9 INFERIOR COR	6	R\$ 2,32	<b>R\$ 13,92</b>
DENTE IVOSTAR D80 INFERIOR	6	R\$ 5,85	<b>R\$ 35,10</b>
DENTE IVOSTAR D80 SUPERIOR	6	R\$ 5,85	<b>R\$ 35,10</b>
DENTE VITA MFT L34 INFERIOR	10	R\$ 12,83	<b>R\$ 128,30</b>
DENTE VITA MFT L37 INFERIOR	5	R\$ 12,83	<b>R\$ 64,15</b>
DENTE VITA MFT L40 INFERIOR	5	R\$ 12,83	<b>R\$ 64,15</b>
DENTE VITA MFT L40 INFERIOR	5	R\$ 12,83	<b>R\$ 64,15</b>
DENTE VITA MFT PL29 INFERIOR	5	R\$ 12,83	<b>R\$ 64,15</b>
DENTE VITA MFT PL31 INFERIOR	5	R\$ 12,83	<b>R\$ 64,15</b>
DENTE VITA MFT PU29 SUPERIOR	10	R\$ 12,83	<b>R\$ 128,30</b>
DENTE VITA MFT PU31 SUPERIOR	10	R\$ 12,83	<b>R\$ 128,30</b>
DENTE VITA MFT PU33 SUPERIOR	5	R\$ 12,83	<b>R\$ 64,15</b>
DENTE VITA MFT PU33 SUPERIOR	5	R\$ 12,83	<b>R\$ 64,15</b>
DENTE VITA MFT R45 SUPERIOR	10	R\$ 12,83	<b>R\$ 128,30</b>
DENTE VITA MFT R47 SUPERIOR	10	R\$ 12,83	<b>R\$ 128,30</b>
DENTE VITA MFT S47 SUPERIOR	10	R\$ 12,83	<b>R\$ 128,30</b>
DENTE VITA MFT T43 SUPERIOR	12	R\$ 12,83	<b>R\$ 153,96</b>
DENTE VITA MFT T46 SUPERIOR	5	R\$ 12,83	<b>R\$ 64,15</b>
EXPANSOR UNIVERSAL 9MM	10	R\$ 15,70	<b>R\$ 157,00</b>
FIO DE SOLDA	4	R\$ 3,00	<b>R\$ 12,00</b>

Fonte: O Autor, 2024

O Quadro 3 apresenta materiais adicionais adquiridos durante o período analisado. Esses itens, como resinas e isolantes, totalizam uma despesa relevante e reforçam a necessidade de um controle rigoroso sobre os custos variáveis.

Quadro 4 - Materiais Adquiridos part.3

GESSO COMUM	1	R\$ 79,90	<b>R\$ 79,90</b>
GESSO PEDRA	1	R\$ 150,43	<b>R\$ 150,43</b>
GESSO ESPECIAL	15	R\$ 37,90	<b>R\$ 568,50</b>
LUVA P	1	R\$ 15,99	<b>R\$ 15,99</b>
LUVA M	1	R\$ 15,99	<b>R\$ 15,99</b>
PLACA CRISTAL 1MM	15	R\$ 8,45	<b>R\$ 126,75</b>
PLACA CRISTAL 1,5MM	15	R\$ 11,95	<b>R\$ 179,25</b>
PLACA DE E.V.A	15	R\$ 10,90	<b>R\$ 163,50</b>
PROPE	2	R\$ 12,00	<b>R\$ 24,00</b>
RESINA ACRILICA AUTO JET LIQ	2	R\$ 219,99	<b>R\$ 439,98</b>
RESINA ACRILICA TERMO LIQ	2	R\$ 207,90	<b>R\$ 415,80</b>
ZETALABOR	5	R\$ 179,90	<b>R\$ 899,50</b>
CERTO	1	R\$ 1.399,85	<b>R\$ 1.399,85</b>
<b>TOTAL</b>		<b>R\$</b>	<b>7.049,68</b>

Fonte: O Autor, 2024

Já o Quadro 4 detalha materiais mais específicos e de maior valor agregado. Essa categoria inclui insumos que têm impacto direto no custo final dos produtos, sendo fundamental para determinar preços adequados.

Com os dados levantados nos quadros anteriores, foi possível calcular os custos diários e horários da empresa. Esses cálculos, apresentados no Quadro 5, foram realizados com base em uma jornada de trabalho de 8 horas diárias e 21 dias úteis por mês.

Quadro 5 - Custo do dia e hora

Custo Fixo	Custo Variável	Dias	Horas	Custo do Dia	Custo da Hora
R\$ 7.472,76	R\$ 7.049,68	21	8:00	<b>R\$ 355,85</b>	<b>R\$ 44,48</b>

Fonte: O Autor, 2024

O Quadro 5 revela que o custo diário é de R\$355,85 e o custo por hora é de R\$44,48. Esses números servem como base para avaliar a viabilidade financeira dos preços praticados e ajustar estratégias de precificação.

O Quadro 6 detalha o processo de fabricação do arco lingual, incluindo as etapas e o tempo necessário para a produção. Essa informação é crucial para determinar o custo específico desse produto.

Quadro 6 - Processo de fabricação de um Arco Lingual

<b>Arco Lingual</b>	<b>Tempo</b>
- Vazar o gesso (confeção do modelo)	00:10:00
- Recorte	00:10:00
- Dobrar o fio	00:15:00
- Tirar o brilho para solda	00:05:00
- Fixar com cera o fio	00:05:00
- Proteger fio com pedra pomes + gesso	00:05:00
- Solda	00:05:00
- Acabamento e polimento	00:10:00
- Embalagem e faturamento	00:10:00
<b>TOTAL</b>	<b>01:15:00</b>

Fonte: O Autor, 2024

Após calcular os custos horários da empresa, foi feita uma análise detalhada dos materiais utilizados na produção do arco lingual, mostrados no Quadro 7.

Quadro 7 - Materias utilizados para fabricação de um Arco Lingual

<b>Arco</b>	
15cm de fio de aço 1mm	R\$ 0,38
1/2 vareta de solda	R\$ 1,50
<b>Total</b>	<b>R\$ 1,88</b>

Fonte: O Autor, 2024

O Quadro 7 mostra que os materiais específicos utilizados para fabricar o arco lingual totalizam R\$1,88, compondo uma parcela significativa do custo variável da produção.

Quadro 8 - Mark Up

Mark-Up	%
(=) Preço de venda	100%
(-) Despesas	31%
(-) Lucratividade esperada	10%
(-) Simples Nacional	18,00%
(=) Mark Up	40,87%
Mark Up Divisor	0,4087
Mark Up Multiplicador	2,4467825

Fonte: O Autor, 2024

Com base nesses dados, o Quadro 8 e 9 apresenta o cálculo do mark-up e o preço final sugerido para venda. O mark-up aplicado resulta em um preço final de R\$140,65 suficiente para cobrir os custos e garantir uma margem de lucro saudável.

O Quadro 9 reforça que o preço atualmente praticado pela empresa, em torno de R\$70,00, não é suficiente para cobrir os custos reais de produção. Esse valor,

baseado apenas na concorrência, gera prejuízo e compromete a viabilidade financeira do negócio.

Quadro 9 - Preço de venda

<b>Arco Lingual</b>	
Tempo gasto	<b>1:15</b>
(+) Gasto dos custos de 01:15 horas	R\$ 55,60
(+) Valor material variável	R\$ 1,88
(=) Valor Total da Operação	<b>R\$ 57,48</b>
(=) Valor final com Mark Up	R\$ 140,65

Fonte: O Autor, 2024

Quadro 10 - MCU e PE

Margem de Contribuição Unitária	R\$ 138,76
Ponto de Equilíbrio	R\$ 104,66

Fonte: O Autor, 2024

Os cálculos apresentados nos quadros ao longo deste estudo demonstram que o preço atualmente praticado pela empresa para o arco lingual, em torno de R\$70,00, está bem abaixo do valor necessário para cobrir os custos de produção e gerar lucro. O Quadro 9 indicou que o preço ideal, considerando os custos detalhados e o mark-up aplicado, é de R\$140,65. Este valor garante a sustentabilidade financeira e assegura uma margem de contribuição adequada. Os dados do Quadro 10 evidenciam que, para que a empresa alcance o ponto de equilíbrio — ou seja, cubra os custos sem gerar prejuízo —, o preço mínimo deveria ser R\$104,66. A margem de contribuição unitária apresentada no mesmo quadro reforça a importância de ajustar os preços de forma a maximizar o impacto de cada unidade vendida na cobertura dos custos fixos. Esses resultados indicam a necessidade de uma revisão imediata na política de precificação da empresa. Abandonar a prática de basear os preços apenas na concorrência e adotar estratégias fundamentadas em dados reais permitirá não apenas a cobertura dos custos, mas também maior previsibilidade financeira e competitividade no mercado. Além disso, os cálculos aqui apresentados podem servir de base para ajustar os preços de outros produtos do portfólio, garantindo a eficiência e a sustentabilidade da operação como um todo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do custo de produção do aparelho ortodôntico Arco Lingual identificou uma discrepância significativa entre o preço de venda atual (R\$70,00) e o ideal (R\$140,65) calculado pelo método de Mark Up. Esse preço atual cobre apenas

metade do necessário para garantir sustentabilidade financeira, indicando possível prejuízo neste item específico.

Embora perdas com o Arco Lingual possam ser parcialmente compensadas pelas margens obtidas com outros produtos do portfólio, essa estratégia apenas mitiga riscos no curto prazo. Para uma gestão mais eficiente, recomenda-se um levantamento completo dos preços de todos os produtos, identificando itens com margens insatisfatórias para ajustes e otimização dos resultados financeiros.

Adicionalmente, sugere-se a reavaliação do método de precificação. A adoção de estratégias baseadas no valor agregado ou na percepção do cliente pode justificar aumentos de preço, alinhando-os à qualidade dos produtos e serviços. Esses ajustes podem fortalecer a competitividade da empresa, garantindo maior lucratividade e uma posição mais sólida no mercado.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022: informação e documentação**: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018a.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência - Filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>. Acesso em: 20 out. 2024.

BASSO, Irani P. **Contabilidade e Ética Profissional**. Ijuí: Editora Unijuí, 2020. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074154/>. Acesso em: 20 out. 2024.

BERNARDI, Luiz A. **Formação de Preços - Estratégias, Custos e Resultados**. 5. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011531/>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRUNI, Adriano L.; FAMA, Rubens. **Série Finanças na Prática - Gestão de Custos e Formação de Preço**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021059/>. Acesso em: 03 out. 2024.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Contabilidade de Custos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775026/>. Acesso em: 20 out. 2024.

FIA BUSINESS SCHOOL. **Estudos de Caso: O que são, exemplos e como fazer para TCC.** Disponível em: <https://fia.com.br/blog/estudos-decaso/#:~:text=Estudos%20de%20caso%20s%C3%A3o%20um,o%20cientista%20social%20Robert%20K>. Acesso em: 08 out. 2024.

LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>. Acesso em: 08 out. 2024.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 11. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597018080/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica.** São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126293/>. Acesso em: 05 out. 2024.

PLANO GOVERNO FEDERAL. **Lei nº10.406 sobre o Código Civil.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 20 set. 2024.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade Básica.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547224806/>. Acesso em: 20 out. 2024.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade de Custos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547228392/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preço de venda.** 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131860/>. Acesso em: 02 out. 2024.

## O MANEJO DA LISTA DE ESPERA E O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daiana Cristina Dolinski<sup>1</sup>  
Francyslaine da Hora Santos<sup>2</sup>  
Geovani Zarpelon<sup>3</sup>  
Hanny Aparecida Nieckacz<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente artigo expõe práticas voltadas às questões de triagem de pacientes que aguardam em filas de espera por atendimento psicológico no Sistema Público de Saúde - SUS, na Secretaria Municipal de Saúde de uma cidade no interior do Paraná. O objetivo da intervenção foi auxiliar na promoção de saúde e prevenção de doenças, e diminuir a mesma fila de espera, contribuindo assim, no agendamento de atendimentos com a profissional psicóloga que atende a demanda do Município e possibilitando que a mesma possa atuar com afetividade e com maior gestão de tempo, além de promover conhecimento aos estagiários por meio do contato com os pacientes, unindo toda a teoria recebida em sala de aula com a prática.

**Palavras-chave:** Fila de espera; saúde mental; sistema público de saúde; psicologia.

**ABSTRACT:** This text exposes practices focused on the issues of triage of patients waiting in waiting lists for psychological care in the Public Health System - SUS, in the Municipal Health Department - SMS. As a way to assist in health promotion and disease prevention, and reduce the same waiting list, thus contributing to the scheduling of appointments with the professional psychologist who meets the demand of the Municipality and enabling her to act with affection and with greater time management, in addition to promoting knowledge to the interns through contact with patients, uniting all the theory received in the classroom with practice.

**Keywords:** queue; mental health; public health system; psychology.

### INTRODUÇÃO

O Estágio de Prevenção e Promoção da Saúde do curso de Psicologia, teve por objetivo realizar como intervenção a triagem da lista de espera para atendimento psicológico na Secretaria Municipal da Saúde - SMS, conforme a demanda da Psicóloga da organização, os estágios foram limitados de acordo com a possibilidade da profissional de entrar em contato com os pacientes para agendar a triagem. Com isso as estagiárias tiveram 03 dias efetivos de intervenção.

As demandas trazidas durante a intervenção foram desde doenças psíquicas consideradas leves, médias e graves, as acadêmicas tiveram como função conversar brevemente com cada paciente e saber de seu interesse e o motivo da procura pelo

---

<sup>1</sup> E-mail: psi-daianadolinski@ugv.edu.br. Acadêmica do 10º período de Psicologia na Ugv -Centro Universitário.

<sup>2</sup> E-mail: psi-francyslainesantos@ugv.edu.br. Acadêmica do 10º período de Psicologia na Ugv -Centro Universitário

<sup>3</sup> E-mail: prof\_geovani@ugv.edu.br. Psicólogo, Mestre em Educação e Docente na UGV – Centro Universitário

<sup>4</sup> E-mail: psi-hannynieckacz@ugv.edu.br. Acadêmica do 10º período de Psicologia na Ugv -Centro Universitário.

atendimento, marcando ou não o atendimento com a psicóloga responsável, sendo cinco atendimentos fornecidos pela rede pública.

O Sistema Único de Saúde - SUS fornece atendimento médico e ambulatorial à população que tem o seu cadastro no sistema, com o atendimento gratuito e efetivo há uma ampla lista de espera que aguarda atendimento em diversas áreas clínicas, visto que ainda há poucos profissionais para uma demanda muito grande. Com isso, o atendimento psicológico se encaixa nos critérios da lista de espera, chegando de dois anos a mais anos de espera em um atendimento de emergência (Buss, 2015).

## **MÉTODO**

O presente estudo tem característica de uma pesquisa plicada, qualitativa, e destaca-se por ser uma pesquisa de ação, esta tem por aspecto prático a investigação dos fatores que cercam a demanda a partir de uma base empírica, sendo a utilização da ação e resolução dos problemas de maneira participativa com o campo (Thiollent, 2022). Ressalta-se ainda o cunho bibliográfico do estudo, na qual ocorre a investigação em livros, artigos, além de matérias para elaboração de ações intervencionistas e auxílio compreensão da demanda do campo.

Ainda, a pesquisa foi realizada por meio do Estágio Ênfase em Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde, do curso de Psicologia da Ugv - Centro Universitário. Desta forma tal estágio permite que os acadêmicos entrem em contato com demandas e contextos diferentes dos apresentados em sala de aula, possibilitando a ampliação do conhecimento e, podendo levar à sociedade um serviço de suporte, promovendo saúde e prevenindo doenças. Cabe ainda salientar, que todas as ações aqui realizadas pelas estagiárias tiveram a supervisão do professor orientador da Instituição de Ensino.

Foram realizadas intervenções na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, em dias e horários previamente definidos, quartas-feiras das 08:00 às 09:30, com a população que aguardava na fila de espera para receber atendimento psicológico individual com a psicóloga do município. Cada paciente era questionado acerca da demanda que o fez buscar atendimento psicológico e se ainda desejava tê-lo, então era agendado o atendimento, e repassado a ele as informações pertinentes. Ao longo dos dias de intervenção, as estagiárias foram muito bem acolhidas pela profissional e pela equipe, além de terem sido muito bem instruídas e se sentirem à vontade para realizar as atividades propostas.

Ao se sentar na sala, cada paciente era instigado a contar brevemente sobre sua queixa, o motivo que o fez estar ali. Surgiram demandas de ansiedade, depressão, transtornos alimentares, crianças com demandas escolares, entre outras. Juntamente com o paciente, era observado um melhor dia e horário na agenda da psicóloga, e então, agendado o atendimento. Além disso, as estagiárias preenchem tais dados para que fosse possível alimentar o sistema posteriormente.

Quando um paciente tem sintomas ligados à saúde mental e necessita receber qualquer tipo de auxílio no Sistema Público de Saúde - SUS, ele precisa seguir um processo até que consiga acessar o atendimento médico psiquiátrico ou psicológico. Ele precisará receber atendimento de um médico clínico geral em uma Unidade Básica de Saúde - UBS e após receber um encaminhamento, precisará aguardar na fila de espera até que chegue a sua vez de receber o atendimento daquela especialidade desejada (Brasil, 2013).

## **A ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE**

A Atenção Básica possibilita a entrada das pessoas ao Sistema Único de Saúde (SUS), de forma gratuita, onde trabalha com a promoção da saúde e prevenção de doenças, podendo exercer suas funções de forma individual ou em coletividade. Existe a necessidade de uma localização estratégica das unidades de Atenção Básica, para a facilidade de acesso de seus usuários (Brasil, 2013).

A acessibilidade é fundamental para que todos tenham acesso à saúde, onde, dependendo da localização, a distância se torna uma dificuldade de conseguir atendimentos e acompanhamentos. Outras dificuldades que se apresentam são a falta de profissionais e o longo tempo de espera em filas para consultas e para exames, além de que as unidades não podem receber casos de emergência fora de seu horário de atendimento (Figueiredo; Shimizu; Ramalho, 2020).

## **SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA**

A saúde mental é tão importante quanto a saúde física para o bem estar dos pacientes, o Sistema Único de Saúde - SUS recebe diversas demandas que são identificadas como vulnerabilidade emocional, muitas das vezes os profissionais acabam negligenciando na atenção e no acolhimento que o paciente necessita. Os transtornos mentais podem representar quatro das dez principais causas de incapacidade no mundo. É necessário que haja políticas públicas que causem impacto

na atenção primária, humanizando o atendimento dos profissionais que recebem tais demandas (Tadokoro,2011).

O trabalho com a saúde mental pode ser realizado por todos os funcionários que trabalham na Atenção Básica de saúde, o que faz necessário que os profissionais estejam atentos às suas práticas desempenhadas e que no papel profissionalmente desempenhados por eles podem ser acrescentadas práticas que busquem a efetividade da saúde mental (Brasil, 2013).

Os assuntos referentes à saúde mental se apresentam cotidianamente, e os profissionais da Atenção Básica podem buscar formas de trabalhar com o suporte emocional dos usuários de forma simples, como ouvindo com atenção, deixando o paciente falar, ter habilidade de empatia, acolher o paciente, entre outras (Brasil, 2013).

Sendo a principal entrada para a saúde, a Atenção Básica necessita apresentar acolhimento com seus pacientes, buscando que um vínculo efetivo seja criado. Com o acolhimento dos usuários, os profissionais podem melhor compreender as necessidades que o local apresenta, além de enfatizar para as pessoas a necessidade do cuidado com a saúde mental (Brasil, 2013).

Para o trabalho com saúde mental, o psicólogo foi designado para trabalhar na atenção primária em uma equipe multidisciplinar, isso ocorreu somente em meados dos anos 80 em algumas unidades de saúde. Para o trabalho psicológico foi necessário o estabelecimento e criação de novas formas de atendimento, realizando a conscientização da população e de demais profissionais, como médicos, enfermeiros e outros profissionais (Medeiros, 2020).

Sendo frequente o alto número de pessoas em fila de espera para atendimento de saúde mental, os grupos e projetos terapêuticos são opções que abrangem mais pessoas e demandam menos tempo, mas ainda há necessidade e dever de se realizar um serviço adequado. Para um bom trabalho em saúde mental, se exige mais do que somente bons profissionais da psicologia, se faz necessário boa localização, uma equipe preparada e que as pessoas realmente compreendam a importância e busquem ajuda (Medeiros, 2020).

## LUTA ANTIMANICOMIAL E REFORMA PSIQUIÁTRICA

A luta pelos direitos das pessoas com problemas mentais, se iniciou no final da década de 1970 no Brasil, com o Movimento da Luta Antimanicomial, onde foi buscado a compreensão da sociedade sobre o que seria a separação e quais os critérios para decidir quem era louco e quem era normal. As pessoas que eram tidas como loucas ficam trancafiadas em hospitais psiquiátricos, distantes da sociedade, gerando a segregação e a marginalização dessas pessoas, que sofriam negligência, maus-tratos, abandonos e outras formas de violação de seus direitos fundamentais (Finato; Lemes, 2016).

A Reforma Psiquiátrica brasileira contribui para movimentos de mudanças na área da saúde nas últimas quatro décadas, apoiada por profissionais críticos ao modelo de atenção psiquiátrica predominante e por experiências com práticas de cuidados inovadores na área, a luta antimanicomial mobilizou profissionais nos órgãos públicos, nos serviços de saúde e nos movimentos sociais (Machado, 2020).

A democratização e a reforma sanitária impulsionaram as ideias de mudanças na área da saúde, dada ao movimento antimanicomial influenciando na luta pela ampliação dos direitos e da noção de cidadania (Machado, 2020). O manicômio contribui para a reprodução de violência e opressão introjetada na sociedade, esse talvez seja o principal pensamento de Fanos em Basaglia comparada a experiência brasileira (Passos, 2019).

Reivindicar a luta por uma “sociedade sem manicômios” é se colocar ao contrário das desigualdades de classe, opressões de gênero e raça/etnia e favorecer a superação da propriedade privada (Passos, 2019). O manicômio contribui para exclusão, controle e violência, seus muros escondem a violência através de uma suposta proteção que desculpabiliza a sociedade (Luchmann ;Rodrigues, 2007).

A ruptura desse modelo manicomial é muito mais do que o fim do hospital psiquiátrico, pois toma como ponto de partida a crítica profunda aos olhares e concepções acerca do fenômeno, a contraposição à negatividade patológica, conceitos de incapacidade, periculosidade, a invalidez e a inimputabilidade não definem o sujeito com vulnerabilidade emocional, mas incapacita o mesmo de seus direitos fundamentais como cidadão sociedade (Luchmann; Rodrigues, 2007).

Para fazer do Sistema Único de Saúde - SUS o que hoje está na Constituição, pensando em um sistema público de qualidade e universal, comprometido com as

necessidades e direitos à saúde da população, uma longa caminhada precisou ser feita. A Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, além é claro, de um compilado de normativas que servem como base, assegurando tal modelo (Brasil, 1988).

Além disso, a lei prevê que o acesso à saúde pública é:

(...) direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e de outros agravos e possibilitando o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

A importância de haver tal garantia de acesso permite que as demais práticas de saúde pública possam adentrar quaisquer camadas da sociedade e levar consigo acesso universal a uma vida de qualidade, como é o caso do controle de doenças, através da vacinação, por exemplo (Arretche, 2002). Além disso, a universalidade, a equidade, a integralidade, a descentralização, a participação da população e a organização da rede de serviços de modo regionalizado e hierarquizado, são os termos que aparecem tão bem descritos na Constituição Federal e que servem como norte para que o SUS perdure até os dias atuais (Mattos, 2009).

A estratificação surgiu de uma lógica clínica, com o intuito organizacional, tendo como objetivo principal, avaliar o nível de gravidade clínica em que cada paciente chega ao serviço de saúde buscando atendimento, e assim, priorizar os indivíduos que necessitam de cuidados imediatos em situação de emergência, para que haja maior efetividade no atendimento e por consequência, menores riscos à vida e a saúde do mesmo (Sacoman et al, 2019). Ainda, pode ser definida como um processo dinâmico, em que cada paciente é direcionado para um ambiente de cuidado apropriado, com os devidos profissionais capacitados, dentro do tempo correto e oportuno (Azeredo et al, 2015).

A estratificação dos pacientes é necessária e importante, sabendo que assim se torna mais compreensível o entendimento de pelo que os pacientes estão passando, suas necessidades e a gravidade de seus casos. Para uma boa estratificação se faz necessário ter profissionais preparados, o que em unidades públicas de saúde se torna um problema, visto que nesses locais ocorre grande rotatividade de profissionais (Neto; Barbosa, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema importância que todos os brasileiros possam ter acesso ao atendimento às especialidades em saúde mental com certa urgência quando solicitado. Em um país onde questões relacionadas a tal assunto ainda não recebem a devida atenção que merecem, abre-se uma grande lacuna entre o paciente que precisa de atendimento e o profissional que superlota sua agenda na esperança de conseguir promover saúde à população daquela cidade. Diante de tal luta, cabe ao Poder Público visualizar tais necessidades e, cabe à população lutar por seus direitos.

Pelo grande número de pessoas que aguardam pelos atendimentos na fila de espera e acabam desistindo, uma alternativa seriam os atendimentos em grupos, o que também se apresenta eficaz, sendo ainda mais viável em grupos estratificados como de baixo risco. Além disso, se fazem necessárias políticas públicas que busquem as melhores formas de trabalho com seus pacientes, sendo algo regionalizado (Neto; Barbosa, 2018).

Aguardar mais de seis meses em uma fila de espera para receber atendimento psicológico pode contribuir para o agravamento da situação do paciente, desta forma, uma opção seria o investimento na contratação de mais profissionais psicólogos para atendimento da demanda de saúde mental do município, desafogando a fila de espera e contribuindo para a maior qualidade de vida e busca de melhora no quadro de saúde pública.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Relações federativas nas políticas sociais.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, 2002.

AZEREDO TRM, Guedes HM, Almeida RAR. **Eficácia do Sistema de Triagem de Manchester:** uma revisão sistemática. *Internacional Emergir. Enfermeira*. 2015; 23(2):47-52.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental: cadernos de atenção básica, nº 34. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. SUS é legal: legislação federal e estadual. SES/ RS, Porto Alegre, 2000.

BUSS, Maico Oliveira. **Modelo de Sistema de Conhecimento para Gestão de Lista de Espera Para Cirurgias no Sistema Único de Saúde**. Core, 2015.

FIGUEIREDO, Daniela Cristina Moreira Marculino de; SHIMIZU, Helena Eri; RAMALHO, Walter Massa. **A Acessibilidade da Atenção Básica no Brasil na avaliação dos usuários**. Cadernos Saúde Coletiva, v. 28, p. 288-301, 2020.

FINATO Pires, J.; LEMES De Resende, L. **Um Outro Olhar Sobre A Loucura: A Luta Antimanicomial No Brasil E A Lei 10.216/2001**. Cadernos Da Escola De Direito, V. 2, N. 25, P. 34-47, 10 Nov. 2016. Disponível em:  
<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3062>

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. **O Movimento Antimanicomial no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, p. 399-407, 2007.

MACHADO, Cristiani Vieira. **A Reforma Psiquiátrica Brasileira: caminhos e desafios**. Saúde em Debate [online]. v. 44, spe 3 [Acessado 22 Maio 2024], pp. 5-8. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042020E300>  
<https://doi.org/10.1590/0103-11042020E300I>>. ISSN 2358-2898.  
<https://doi.org/10.1590/0103-11042020E300>.

MATTOS, Ruben Araujo de. Princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a humanização das práticas de saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 13, 771–780. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832009000500028>

MEDEIROS, Roberto Henrique Amorim de. Psicologia, saúde e território: experiências na Atenção Básica. *Psicologia em estudo*, v. 25, p. e43725, 2020.

NETO, Cicero Gomes dos Santos; BARBOSA, Maria Idalice Silva. **ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO DAS CONDIÇÕES CRÔNICAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA**. SANARE - Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 17, n. 1, 2018. DOI: 10.36925/sanare.v17i1.1217. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1217>. Acesso em: 30 abr. 2024.

PASSOS, Rachel Gouveia. *Frantz Fanon, Reforma Psiquiátrica E Luta Antimanicomial No Brasil: O Que Escapou Nesse Processo?*; Universidade Federal do Rio Janeiro – UFRJ, 2019.

SACOMAN, Thiago Marchi; BELTRAMMI, Daniel Gomes Monteiro; ANDREZZA, Rosemarie; CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira, & REIS, Ademar Arthur Chioro. Implantação do Sistema de Classificação de Risco Manchester em uma rede municipal de urgência. *Saúde em Debate*, 43(121), 354–367. 2019.

TADOKORO, Daize Carvalho; Transtornos mentais na Atenção Primária: uma reflexão sobre a necessidade de organizar e acolher a demanda dos usuários do SUS. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2011.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2022.

## OS USOS DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE, NA DEMOCRACIA E NO MEIO JURÍDICO

Camila Fernanda Martinazzo<sup>1</sup>  
Kauany de Fátima Wollinger Matoso<sup>2</sup>  
Sabrina Bittey Cavallari de Carvalho<sup>3</sup>

**RESUMO:** Objetivo: O presente artigo tem como principal objetivo o estudo da blockchain e seus impactos na sociedade, na democracia e no meio jurídico, haja vista ser uma tecnologia de ampla utilidade. Método: Com base em uma exploração bibliográfica qualitativa, buscou-se traçar alguns dos conceitos principais sobre o assunto e analisar os reflexos dessa inovação tecnológica. Resultados: A partir disso, buscou-se demonstrar como a tecnologia blockchain está auxiliando no funcionamento de transações de criptoativos, smart contracts, autenticação de documentos, entre outros usos, além de sua aplicação em prol da democracia, com reflexos nas mais diversas áreas, incluindo a jurídica. Conclusão: Ao final, restará evidenciado o potencial de crescimento dessa tecnologia e seus impactos positivos e negativos no meio social e jurídico.

**Palavras-chave:** Blockchain. Sociedade. Democracia.

**ABSTRACT:** Objective: This article aims to study blockchain and its impacts on society, democracy, and the legal field, given its wide-ranging utility as a technology. Method: Based on qualitative literature exploration, this study sought to outline some of the key concepts on the subject and analyze the ramifications of this technological innovation. Results: Consequently, the study sought to demonstrate how blockchain technology is facilitating transactions of crypto assets, smart contracts, document authentication, among other uses, as well as its application in promoting democracy, with implications in various areas, including the legal sphere. Conclusion: In conclusion, the potential for growth of this technology and its positive and negative impacts on the social and legal environment will be highlighted.

**Keywords:** Blockchain. Society. Democracy.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o advento da tecnologia blockchain e seu potencial de revolucionar o mundo digital de diversas maneiras, trazendo consigo uma nova forma de armazenar, compartilhar e validar informações de maneira segura e descentralizada.

A blockchain é uma tecnologia moderna, cujo surgimento é atrelado às criptomoedas, sobretudo, a mais conhecida delas, o Bitcoin. No cenário financeiro atual, essa tecnologia se expandiu rapidamente para vários outros setores da sociedade.

Com tal expansão, os meios social, econômico, político e jurídico têm passado por profundas transformações para que a tecnologia possa ser implementada nos mais diversos seguimentos de interesse.

O advento da internet e das novas tecnologias trouxe consigo questões jurídicas complexas pois o mundo virtual possui seus próprios desafios que se

aprofundam a cada novo avanço. Eis que surge a questão: como lidar com um ambiente tão instável e inovador, sobretudo para os adeptos dos meios tradicionais?

Em meio a essa dinâmica já complexa surge a blockchain, a qual já vem sendo empregada nas mais diversas áreas, desde a proteção de dados e transações comerciais até sistemas de votação, mas que para muitos ainda é uma tecnologia desconhecida.

Através deste estudo buscou-se elucidar o funcionamento básico da tecnologia blockchain e algumas das formas pelas quais pode ser empregada para facilitar as relações humanas, bem como os seus reflexos positivos e negativos e os seus usos ainda em potencial.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE DIGITAL**

Vivenciamos hoje aquela que tem sido apontada como a 4° Revolução Industrial, com o advento tecnológico da inteligência artificial e virtualização do mundo real a partir da construção de um metaverso.

Nesse contexto, evidencia-se a teoria de Manuel Castells, renomado sociólogo e escritor amplamente reconhecido por suas contribuições na compreensão das redes digitais e seu impacto profundo na sociedade contemporânea.

Sua obra mais conhecida, "A Sociedade em Rede" publicada originalmente em 1996, apresenta uma abordagem inovadora para entender a dinâmica das sociedades modernas, enfatizando a importância das redes de comunicação na formação de identidades coletivas. Ao destacar a interconexão global, Castells desafiou concepções tradicionais da sociedade, apontando para uma visão do mundo em que vivemos hoje como uma sociedade informacional estruturada em rede e na qual a produtividade e até mesmo a tomada de decisões políticas são pautadas na tecnologia, na informação e na comunicação, cunhando o termo TICs.

Outro autor, Pierre Lévy, aponta ainda para a formação neste universo digital de uma cibercultura, com as relações entre pessoas das mais diversas partes do mundo formando verdadeiras comunidades do espaço virtual e possibilitando a construção de uma inteligência coletiva. Para o autor: "a interconexão condiciona a comunidade virtual, que é uma inteligência coletiva em potencial" (Lévy, 1999, p. 133).

Castells, por sua vez, também reconhece a formação destas comunidades em seu estudo, ao apontar que "a comunicação mediada por computadores gera uma

gama enorme de comunidades virtuais” (Castells, 1999, p. 38-39). Seria, portanto, o surgimento de uma nova sociedade no espaço cibernético, paralela à sociedade real, entrelaçando inúmeras pessoas separadas fisicamente, o que teria um aspecto positivo no que tange a difusão e o compartilhamento da informação auxiliando na construção do conhecimento.

Nesse contexto, sob o ponto de vista econômico, merece destaque a teoria da pesquisadora Shoshana Zuboff, responsável por cunhar o termo “capitalismo de vigilância”, se referindo ao novo modelo econômico que vivemos. Em suma, tal teoria aponta para o uso de dados disponibilizados na rede na criação de perfis comportamentais dos usuários, o que, evidentemente, atrai a atenção do mercado, fazendo com que esses dados sejam vendidos, sobretudo aos anunciantes, transformando o usuário em produto do mercado capitalista.

Em interessante análise da teoria da pesquisadora norte-americana, o professor Andrei Koerner sintetiza a ideia defendida por Zuboff:

O capitalismo de vigilância é uma mutação do capitalismo da informação, que nos coloca diante de um desafio civilizacional. As Big Techs – seguidas por outras firmas, laboratórios e governos – usam tecnologias da informação e comunicação (TIC) para expropriar a experiência humana, que se torna matéria-prima processada e mercantilizada como dados comportamentais. O usuário cede gratuitamente as suas informações ao concordar com termos de uso, utilizar serviços gratuitos ou, simplesmente, circular em espaços onde as máquinas estão presentes (KOERNER, 2021, online).

Esses dados são, portanto, não apenas coletados pelas chamadas Big Techs, empresas de tecnologia com dominância do mercado econômico como Google e Apple, mas fornecidas a elas pelos próprios usuários. Nesse cenário as redes sociais atuam como catalisadores para a coleta dos dados, inicialmente atraindo para, em seguida, fidelizar os usuários, tudo isso, avançando para um contexto em que estes são catalogados e se tornam o produto do capitalismo.

Esta é uma teoria analítica que demonstra uma visão alarmante da sociedade digital, mas que nos traz importantes reflexões acerca dos pontos positivos e negativos da tecnologia que permeia nossa sociedade.

Partindo destes pressupostos, é possível apontar certa conexão entre a tecnologia blockchain e as ideias de Castells, especialmente no que diz respeito à descentralização na era digital. Em seu livro "A Sociedade em Rede" Castells argumenta que a internet e as redes digitais têm o potencial de descentralizar o poder

e permitir a participação ativa dos indivíduos na construção da sociedade, (Castells, 1999).

A tecnologia blockchain é um exemplo concreto dessa descentralização, pois, conforme restará esclarecido ao longo desta explanação, permite que as transações sejam registradas e validadas por uma rede de computadores distribuídos, eliminando a necessidade de intermediários centralizados, como bancos ou governos, o que traz maior autonomia e liberdade para os indivíduos, permitindo que eles realizem transações de forma direta e segura.

Castells aponta ainda em seu estudo que neste novo modelo de economia a moeda do mercado é a confiança (Castells, 1999), sendo este o elemento fundamental para o funcionamento das redes sociais e econômicas. A tecnologia blockchain, por sua vez, ao garantir a segurança e a transparência das transações, fortalece justamente a confiança entre os participantes da rede, o que é especialmente relevante em um contexto em que a confiança nas instituições tradicionais está em declínio e em que a segurança dos dados pessoais é constantemente ameaçada.

Em suma, a tecnologia blockchain se alinha com as ideias de Manuel Castells ao promover a descentralização do poder e ao estabelecer um sistema de confiança na era digital. Através dessa tecnologia, é possível criar redes sociais e econômicas mais justas, transparentes e seguras. Como Castells enfatiza, a sociedade em rede é moldada pelas tecnologias da informação e da comunicação, e a blockchain é uma das ferramentas que impulsionam essa transformação.

Ademais, a tecnologia blockchain se amolda a ideia de Lévy, corroborada por Castells, de formação de comunidades virtuais, tais como a Ethereum, a ser posteriormente abordada, a qual figura como exemplo de uma comunidade virtual formada em rede de tecnologia blockchain, reunindo entusiastas da tecnologia e possuindo fins econômicos ao se destinar a transações financeiras e realização de relações contratuais.

## 2.2 BLOCKCHAIN: A TECNOLOGIA POR TRÁS DO BITCOIN

A construção da sociedade digital é um processo contínuo e em constante evolução ao longo das últimas décadas, que acaba por evidenciar como as tecnologias da informação e comunicação têm impactado o cotidiano das pessoas, quer seja maneira como as pessoas se comunicam, trabalham e se relacionam.

O surgimento da internet foi um dos principais marcos no desenvolvimento da sociedade digital, permitindo que as pessoas se conectassem globalmente, compartilhando informações instantaneamente e criando uma rede global de comunicação, o que também facilitou o comércio eletrônico, permitindo que as pessoas comprassem produtos e serviços online.

É nesse contexto que surge a tecnologia blockchain, que consiste em um banco de dados compartilhado entre diversos computadores, os chamados “nós” da rede, e que se destina a possibilitar transações entre seus usuários. (Infomoney, 2022).

Essa tecnologia, conforme já mencionado, surgiu inicialmente para viabilizar transações com a moeda criptográfica Bitcoin e foi criada por um autor ainda desconhecido sob o pseudônimo Satoshi Nakamoto.

A ideia foi trazida em primeira mão através da obra: “Bitcoin: um sistema de dinheiro eletrônico peer-to-peer”, atribuída ao criador anônimo da criptomoeda, que explica o sistema por trás das transações (Nakamoto, 2008).

A tecnologia confere segurança para as transações entre pessoas, eliminando o intermédio de instituições bancárias e diminuindo custos operacionais (sistema peer-to-peer).

Essa segurança reside na inalterabilidade das informações, as quais são validadas por cada um dos nós que compõem a rede, funcionando a blockchain a partir de um sistema pautado na descentralização (Avelar, 2024). Essa descentralização impede a monopolização e controle estatal destas transações, pois essa dinâmica da blockchain permite que o banco de dados funcione sem necessidade de uma entidade reguladora (Blog Economia Digital, 2024).

Tal inovação foi amplamente difundida, justamente por atuar como plano de fundo para o Bitcoin, principal criptomoeda do mercado atual, e devido ao seu potencial de revolucionar o mercado econômico, servindo como base para transações envolvendo criptoativos no geral, além de diversas outras funcionalidades e possibilidades de remodelar as relações humanas.

A natureza descentralizada do Bitcoin, sem controle por governos ou instituições financeiras, mas gerenciado por uma rede de computadores distribuídos em todo o mundo, garante segurança e a transparência, uma vez que todas as transações são registradas no livro-razão público da blockchain, sendo amplamente resistente a fraudes. Cada transação é verificada e validada por uma rede de “mineradores”, que utilizam seu poder computacional para resolver complexos

problemas matemáticos, o que garante a integridade das transações e impede a duplicação ou falsificação (Infomoney, 2022).

Além disso, o Bitcoin também trouxe consigo a possibilidade de transações financeiras rápidas e de baixo custo em escala global. Ao eliminar intermediários e reduzir as taxas de transação o Bitcoin permite que pessoas de diferentes partes do mundo realizem transações diretamente, o que tem sido especialmente benéfico para pessoas em países com sistemas financeiros instáveis ou com restrições de acesso a serviços bancários.

No entanto, o Bitcoin também enfrentou desafios ao longo dos anos. Sua volatilidade de preço tem sido motivo de preocupação para muitos investidores, e a falta de regulamentação em alguns países tem gerado incertezas em relação ao seu uso. Além disso, a escalabilidade da rede Bitcoin é um ponto em debate, uma vez que o aumento do número de transações tem gerado congestionamentos e aumentado as taxas (França De Mello, 2023).

Apesar dos desafios o Bitcoin continua a se expandir e a ganhar aceitação em todo o mundo, difundindo consigo o uso da tecnologia blockchain. Grandes empresas, como Microsoft e PayPal, já aceitam Bitcoin como forma de pagamento, e muitos países estão explorando a possibilidade de criar suas próprias moedas digitais baseadas em blockchain.

Assim, a tecnologia por trás da criptomoeda tem se mostrado uma tecnologia disruptiva e transformadora desde a sua criação. Sua natureza descentralizada, segura e o potencial para transações rápidas e de baixo custo atraem a atenção de pessoas e instituições em todo o mundo e, embora ainda enfrente desafios, continua a moldar o futuro das finanças e a abrir caminho para uma nova era de transações digitais e interpessoais.

### 2.3 BLOCKCHAIN E OS SMART CONTRACTS: O PIONEIRISMO DA ETHEREUM

O conceito de smart contracts (contratos inteligentes) foi cunhado por Nick Szabo, advogado e cientista da computação, no artigo "The Idea of Smart Contracts" (A Ideia de Contratos Inteligentes), no qual o autor trouxe à tona, pela primeira vez, a ideia de contratos baseados em código de computador.

Para o teórico, seria uma inovação que propõe a "incorporação de contratos Em Todos Os Tipos De Bens Valiosos E Controlados Por Meios Digitais". (Szabo, 1997).

Aponta-se ainda que essa modalidade de contrato surge na forma de uma “tecnologia concebida para superar imperfeições nos arranjos contratuais decorrentes de custos de transação e assimetria de informação” (Porto, Glória, Brochado, 2021, p. 4).

Porém, Szabo limitou-se a traçar o conceito, sendo o fomento prático dos contratos inteligentes utilizando tecnologia blockchain atribuído a Vitalik Buterin, co-fundador da plataforma Ethereum em 2015, a qual permitiu que os desenvolvedores executassem smart contracts de forma efetiva e eficaz, materializando a ideia de Szabo e difundindo, ainda mais, o uso da tecnologia blockchain, o que também revela efeitos na esfera jurídica até então pautada em métodos contratuais tradicionais.

O site da plataforma Ethereum narra a ideia central de um smart contract aos seus usuários e visitantes como contratos que “digitalizam acordos transformando os termos de um acordo em código de computador executado automaticamente quando os termos do contrato são cumpridos” (Ethereum, 2023, online).

Trata-se, em verdade, de um “metacontrato construído em uma plataforma descentralizada de alta segurança para consecução das transações acordadas” (Porto, Glória, Brochado, 2021, p. 4).

Os smart contracts são assim contratos digitais autoexecutáveis. Em suma, as partes firmam seus termos e o software se incumbem de executar o ajustado, inclusive usando criptoativos na quitação da obrigação, se necessário, de forma que esses contratos são criados para automatizar a contratação, e evitar que sejam remetidos à análise do Judiciário, diminuindo a atuação humana nas relações contratuais.

Uma blockchain é um banco de dados atualizado e compartilhado entre vários computadores em uma rede, e cada novo conjunto de transações é adicionado, é chamado de “block”, daí o nome. Ainda, blockchains públicas como a Ethereum permitem que sejam inseridos dados na plataforma, mas não permitem a sua remoção. Para se alterar uma informação neste sistema, esta teria que ser alterada na maior parte dos computadores que compõem a rede, pois cada um deles validou a informação (Ethereum, 2023), o que faz com que estas plataformas sejam altamente seguras, justamente, por serem descentralizadas, conferindo a este instrumento tecnológico a confiabilidade necessária às relações contratuais modernas.

Em interessante artigo acadêmico acerca do tema frisou-se a importância da tecnologia blockchain no surgimento desta nova natureza de relação contratual, apontando que:

Esta nova tecnologia possibilitou a aplicação prática de uma ideia que, até então, somente existia no papel: os chamados “contratos inteligentes” (smart contracts) que, com suas características de autoexecução e autoimplementação, são capazes para transformar a atual visão dos contratos, lançando desafios não só para a teoria tradicional do Direito Privado, mas para toda a hermenêutica jurídica contemporânea (Cavalcanti; Nóbrega, 2020, p. 4).

Mais uma vez resta evidenciada a natureza inovadora, capaz de profundos impactos na forma como enxergamos a sociedade e, conseqüentemente, o meio jurídico que se presta a regulá-la. Sendo os contratos uma das principais expressões das relações jurídicas é natural que sejam os primeiros a sentirem os efeitos desta tecnologia, porém ela não se limita a eles, se expandindo aos mais diversos ramos das relações humanas e jurídicas.

#### 2.4 O IMPACTO DAS TRANSAÇÕES VIA BLOCKCHAIN NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A tecnologia blockchain tem o potencial de impactar significativamente o direito brasileiro, trazendo novas possibilidades e desafios para o sistema jurídico do país, demonstrando potencial de conferir maior segurança, transparência e eficiência para diversas áreas do direito.

Um exemplo de aplicação da blockchain no direito brasileiro, e que merece destaque, é na autenticação e validação de documentos. Isso porque, por meio da tecnologia blockchain, é possível criar registros digitais imutáveis que podem ser facilmente verificados, garantindo a autenticidade e a integridade dos documentos. Isso pode ser especialmente útil em processos judiciais, contratos e transações comerciais, onde a autenticidade dos documentos é essencial, além de sua utilidade na proteção dos direitos autorais.

No entanto, a adoção do blockchain no direito brasileiro também apresenta desafios, ensejando a necessidade de regulamentação e adaptação das leis existentes para lidar com as questões específicas desta tecnologia. Além disso, a privacidade e a proteção de dados também são preocupações importantes, uma vez que o blockchain é um registro público e transparente, se fazendo necessária a busca pelo equilíbrio entre a transparência e a proteção da privacidade dos usuários.

Para além disso, conforme já apontado, a tecnologia blockchain aplicada em transações negociais, empresariais, de valores, entre outros, vem transmutando a forma como as relações jurídicas acontecem. Toda a forma de funcionamento das

transações vem sendo remodelada a partir desta tecnologia, ampliando ainda mais o campo de atuação do Direito Digital.

Como bem se sabe, este ramo do direito é multidisciplinar, principiológico e construído a partir de um diálogo das fontes, mesclando diversos diplomas jurídicos no intuito de construir uma solução para as questões que envolvem a tecnologia.

Essas características se devem justamente ao ambiente volátil que este ramo do direito pretende regular, vez que o direito, isoladamente, não consegue acompanhar a velocidade dos avanços tecnológicos.

Mas o que fazer quando os próprios institutos a serem integrados na construção de um tratamento jurídico das relações digitais se encontram ultrapassados?

Nesse caso, os intérpretes costumam se aprofundar ainda mais no emprego da analogia e dos princípios, outras das características inerentes ao Direito Digital, buscando dispositivos que prevejam, ao menos de forma semelhante, meios de processar as relações jurídicas criadas e perfectibilizadas em meio digital, além de se socorrer de outros ramos do conhecimento que permitam compreender os desdobramentos sociais desta tecnologia.

É cediço que tais relações precisam de maior segurança jurídica, pois já foram legitimadas pelos próprios usuários, que anseiam por maior reconhecimento e institutos próprios que regulem tais relações, cada vez mais comuns. Por outro lado, também é notório que a natureza em si do procedimento legislativo é morosa e não permite que se produzam leis para tantas quantas são as formas de relações jurídicas que podem ser criadas no meio digital e nas redes de tecnologia blockchain.

Conforme já se apontou ao tratar dos smart contracts, essa tecnologia já vem alterando toda a forma de ver e interpretar as relações contratuais no direito brasileiro. Para os autores Vieira, Marinho e Yeung Casais:

Enfim, estamos presenciando a tensão criada por uma tecnologia disruptiva e inevitável, que torna a lei obsoleta. E essa tensão só pode ser superada pelo próprio Direito, seja pelo Congresso, seja pelos tribunais, emprestando o olhar de hoje à legislação de ontem. O legislador precisa estar sensível às novidades e, assim, atualizar a legislação para validar expressamente as operações baseadas em Blockchain, cujo propósito é otimizar a vida das pessoas. (Vieira; Marinho, Yeung Casais, p. 5, online)

Portanto, negar tal tecnologia conduz um ordenamento jurídico que, por sua própria natureza, já se encontra em descompasso com a realidade social, a um verdadeiro abismo entre o Judiciário e o destinatário da norma.

O jurisdicionado moderno já está aderindo a esta tecnologia, vez que é lá que estão firmados os negócios e promovidas diversas transações financeiras, ao passo em que o meio jurídico muitas vezes nem sequer busca compreender tal instrumento tecnológico.

Assim, resta evidente que a tecnologia blockchain pode trazer benefícios significativos para o direito brasileiro, demandando um esforço conjunto entre legisladores, advogados e especialistas em tecnologia para adaptar as leis existentes e enfrentar os diversos desafios relacionados a essa nova tecnologia a fim de que seja explorado todo o seu potencial.

Ademais, para além da esfera do direito digital, é importante atentar-se aos reflexos profundos em ramos como o direito das obrigações e, até mesmo, criminal, frente a ampla gama de modalidades de crimes cibernéticos que podem ser manejados a partir das tecnologias contemporâneas.

## 2.5 IMPACTOS DA BLOCKCHAIN NO MUNDO JURÍDICO: NECESSIDADE DE EQUILÍBRIO ENTRE OS RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS

Verticalizando o estudo acerca de um dos aspectos marcantes dessa tecnologia aplicada aos contratos inteligentes, temos que ela busca eliminar o fator humano da relação contratual a partir da execução automatizada por meio dos códigos. Neste cenário, a interpretação dos termos contratuais, em tese, não se sujeitaria ao arbítrio de um juiz, sendo o código o responsável por apresentar uma solução uniforme aos termos contratuais conforme parâmetros de execução, os quais, após criados, não podem ser alterados (Avelar, 2024).

Para muitos, o fator humano é justamente um dos maiores pontos de falha dos contratos tradicionais, ao passo que os contratos inteligentes, ao eliminarem a possibilidade de interpretações divergentes, conferem efetividade, operabilidade e estabilidade às relações contratuais.

Em contrapartida há quem proponha métodos de interpretação dos contratos inteligentes aliados a interação humana sustentando o argumento de que a execução automatizada não garante o adimplemento.

E se houvesse um shutdown, uma pane no blockchain, a quem as partes iriam recorrer? E se a parte contratante esvaziasse os fundos que garantiriam a obrigação do contrato?

Todos esses pontos apontam para certa falibilidade da blockchain, o que é compreensível pois que nenhum sistema é perfeito.

Nesse sentido tem-se posicionamento do mestre e advogado Rodrigo Moreira:

A automatização é o aspecto definidor de um smart contract, a interpretação do contrato deve privilegiar os elementos de interação humana envolvidos naquele negócio. Isto porque, se o contrato inteligente é produto de uma máquina, um algoritmo, seja na elaboração do instrumento, seja na sua execução, a interpretação em caso de inadimplemento ou qualquer outra imperfeição deve prestigiar aquilo que resta de humano na relação. (Moreira, 2018, p. 38).

Assim, por mais inovadora e disruptiva que seja essa tecnologia, ela não tem o condão de afastar o elemento humano do contrato e de tornar inócua a atuação dos operadores do direito na interpretação da relação contratual, porém, demanda adaptação por parte destes para que percebam como deve se dar a sua atuação frente a este novo universo das relações obrigacionais.

Uma das consequências do smart contract é buscar eliminar os intermediários das relações contratuais, entre eles o advogado, buscando-se dispensar o auxílio jurídico destes profissionais, deixando a critério de softwares a elaboração e execução de contratos.

No entanto, é importante notar que os contratos inteligentes não são uma substituição completa destes profissionais, os quais são necessários em casos complexos e que envolvem interpretação legal, negociação e aconselhamento especializado.

Isto porquê, os contratos inteligentes ainda demonstram limitações em termos de capacidade de compreender contextos mais amplos ou situações imprevistas, o que os torna adequados apenas para transações e acordos bem definidos.

Assim, o intermédio do advogado nas relações que utilizam blockchain de fato será reduzido, mas não eliminado, pois podem ocorrer situações que exijam uma análise casuística e subjetiva, além de eventuais problemas nas operações ocasionados por fatores externos ao sistema do blockchain que demandem atuação humana.

Tal aspecto é frisado por Rodrigo Moreira em artigo de sua autoria acerca do tema:

Há funções que máquinas não podem fazer tão bem como um ser humano, sobretudo na formalização de cláusulas contratuais. Deveres como “boa-fé”, critérios como razoabilidade, diligência, etc., não podem ser representados em forma de código (ainda). Logo, esta substituição jamais será total – mas decerto será parcial, o que

demandará uma adaptação não apenas das partes envolvidas, incluindo operadores do direito (juízes, advogados, etc.) como também da própria dogmática contratual. (Moreira, 2018, p. 22).

Portanto, é possível concluir que recursos humanos e tecnológicos não se anulam na relação entre juristas e tecnologia, ao contrário, devem ser concatenados no intuito de garantir a solução que melhor atenda ao interesse das partes e à ordem jurídica.

## 2.6 BLOCKCHAIN E DEMOCRACIA: O EMPREGO DA TECNOLOGIA NO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

A tecnologia blockchain tem se mostrado ainda, a partir de iniciativas ao redor do mundo, um importante instrumento democrático a serviço da cidadania, através de sistemas de votação eletrônica segura não apenas em eleições gerais, mas em votações abertas, como por exemplo de projetos de lei.

Exemplo emblemático de sistema eleitoral baseado em tecnologia blockchain é o da Estônia, país em que o voto online já é uma realidade a partir do uso desta tecnologia (TSE, 2022).

Mas, muito embora este sistema desperte o interesse de diversos outros países, várias são as críticas por parte de especialistas que apontam ser possível a invasão e modificação das informações, pois “mesmo com todos os protocolos de segurança, criptografia, métodos contra coerção, há muitas vulnerabilidades que podem ser exploradas [...]” (Nascimento, 2018, p. 40).

Por outro lado, o Brasil já é mundialmente reconhecido por seu sistema eleitoral ágil e seguro, capaz de superar os desafios da extensão territorial do país e promover eleições com apuração de votos em tempo recorde. Diversos países do mundo já adotam o sistema de urnas eletrônicas brasileiro como modelo de sistema eleitoral eficiente.

Suscita-se, deste modo, a seguinte questão: poderia o sistema eleitoral brasileiro ser aprimorado ou adotar um sistema seguro baseado em tecnologia blockchain?

Por óbvio que a tecnologia não passou despercebida ao sistema eleitoral brasileiro, e diversos profissionais já vêm se debruçando sobre a temática. O Tribunal Superior Eleitoral vem analisando a possibilidade de utilização da tecnologia blockchain no sistema eleitoral do Brasil, porém, ao que tudo indica, essa tecnologia

deve vir conciliada ao sistema de urnas eletrônicas e não substituindo o sistema já em vigor (Lima, 2021).

Um dos principais pontos suscitados é de que “a solução blockchain pode ser utilizada para execução do processo eleitoral, no entanto, a tecnologia não garante a privacidade do eleitor” (Lima, 2021, p. 57), se tratando de um sistema semi-anônimo, ao passo que a urna eletrônica assegura essa privacidade, atendendo ao sistema eleitoral de um país que tem o voto secreto como cláusula pétrea, conforme artigo 14 da Constituição (Brasil, 1988), além da possibilidade de ataques que, embora sejam difíceis de serem executados, já são capazes de comprometer a higidez do processo eleitoral.

Em vez disso, o que vem sendo proposto é a utilização da tecnologia blockchain em determinadas etapas do processo eleitoral, conciliando-a com a segurança e o anonimato conferidos pelas urnas eletrônicas (Lima, 2021). Então, sim, já estão sendo analisadas formas de o sistema eleitoral brasileiro ser aprimorado pelo sistema blockchain, inclusive pelo próprio TSE, porém, a possibilidade de uma eleição online usando exclusivamente tecnologia blockchain ainda é distante.

É evidente que tais avanços e eventuais alterações no sistema eleitoral brasileiro com a inclusão do blockchain demandam estudos e avaliações, que poderão servir como fundamento para eventuais alterações no processo de votação, repercutindo em todo o sistema eleitoral.

## 2.7 OUTROS USOS DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN E SEUS REFLEXOS

Para além da gestão de ativos digitais no geral, elaboração de smart contracts, sistemas de votação e de autenticidade de documentos, a usabilidade da tecnologia blockchain tem sido explorada em diferentes áreas, como na logística, sendo possível rastrear a origem e o percurso de um produto desde a sua fabricação até a sua entrega ao consumidor final. Isso traz mais transparência e confiança para os consumidores, além de facilitar a identificação de possíveis problemas ou fraudes ao longo da cadeia de suprimentos.

Outro setor que tem se beneficiado da tecnologia blockchain é o da saúde. Com a utilização da tecnologia é possível criar um registro médico eletrônico seguro e compartilhado entre diferentes profissionais de saúde, o que facilita o acesso às informações dos pacientes, evita a duplicação de exames e tratamentos e garante a privacidade e a segurança dos dados (Global Health, 2023).

Assim, nota-se que a usabilidade do blockchain no mundo tem se expandido rapidamente e as possibilidades de aplicação dessa tecnologia são praticamente infinitas. Desde a criação de identidades digitais seguras até a votação eletrônica, passando pela gestão de energia e pela proteção dos direitos autorais, o blockchain tem o potencial de transformar a maneira como interagimos e realizamos transações em diferentes áreas da sociedade, sempre podendo desaguar na esfera jurídica que precisa estar preparada para lidar com impasses dessa natureza.

A própria tecnologia blockchain ainda está em constante evolução e enfrenta desafios. No entanto, com o avanço da pesquisa e o desenvolvimento de novas soluções, é provável que esses obstáculos sejam superados, permitindo que o potencial do blockchain seja plenamente explorado e cabendo ao direito acompanhar esses avanços.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em meio a uma sociedade altamente informatizada que gira em torno da comunicação e informação, desde o seu sistema econômico até sua organização política, tem-se um ambiente fértil ao desenvolvimento de tecnologias que integram os indivíduos e migram suas relações para o ambiente digital.

É nesse cenário que nos deparamos com o surgimento da tecnologia blockchain no intuito, inicialmente, de viabilizar transações utilizando Bitcoin, mas cuja funcionalidade ampliou sua aplicação para as mais diversas áreas, impactando profundamente as relações sociais e, conseqüentemente, nos seus efeitos jurídicos, com o surgimento de ferramentas como os smart contracts, visando automatizar o cumprimento de contratos, com repercussões na seara do direito civil obrigacional, além dos desdobramentos destas relações que podem adentrar a esfera do direito eleitoral e até do direito penal diante das diversas modalidades de crimes cibernéticos.

Avançando no estudo dos reflexos jurídicos desta tecnologia foi possível constatar a necessidade de adaptação do nosso ordenamento jurídico frente aos avanços tecnológicos e quais as ferramentas disponíveis, além do processo legislativo, tais como analogia, diálogo das fontes, princípios e se socorrendo de outros ramos do conhecimento da busca por suprir as lacunas do direito digital, condenado a debruçar-se sobre um objeto instável como o é o mundo digital.

Outro ponto importante neste contexto é a necessidade de conciliação entre essa tecnologia disruptiva e os recursos humanos, a fim de afastar o risco de uma automatização completa das relações, que devem manter seu elemento humano e subjetivo.

Ainda, para além de contratos e das transações financeiras, os usos da tecnologia blockchain vão desde a aplicação em logística e saúde, até a autenticação de documentos e proteção de direitos autorais, porém, uma das áreas em que tal tecnologia tem se mostrado promissora é no ramo eleitoral, em fomento da democracia, com sua aplicação em votações, já sendo objeto de análises de viabilidade quanto a sua aplicação no sistema eleitoral brasileiro de forma conciliada às urnas eletrônicas.

Esse cenário faz com que aqueles que pretendem atuar nas mais diversas áreas do mercado de trabalho tenham que se preparar para este ambiente em constando evolução, e também com que os adeptos dos meios tradicionais também tenham que se atualizar e se especializar no uso de tecnologias como a blockchain.

No meio jurídico, por exemplo, enfrentam-se ainda desafios com o descompasso da legislação com relação aos avanços tecnológicos. Nesse caso, compete aos juristas buscarem formas de suplementar a legislação por meio de usos de fontes subsidiárias do Direito com base na parca legislação existente acerca do tema, mas sem deixar de lado algumas das ferramentas tradicionais que podem ser conciliadas com as novas tecnologias e serem muitos úteis no caso de um shutdown, uma pane no blockchain, ou caso houvessem problemas relacionados as redes de blockchain que ensejam intervenção humana.

É certo ainda que o uso da tecnologia blockchain deve ser estudado, avaliando as implicações que a tecnologia pode causar, a exemplo do sistema eleitoral brasileiro, o qual exige que se averigüe previamente se essa tecnologia é capaz de garantir o sigilo e a segurança do voto. Por ora, nosso sistema eleitoral ainda não prevê um sistema de voto 100% online, justamente pela necessidade de se estudar tal possibilidade e seus reflexos.

Concluindo, salientamos que o objetivo primordial deste trabalho foi um estudo abrangente sobre o desenvolvimento da tecnologia blockchain e seu grande potencial para alçar cada vez mais espaço na sociedade, sem, contudo, ignorar os desafios da aplicação desta tecnologia. Conforme buscou-se pontuar, o rápido avanço desta tecnologia já auxiliou na construção de plataformas de transações financeiras e

negociais, comunidades virtuais, e na proteção em ambientes virtuais no geral, mas também demanda cautela.

O intuito era, de igual forma, demonstrar a necessidade de adaptação, principalmente por parte dos operadores do direito que inevitavelmente deverão compreender os efeitos desta tecnologia, seja atendendo um cliente ou no exercício do poder de decisão em proteção aos direitos do jurisdicionado, bem como atrair a atenção acadêmica sobre este tema tão relevante para nossa realidade.

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Dayanne. **Perspectivas dos smart contracts sob a ótica da função social dos contratos no direito brasileiro**. 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/406593/smart-contracts-sob-otica-da-funcao-social-no-direito-brasileiro>. Acesso em maio/2024.

BLOG ECONOMIA DIGITAL. **O que é blockchain? Conheça a tecnologia das criptomoedas**. 2024. Disponível: <https://www.mercadobitcoin.com.br/economia-digital/tecnologia/o-que-e-blockchain/>. Acesso em maio/2024.

BRASIL. Congresso Nacional do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: out./2023.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. Volume I. 2º edição. São Paulo: Paz e Terra S.A., 1999, 177 p.

CAVALCANTI; NÓBREGA, Mariana Oliveira de Melo; Marcos. **Smarts contracts ou contratos inteligentes: o direito na era da blockchain**. Revista Científica Disruptiva. jan-jun/2020. Disponível em: <https://ronnycharles.com.br/wp-content/uploads/2020/10/75-Texto-do-artigo-539-1-10-20200929.pdf>. Acesso em: out./2023.

DE LIMA, Danilo Pereira. **Sistema eleitoral brasileiro utilizando blockchain**. Brasília, 2021. 62 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/8974>. Acesso em: out./2023.

ETHERUM. **Introdução aos contratos inteligentes**. 2023. Disponível em: <https://ethereum.org/pt-br/smart-contracts/>. Acesso em out./2023.

FRANÇA DE MELLO, Leandro. **Taxas de transação mais altas persistem na rede do Bitcoin**. 2023. Disponível em: <https://br.cointelegraph.com/news/higher-transaction-fees-persist-on-the-bitcoin-network>. Acesso em maio/2024.

GLOBAL HEALTH. **A transformação dos registros de saúde: como a tecnologia blockchain está garantindo a segurança e a privacidade**. <https://mv.com.br/blog/transformacao-dos-registros-de-saude-com-tecnologia-blockchain>. Acesso em maio/2024.

INFOMONEY. **O que é a blockchain? Conheça a tecnologia que torna as transações com criptos possíveis.** 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/blockchain/>. Acesso em maio/2024.

KOERNER, Andrei. **Capitalismo e vigilância digital na sociedade democrática.** Campinas, 2021. 6 p. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: out./2023.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 1º edição. São Paulo: Editora 34, 1999, 231p. Disponível em: [https://www.giulianobici.com/site/fundamentos\\_da\\_musica\\_files/cibercultura.pdf](https://www.giulianobici.com/site/fundamentos_da_musica_files/cibercultura.pdf). Acesso em out./2023.

MOREIRA, Rodrigo. **Investigação preliminar sobre a natureza e critérios de interpretação dos smart contracts.** USP. 2018. 46 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5111812/mod\\_resource/content/0/MOREIRA%20Uma%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20preliminar%20sobre%20a%20natureza%20dos%20smart%20contracts.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5111812/mod_resource/content/0/MOREIRA%20Uma%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20preliminar%20sobre%20a%20natureza%20dos%20smart%20contracts.pdf). Acesso em: out./2023.

NAKAMOTO, Satoshi. **Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System.** 2008. Disponível em: <https://nakamotoinstitute.org/static/docs/bitcoin.pdf>. Acesso em out./2023.

NASCIMENTO, Marshall Moshe Mauricio do. **Blockchain: Uma nova abordagem sobre votação eletrônica.** Monografia de Especialização em Redes de Computadores e Teleinformática, Departamento Acadêmico de Eletrônica, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018. 46 p. Disponível em: [https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/19975/2/CT\\_CEREC\\_II\\_2018\\_06.pdf](https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/19975/2/CT_CEREC_II_2018_06.pdf). Acesso em: out./2023.

PORTO; GLÓRIA; BROCHADO; Lucas Magno de Oliveira; Luciano Ribeiro Tambasco; Mariah. **Contratos inteligentes na blockchain: validades e restrições.** Revista Teoria Jurídica Contemporânea. PPGD/UFRJ. 2021.

SZABO, Nick. **A ideia dos contratos inteligentes.** 1997. <https://www.fon.hum.uva.nl/rob/Courses/InformationInSpeech/CDROM/Literature/LOTwinterschool2006/szabo.best.vwh.net/idea.html>. Acesso em out./2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições pelo mundo: sistema de votação digital é realidade na Estônia.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Novembro/eleicoes-pelo-mundo-sistema-de-votacao-digital-e-realidade-na-estonia>. Acesso em: maio/2024.

VIEIRA; MARINHO; YEUNG CASAIS; Rodrigo; Hugo; Vitor. **Aplicações do blockchain em nosso sistema jurídico.** TozziniFreire Advogados. Disponível em: <https://tozzinifreire.com.br/site/conteudo/uploads/startupfinal-595d32735ed50.pdf>. Acesso em: out./2023.